

Enfoques – Revista Eletrônica dos  
alunos do Programa de Pós-  
Graduação em Sociologia e  
Antropologia

PPGSA/IFCS/UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reitor: Aloísio Teixeira

Vice-Reitora: Sylvia Vargas

CFCH/IFCS

Diretor: Franklin Trein

Vice-Diretor: Aquiles Guimarães

PPGSA – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia

Coordenadora: Maria Lígia Oliveira Barbosa

Vice-Coordenador: Beatriz Maria Alásia de Herédia

ENFOQUES – ONLINE

EDITORES:

Ana Paula Poll

Juliet Remold

Felix Garcia Lopez

### Conselho Editorial:

- [Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>.Bila Sorj](#) (IFCS/CFCH/UFRJ)  
Prof. Dr. Carlos Antonio da Costa Ribeiro (UERJ)
- [Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>.Elisa Pereira Reis](#) (IFCS/CFCH/UFRJ)
- Prof. Dr. [Frederico Guilherme Neiburg](#) (Museu Nacional/UFRJ) \*
- [Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>.Gláucia Villas Boas](#) (IFCS/CFCH/UFRJ)
- [Prof. Dr. José Maurício Domingues](#) (IUPERJ/UCAM)
- [Prof. Dr. José Reginaldo Gonçalves](#) (IFCS/CFCH/UFRJ)
- [Prof. Dr. José Ricardo Pereira Ramalho](#) (IFCS/CFCH/UFRJ)  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>.Laura Moutinho (PUC-RIO) \*
- Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>.[Laura Segatto](#) (ICS/DAN/UNB) \*
- Prof. Dr. [Leopoldo Waizbort](#) (USP) \*
- [Prof. Dr. Luiz Antonio Machado da Silva](#) (IFCS/CFCH/UFRJ)
- Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>.Lygia Sigaud (Museu Nacional) \*
- [Prof. Dr. Marcílio Dias dos Santos](#) (CFH/GCSO/UFSC)  
Prof. Dr. Marco Aurélio Santana (UNI-RIO)
- [Prof.<sup>a</sup>Dr<sup>a</sup>.Maria Lígia de Oliveira Barbosa](#) (IFCS/CFCH/UFRJ)
- [Prof. Dr. Michel Misse](#) (IFCS/CFCH/UFRJ)
- [Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>.Mirian Goldenberg](#) (IFCS/CFCH/UFRJ)
- Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>.[Patrícia Birman](#) (UERJ) \*
- [Prof. Dr. Paulo Henrique Freire Vieira](#) (CFH/PPGSP/UFSC)
- [Prof. Dr. Peter Fry](#) (IFCS/CFCH/UFRJ) \*
- Prof. Dr. [Renan Springer de Freitas](#) (UFMG) \*
- Prof. Dr. [Roque de Barros Laraia](#) (ICS/DAN/UNB) \*
- [Prof. Dr. Ruben George Oliven](#) (UFRGS)
- Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>.[Vera Teles](#) (USP) \*

### Comissão de Publicação

- [Angela Moreira Leite](#)
- [Daniel Granada Ferreira](#)
  - [Karla Régnier](#)
  - [Márcio Vilar](#)
  - [Natalia Gaspar](#)
  - [Roberta Guimarães](#)
  - [Rodrigo Rosistolato](#)
  - [Vera Lúcia de Oliveira](#)
  - [Andrea Osório](#)
  - [Fernando Antonio da Costa Vieira](#)
  - [Mariane C. Koslinski](#)
  - [Nilton Santos](#)

- [Ana Paula da Silva](#)
- [Maria Amália S. A. de Oliveira](#)

Comissão Técnica

Nêodo Noronha Dias Júnior

Comissão de Normatização

- [Aline Trigueiro](#)
- [Cynthia T. de Souza](#)
- [Renata de Sant'Anna](#)
- [Roberta Guimarães](#)

Enfoques – Revista Eletrônica dos  
alunos do Programa de Pós-  
Graduação em Sociologia e  
Antropologia

PPGSA/IFCS/UFRJ

Enfoques On-Line – Revista Eletrônica dos alunos do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro é uma publicação coordenada e editada pelos alunos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Organização:

Félix Lopez

Nêodo Noronha Dias Júnior

Composição e editoração: Nêodo N Dias Jr

Capa: Nêodo N Dias Jr

(Catalogação na fonte pela Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro)

---

ENFOQUES on-line : Revista Eletrônica dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia.– V.1, n.1 (dez. 2002) - . - Rio de Janeiro : PPGSA, 2002 -

Irregular.

ISSN 1678-1813

1. Sociologia. 2. Antropologia. I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de Filosofia e Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia.

---

Endereço para correspondência e assinatura

Mailling address subscriptions

*Revista dos alunos do PPGSA - Comissão Editorial*  
*Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia*  
*Largo de São Francisco, n° 1, sala 420,*  
*Centro - Rio de Janeiro - RJ - 20051-070*  
e-mail: [enfoques@ifcs.ufrj.br](mailto:enfoques@ifcs.ufrj.br)

## Sumário

Apresentação do 2º número da Eevista Enfoques. ....	8
Editorial	
Lógica da diferença e androlatria: .....	10
César Sabino	
Relações de gênero: notas introdutórias .....	29
Renato Veloso	
Travestis em perigo ou o perigo das travestis? Notas sobre a insegurança nos territórios prostitucionais dos transgêneros em Belém (PA) .....	14
Rubens da Silva Ferreira	
A tese da perda de centralidade do trabalho como despolitização do capitalismo contemporâneo .....	24
Marcelo Alvarez de Souza	
Trabalho e globalização (entrevista com Huw Beynon) .....	16
Ana Paula Poll e Juliet Remold	
Robert K. Merton, sociólogo versátil e criador do grupo focal, falecido aos 92 anos .....	9
Michael T. Kaufman - Tradução de Gilda Stuart	

## APRESENTAÇÃO DO 2º NÚMERO DA REVISTA ENFOQUES.

Neste segundo número, a Revista Enfoques apresenta artigos que recobrem duas relevantes áreas de pesquisas nas ciências sociais contemporâneas: as relações de gênero e as relações de trabalho.

Renato Veloso discute algumas variantes do debate teórico em torno da categoria gênero e o conjunto de fenômenos que ele enfeixa. De natureza quase introdutória aos dois artigos subseqüentes, o texto marca as diferentes posições do debate no campo das pesquisas sobre gênero. Em *A lógica da diferença e da androlatria*, Cesar Sabino focaliza a gênese da produção estética do corpo feminino nas academias de musculação e ginástica da cidade do Rio de Janeiro, relacionando-a à ética androcêntrica, além analisar a lógica da reprodução das desigualdades de gênero e da diferença associada às mudanças sociais. Rubens Ferreira faz um relato etnográfico das modalidades de violência e das percepções sociais associadas aos territórios de prostituição de transgêneros no Pará.

A tese contemporânea da perda de centralidade do trabalho é avaliada criticamente no texto de Marcelo de Souza a partir dos argumentos de André Gorz e Claus Offe. Trata-se de um claro e bom resumo do debate relacionado a um dos principais campos de discussão das ciências sociais contemporâneas. Publicamos também neste número uma entrevista realizada com o sociólogo inglês Huw Beynon, atualmente diretor da Cardiff School of Social Sciences da Cardiff University, por ocasião de sua visita ao Rio de Janeiro em setembro de 2002, na qual discute, entre outros aspectos, as transformações nas relações de trabalho no mundo globalizado.

Acrescenta-se aos artigos sobre as relações de gênero e relações de trabalho o obituário de Robert Merton, publicado no New York Times em fevereiro. Merton foi um dos sociólogos norte-americanos influentes no campo da sociologia brasileira, sendo conhecido por suas idéias sobre a teoria sociológica e sociologia do conhecimento.

Os editores relembram aqui o falecimento do sociólogo Luiz de Aguiar Costa Pinto, aos 82 anos em Waterloo no Canadá. Formado na primeira turma de Ciências Sociais do curso da antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, hoje oferecido pelo IFCS/UFRJ, Costa Pinto foi um dos sociólogos mais destacados na institucionalização das Ciências Sociais nas décadas de 40 e 50. Tornou-se Professor



emérito da UFRJ por ocasião do cinquentenário do curso de Ciências Sociais em 1989. Publicou vários livros entre eles *Lutas de Família no Brasil*, *O Negro no Rio de Janeiro*, *Relações de Raça em uma sociedade em mudança e Sociologia e Desenvolvimento*, *temas e Problemas de nosso tempo*, este último com oito edições no Brasil. Sua obra foi revisitada e discutida em seminário organizado no IFCS em 1998. Os resultados encontram-se no livro *Ideais de Modernidade e Sociologia no Brasil*. *Ensaio sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto* (1999), organizado por Marcos Chor Maio e Gláucia Villas Bôas.

## LÓGICA DA DIFERENÇA E ANDROLATRIA:

o caso das mulheres das academias de musculação

César Sabino\*

### RESUMO

O objetivo deste artigo é compreender a gênese da produção estética do corpo feminino nas academias de musculação e ginástica da cidade do Rio de Janeiro. Busca destacar que o processo de construção de identidade nessas instituições está relacionado à exaltação de um determinado tipo de masculinidade (ética androcêntrica) e a um tipo específico de competição entre as mulheres. Apresenta ainda um esboço teórico que objetiva entender tanto a lógica da reprodução das desigualdades de gênero quanto a lógica da diferença relacionada às mudanças sociais.

Palavras-chave: relações de gênero, academias de musculação, esportes, teoria social.

### ABSTRACT

The aim of this article is to comprehend the genesis of the female body aesthetics productions at Rio de Janeiro City gyms and fitness clubs. It emphasizes this process as specific kind of women competition and masculinity worship (androcentric ethics) and purposes a theoretical elaboration about the logic of gender reproduction inequality and the logic of difference acquainted to social changes.

Keywords: gender relations, gyms, clubs of fitness, sports, social theory.

---

\* Aluno do doutorado em Antropologia do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.

## 1. INTRODUÇÃO

No cotidiano das academias de musculação do Rio de Janeiro os freqüentadores assíduos do sexo masculino formam uma espécie de confraria que evidencia a predileção pela sociabilidade entre aqueles que compartilham maneiras similares de construir a forma física e encarar a realidade. Tal homosocialidade traz à tona uma certa cumplicidade de gênero que impede esses homens de colocarem em risco a reputação uns dos outros diante de potenciais oponentes ou diante das mulheres das próprias academias de musculação e fisiculturismo. Essa espécie de "maçonaria" é concretizada por intermédio de relações jocosas, jogos ou rituais de bazófias. Cada componente do grupo, ao se reunir com os outros, busca descrever o quanto é superior em força e masculinidade. É comum, por exemplo, um indivíduo ressaltar sua forma singular de vencer uma disputa violenta, uma briga, ou, ainda, como articular com sucesso suas técnicas de conquista de mulheres, mencionando a quantidade e a qualidade (entendida, acima de tudo, como beleza corporal) daquelas que diz ter conquistado.

Cada homem procura contar uma vantagem maior, sempre fazendo piadas que colocam em dúvida a masculinidade alheia. Certa vez, durante minha estadia em uma das academias pesquisadas, ouvi um jovem de 21 anos contar para seus companheiros de exercícios que havia "ficado" com 23 mulheres em uma noite. Com algumas, dizia ele, havia mantido relações sexuais, "transado"; com outras, apenas havia "dado uns beijos"..... Todos duvidavam, mas o contador de casos continuava firme em sua posição de "super-homem", apesar de ser chamado de mentiroso pela maioria.

Esse relato (apenas um entre muitos) sugere que tais indivíduos inventam estórias uns para os outros com o objetivo de afirmar uma masculinidade específica, construída, dentre outros aspectos, pelo relato do que seriam suas vantagens na conquista de mulheres e na vitória em confrontos violentos, escondendo, ao mesmo tempo, sinais porventura considerados como fraqueza e que levantassem portanto suspeitas ou dúvidas a respeito dos aspectos que configuram as qualidades do verdadeiro macho nas representações do grupo.

Contudo, este jogo dificilmente é representado diante de uma mulher. Em geral, quando alguém do sexo feminino se aproxima dessas rodas masculinas, seus componentes mudam rapidamente de assunto, como se as mulheres jamais devessem conhecer essas

estratégias de construção da masculinidade, estratégias que, não raro, representam-nas como objeto e objetivo de afirmação dessa mesma masculinidade.

Toda essa construção da homosocialidade (Bird, 1996) elaborada nas academias de musculação parece, ao observador, solidificar o companheirismo masculino em contraposição ao que se observa nos relacionamentos femininos, dando a impressão de que não há nas academias um grupo feminino coeso, ao menos da mesma forma que os grupos masculinos.

## 2. O HOMEM IDEAL

A confraria androcentrada com suas estratégias particulares remete à questão antropológica do segredo. Simmel escreveu que:

(...) o segredo é uma das maiores realizações humanas (...) oferece, digamos, a possibilidade de um segundo mundo junto com o mundo manifesto, sendo este decisivamente influenciado por aquele (...) a exclusão tão enfatizada dos que não o detém traz um forte sentimento de posse (...) estando outros excluídos da posse, deixa sugerir que o que é negado a muitos deva ter um valor especial. (1999, p. 221-222)

Os mundos paralelos entre os quais o segredo se interpõe e aos quais separa se constituem por intermédio de relações de poder que estabelecem distinções relacionadas à ocultação de determinados capitais de competência. O próprio segredo como saber é uma força diferenciadora que estabelece entre detentores e excluídos uma distinção.<sup>1</sup> Representando sociologicamente uma recorrência, uma forma social presente *grosso modo* em todos os grupos, o segredo peculiar à homosocialidade – “isto é conversa de homem” – está relacionado à manipulação de identidades por parte dos homens do grupo, com o objetivo de articular determinadas estratégias singulares que possam preservar a manutenção de seus papéis na estrutura social, como será enfatizado adiante.

Os dados do campo sugerem a ocorrência de uma espécie de competição entre as mulheres que freqüentam assiduamente academias de musculação.<sup>2</sup> É uma competição pela busca de um tipo de destaque pessoal radicado na otimização da

---

<sup>1</sup> Não se trata aqui do segredo individual equacionado ao chamado espaço privado.

forma física; esse destaque reflete-se na procura da atenção daqueles homens considerados por elas os mais interessantes e disputáveis. A disputa parece impedi-las de se congregarem de forma similar à deles. Um dos fatores que contribuem para tal fato é a quantidade restrita de homens que elas consideram interessantes e disponíveis para um possível relacionamento amoroso, quantidade visivelmente menor do que o número de mulheres consideradas por eles como interessantes.

Devido à contínua disputa pela conquista do escasso "homem interessante", não é difícil observar como, entre as frequentadoras, fomentam-se constantes intrigas e fofocas, pela veiculação pública dos "defeitos" físicos e morais das colegas. Ou seja, nas academias não é raro se perceber que frequentadoras assíduas lançam categorias de acusação umas contra as outras.

Comparecendo diariamente a essas instituições por um período razoável de tempo, é possível a um pesquisador chegar supostamente a saber até mesmo detalhes íntimos de alguma "marombeira", dado que elas reciprocamente se acusam de terem celulite e estrias em determinadas regiões que a roupa esconde, ou de apresentarem gordura localizada no quadril ou no abdômen, e assim por diante.

Quando o ataque se torna mais agudo, a categoria de acusação articulada é a de prostituta; dizem, por exemplo, que "fulana é galinha porque saiu com sicrano e com beltrano". Parece, portanto, nesse aspecto, não haver a mesma intensidade de convivência e cumplicidade entre as mulheres, quando em contraposição aos homens, talvez, como já foi dito, devido à disputa intensa pela conquista do seu raro objeto de anelo: "o homem interessante".

Esta nota etnográfica, escrita no dia 1º de setembro de 1998, sugere um pequeno indício do processo de acusação inerente ao cotidiano feminino das academias de musculação e ginástica:

16h: chego à academia e inicio as séries de exercícios que o professor me havia indicado. Logo, uma veterana que dias antes havia se dirigido a mim uma única vez, enquanto eu estava na bicicleta ergométrica, se aproxima e começa a conversar dizendo que seu nome é Débora. Diz que era magra e que em um ano e meio de musculação ganhou nove quilos de músculos (...).

---

<sup>2</sup> Não abordaremos aqui a questão da homossexualidade feminina – que está presente no campo estudado –, e que supostamente poderia romper esse processo competitivo, ao menos em

16h20min: Débora me dá algumas dicas sobre como realizar determinados exercícios, e diz que tem um *personal trainer* que lhe passa muitos exercícios para crescer e sabe que "suplementos e bombas se deve tomar".

17h: chegam à sala de musculação duas outras veteranas consideradas belas por uma parte significativa dos homens da academia, ao menos por aqueles com os quais eu já havia conversado enquanto elas estavam à vista. Durante o tempo em que são observadas pela ala masculina sustentam um certo ar de superioridade. Logo estão conversando sorridentes com o professor de musculação e com três veteranos (...); nesse momento, Débora olha para elas com ar de desprezo e diz que "aquelas duas são 'metidas'. Se acham muito gostosas, coitadas... principalmente a morena, que tem os olhos e a cor bonita, mas o resto é horrível". Débora fala e exercita-se ao mesmo tempo. "A loura é bonita de rosto, mas é meio 'cheinha'... a morena, além de metida, não tem cintura e tem a boca feia...". Enquanto Débora fala, as duas continuam conversando com os veteranos. Ela, então, diz que "não vai com a cara" das duas, que "odeia as duas...".

17h30min: para minha surpresa, as duas veteranas antes de irem embora descendo as escadas da academia acenam sorridentes para Débora, cumprimentando-a e perguntando se ela "vai à festa do Luizinho". Débora diz que sim. "Quer dizer então que vocês se falam?", pergunto espantado. "É, diz Débora, eu falo com elas, mas não gosto delas".

Nas entrevistas e "participações observantes" (Wacquant, 2002) realizadas foi possível perceber determinadas características que poderão ser úteis para tentar compreender como se desenrola a dinâmica de gênero que conduz, ao menos nessas instituições específicas, as mulheres a uma sociabilidade menos intensa entre si do que a dos homens, e quais as implicações desse fato.

Todos os informantes do sexo feminino com os quais convivi e que entrevistei durante o trabalho de campo falaram de seu ideal de homem; o sinônimo que elas utilizaram para classificar tal ideal foi "o cara legal"..... Esse homem especial, segundo elas, é raro de ser encontrado, o que faz que um número considerável aceite um relacionamento com alguém que esteja um pouco distante do padrão ou

---

relação ao modelo de masculinidade valorizado pelo grupo.

que nele se enquadre, mas que esteja comprometido com outra,<sup>3</sup> apenas porque “preferem ficar mal acompanhadas do que sós”, como disse uma informante:

O cara legal é aquele que não te sacaneia (...). Sacanear é não ser sincero, não jogar limpo, não respeitar (...). Tem muito homem que não respeita a mulher, não é amigo da mulher, mente, diz que faz uma coisa e faz outra, te proíbe de fazer e ele mesmo faz o que ele acha que você não pode fazer (...). (Carina, 24 anos, advogada)

Ou:

O homem ideal é aquele cara cúmplice, amigo, que respeita, é carinhoso, sincero e compreensivo. Que não pensa só nele... Um cara legal, compreensivo, que tá do lado da mulher pro que der e vier, o cara que tem a mulher com consideração nos planos que ele faz (...) é o homem que respeita mesmo, que é romântico. (Paula, 22 anos, estudante)

Ainda:

Ideal é o homem que considera a mulher, que tem consideração como pessoa, como ser humano e não como uma máquina de sexo que o cara vai lá, transa, chama de gostosa e só, como objeto para ostentar para os outros homens. É, a maioria dos homens só quer saber disso, peito, bunda, coxa, a mulher tem que ser gostosa para ele desfilarem com ela, para comer e dizer: oh, como sou poderoso, que mulherão eu tenho, mas na hora de tratar como ser humano, de dar compreensão, é ruim, hein!!! Eles tratam como objeto, mesmo. (Patrícia, 25 anos, professora de educação física)

Também:

Cara legal é difícil de achar (...). É aquele que não pega no pé, não é ciumento, não fica desconfiado da mulher, implicando com o que ela faz, com o que ela usa (...). É aquele que tenta agradar a mulher, que é sensível, que repara nos detalhes, que respeita os sentimentos e o ponto de vista da mulher, que repara nas coisas que ela faz, por exemplo, se cortou o cabelo, se mudou o penteado, a roupa, se comprou um anel novo (...). Muitos homens não reparam nisso, acham frescura, mas pra mulher é importante. O cara legal é o contrário do cara babaca, aquele que conta vantagem, que fica se exibindo, mostrando o que tem, não que ele não deva ter, mas não deve

---

<sup>3</sup> As entrevistadas que se relacionam com homens comprometidos sugeriram, com frequência, a esperança de que um dia tais homens venham a se relacionar apenas com elas.

ficar se exibindo (...). Acho que a mulher detesta homens que contam vantagem, aquele cara que fala do carro, da moto e que é bom de cama, esses são ridículos e babacas; tem também aquele outro babaca que só fala de futebol e mulher gostosa, é horrível!!! Então, achar um homem que não seja assim é muito difícil, por isso muita mulher aceita ficar com um cara casado ou que tenha namorada, porque aquele cara é legal, dá a ela o que um solteiro não dá na maioria das vezes. (Sílvia, 26 anos, arquiteta)

Nesses relatos, o relacionamento amoroso surge como o local por excelência de procura, por parte das mulheres, da cumplicidade, amizade e compreensão, itens fundamentais, segundo elas, para a realização feminina plena em uma relação amorosa. Tais elementos não estão presentes como fundamentais nos relatos masculinos colhidos durante o trabalho de campo. O que sugere que estão ausentes também de suas principais aspirações. A mulher ideal para esses homens – contrastando com o ideal feminino de homem ideal – é aquela que é acima de tudo bonita, “gostosa”, “sensual”, “obediente e fiel”... Nenhum homem entrevistado mencionou como importante na personalidade de suas parceiras ao menos um dos itens que as mulheres indicaram como fundamentais em um parceiro.

Conforme indicam os dados da pesquisa até o momento (fato que análises futuras poderiam esclarecer melhor), a cumplicidade que os homens encontram nas relações de amizade entre si, em suas confrarias, as mulheres tendem a buscar na relação amorosa; daí, talvez, a baixa coesão grupal feminina nessas instituições e a freqüente presença da intriga em sua sociabilidade, em contraposição ao corporativismo masculino.

Assim, a construção social do amor para tais mulheres surge como tendo uma função não equivalente àquela que ele tem para os homens. Nesse caso, parece que elas desejam ser a “pessoa especial de um homem especial” (especial aqui, como foi dito, é entendido pela dispensa de carinho, atenção, sinceridade e companheirismo pelo parceiro), enquanto eles tendem a desejar a maior quantidade possível de mulheres bonitas para si, não associando de maneira efetiva sexo e amor, e, muitas vezes, manipulando o discurso da conquista e a identidade, dizendo o que elas, *mutatis mutandis*, gostariam de ouvir, com o objetivo de enredá-las em determinadas



estratégias de conquista, objetivando usufruir os signos de beleza que o seu objeto de cobiça apresenta.<sup>4</sup>

Nesses momentos, ocorre, por parte deles, a elaboração de um discurso para a desejada que a situa como sendo única, a eleita, para, logo após o objetivo do prazer sexual ter sido alcançado, trocá-la por outra mais ou tão reluzente e curvilínea quanto a que foi usufruída.<sup>5</sup> Várias informantes disseram não entender o porquê de tais homens não conseguirem achar uma mulher bonita sem querer, quase imediatamente, ir para a cama com ela, processo inverso ao que diziam ser comum entre elas: achar um homem bonito, mas não sentir desejo sexual imediato por ele. É necessário ressaltar, porém, que um número considerável dessas mulheres vem articulando essas mesmas estratégias de conquista que até então eram peculiares ao mundo masculino das academias, estratégias de consumo do corpo do outro – que no caso específico delas pode estar associado ao usufruto temporário de determinados bens de consumo (viagens, idas a restaurantes caros, passeios, presentes etc.) propiciados pelo parceiro momentâneo.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> Nas denominadas culturas individualistas tem-se a impressão da livre escolha nos chamados relacionamentos amorosos. Os indivíduos supõem que escolhem livremente seus parceiros sem perceberem que *são escolhidos pelos signos e símbolos que determinada pessoa apresenta e carrega*. Tais signos e símbolos relacionam-se diretamente aos padrões de beleza construídos em determinada época e contexto social. Ocorre que os indivíduos procuram no outro (possível parceiro nas relações amorosas) aqueles sinais (padrões) de beleza que eles mesmos inconscientemente portam em suas representações sociais, crenças e desejos, sinais que foram adquiridos por meio da socialização constante de classe e cultura e que, portanto, atuam de forma inconsciente, como uma espécie de mapa a orientar a possível “escolha” do parceiro. O “tipo” de pessoa ou o “amor à primeira vista” ou ainda “a química de pele” são expressões que se apresentam como produto de construções sociais individuantes que predispõem o amante a um determinado tipo de amado, fornecendo a ele a ilusão da escolha arbitrária do amor romântico: *“as razões de amar nunca se encontram naquele que se ama, mas remetem a fantasmas, a terceiros, a temas que nele se encarnam por intermédio de complexas leis”* (Deleuze, 1987, p. 97-98). O desejo, no amor ocidental, não seria tanto falta, como quer a tradição, mas espelho: *“Apaixonar-se é individualizar alguém pelos signos que traz consigo ou emite. É tornar-se sensível a esses signos, apreendê-los...”* (idem, p. 12).

<sup>5</sup> Antes que o leitor pense que há aqui um *bias* feminista, assevero que tento tomar a perspectiva das entrevistadas em relação aos entrevistados, não assumindo como certas ou erradas tais concepções sobre as relações de gênero.

<sup>6</sup> Há que ser destacado o fato de que este mundo não é tão inexoravelmente heterossexual quanto possa parecer. Casais de lésbicas e *gays* estão presentes nessas instituições, não participando desse processo específico da busca heterossexual pelo “homem ideal”. Porém, tanto homens quanto mulheres homossexuais presentes nas academias pesquisadas (12 academias ao todo, da Zona Norte à Zona Sul do Rio de Janeiro, durante cinco anos de trabalho de campo), salvo raras exceções, buscavam construir um corpo adequado aos padrões heterossexuais, ou seja, as mulheres (lésbicas ou bissexuais) não construíam um modelo de conduta excessivamente masculinizado – embora algumas apresentassem visível massa muscular – e os homens (homossexuais) buscavam construir corpo musculoso.

### 3. A SEDUÇÃO: uma arma

A competição feminina nas academias de musculação e ginástica para encontrar – sob o ponto de vista das pesquisadas – o escasso homem ideal, o por elas denominado “cara legal”, articula-se em torno da utilização daquilo que tem sido, em determinados casos, a arma da sedução estética. Nas estratégias de gênero, ao menos nas das academias cariocas, esse item muitas vezes chega a subverter a dominação masculina, funcionando como uma espécie de contradominação ou contrapoder, ao mesmo tempo em que promove, proporcionalmente à sua intensidade, a intriga entre as mulheres que disputam a conquista dos símbolos de poder, visto que aquelas que mais conseguem seduzir, que têm mais capital corporal e estético, entram no jogo com maior possibilidade de “vencer” dentro das regras androcêntricas e de se associarem aos homens mais poderosos do campo, adquirindo, assim, poder por procuração (Bourdieu, 1998). Trejeitos, sorrisos, meneios de cabeça, roupas justas, curtas ou transparentes que escondem revelando; perfumes, olhares de soslaio, nádegas forçando uma ligeira lordose, seios projetados para frente, enfim, são inúmeros os itens, oferecidos e simultaneamente negados, que configuram aquilo que Mauss (1974) denominou técnicas corporais. Esses itens constituem a sedução da estética feminina, articulada simultaneamente a favor e contra o domínio do campo por determinados homens (Simmel, 1993; Bourdieu, 1998).

Nesse processo, aquelas que não se enquadram nos parâmetros da sedução estão fora desse mercado sexual ou, no mínimo, impossibilitadas, ao menos nesse contexto específico, de articular as estratégias de disputa dos supostos homens ideais e mais cobiçados. As estratégias de disputa dos homens, se por vezes funcionam como contrapoder – conferindo àquelas que detêm o capital corporal (estético) a possibilidade de grande influência sobre os dominantes do campo – muitas vezes terminam sendo utilizadas para fazer honra a tais homens.<sup>7</sup>

Ao contrário do que possam supor os defensores da linearidade do progresso moral, que concebem a atual exibição mercadológica de corpos femininos como superação

---

<sup>7</sup> Apesar de toda a polêmica que as concepções nietzscheanas criam sobre a condição feminina, cabe aqui, nesta tentativa de explanação textual, a seguinte frase do autor: “*As mulheres souberam assegurar para si, através da submissão, uma forte vantagem e mesmo a dominação.*” (Nietzsche, 2001, p. 226). Porém, deve ser ressaltado que apenas *algumas* mulheres o conseguiram.

de valores, normas e formas tradicionais de opressão da mulher, as estratégias simbólicas de exibição corporal tendem a estar subordinadas ao ponto de vista masculino, concedendo às eleitas como modelos de beleza feminina a possibilidade de ligação (mesmo que privilegiada) às estruturas de dominação por terem sido escolhidas como modelos adequados às representações masculinas sobre a mulher ideal. Articula-se, por intermédio desse tipo específico de sedução, uma dinâmica de gênero que permite à mulher ao mesmo tempo ser, ao menos momentaneamente, algoz e vítima da masculinidade hegemônica.<sup>8</sup> Nesse processo, as academias de musculação, ao mesmo tempo em que podem funcionar como instituições que viabilizam a construção de um corpo viril, também podem funcionar como usinas de construção de uma determinada feminilidade subordinada. Neste caso específico, tais instituições surgem, *grosso modo*, como um dos elementos fundamentais da produção e reprodução das desigualdades de gênero, inscrevendo nos corpos uma “*ordem física e social inteiramente organizada segundo o princípio de divisão androcêntrica*” (Bourdieu, 1998. p. 30). Não quero com isso dizer que as academias de ginástica e musculação não possam tornar-se âmbito de novos tipos de relações de gênero, conquanto uma mudança simbólica seja perpetrada.<sup>9</sup>

É possível que as relações de gênero não estejam condenadas à perenidade do processo de dominação masculina. É preciso ressaltar que a sedução feminina – por mais circunstancial e desigual que possa ser, visto que não são todas as que podem

---

<sup>8</sup> Lipovetsky destaca a nova ditadura estética que coloca as injunções da beleza como forma de recompor a hierarquia tradicional entre os sexos e de reinstalar as mulheres em uma condição de seres que existem mais por seu parecer que por seu fazer social. Segundo o autor “*o culto à beleza funcionaria como uma polícia do feminino, uma arma destinada a deter sua progressão social*” (2000, p. 136). O paradoxo desse culto é que os padrões estéticos da cultura atual tendem a buscar uma assimetria com os padrões estéticos masculinos, pois “*o reino da magreza faz eco à recusa da identificação do corpo feminino à maternidade, o enfraquecimento da consideração social da mulher mãe e, correlativamente, à valorização da mulher ativa, independente (...) ser magra exprime a vontade de apropriar-se das qualidades de vontade, de autonomia, de eficácia e do poder sobre si, tradicionalmente atribuídas aos machos*” (idem, p. 139). Esse argumento sedutor deve ser questionado – e o autor tenta fazer este questionamento – dado que tal processo ditatorial da estética vem incidindo cada vez mais sobre os homens também. O discurso feminista que considera a beleza como poder específico do feminino, apresentando-a como uma espécie de passagem para a subordinação da mulher (Wolf, 1992), parece ser um discurso reducionista que ressalta uma dicotomia demasiado assimétrica nas relações de poder. A questão que deveria ser colocada não é a do poder inevitável da beleza, afinal todas as culturas têm seus padrões específicos de beleza, mas *qual tipo* de beleza que está sendo procurado como o paradigma.

<sup>9</sup> Luz tem demonstrado em suas pesquisas que novas estratégias coletivas têm sido elaboradas por aqueles que não se enquadram no padrão biomecânico e racionalista do *bodybuilder*. Os grupos que praticam atividades alternativas (dança de salão, ioga, tai-chi chuan etc.) não raro dobram “*o individualismo competitivo e consumista em que o corpo* [a forma física relacionada

seduzir – representa um possível eixo articulador da dinâmica de gênero. Pela posse de capital corporal que a sedução representa, é possível uma espécie de negociação que pode permitir a algumas mulheres encontrarem uma fresta na arquitetura da dominação, pois, ao que tudo indica, sob o encanto da sedução, alguns homens deixam-se dominar, ao menos por instantes.

A sedução proporcionada pela beleza feminina é uma possível fonte de poder para a mulher – e isso não é novidade nenhuma; é uma arma que não deve ser desprezada ou denegrada na busca efetiva da conquista de território nas relações de gênero em sociedades complexas, embora não seja talvez a principal nem a mais eficaz, pois ela mesma instaura um desequilíbrio relacional determinado, posto que reitera, nesse sistema, a assimetria. E isso pelo fato de que apenas um número pequeno e circunstancial de mulheres apresenta capital estético – da mesma forma que um número restrito de homens representa a masculinidade hegemônica. O sucesso no uso dessa “ferramenta” simbólica contra a tradicional dominação masculina depende da reflexividade (do conhecimento, por parte da mulher, relacionado ao funcionamento das estruturas objetivas e subjetivas do campo) da agente em consonância direta com outros elementos que possam permitir uma possível via emancipatória. Elementos tais como entrada no mercado de trabalho e conquista da independência financeira, controle da fecundidade, investimento na formação escolar e profissional e, como foi dito, conhecimento das estratégias dos diferentes campos em que eventualmente os indivíduos de ambos os sexos estão inseridos.

Para muitos, tais observações podem parecer extremamente equivocadas, principalmente porque elas constróem um modelo de realidade de gênero como uma espécie de campo conflituoso. E de fato, essa é a proposta, visto que é possível considerar “o gênero [como] *uma forma primeira de significar as relações de poder*” (Scott, 1990, p. 14). A concepção de uma sociedade onde as relações de dominação sejam secundárias ou mesmo não existam, não passaria de mera utopia: “*uma sociedade sem relações de poder só pode ser uma abstração*” (Foucault, 1977, p. 79).

Nas relações de gênero, a via feminina de ação talvez deva direcionar-se para a dimensão micropolítica, na qual apenas estratégias cotidianas e incessantes de subversão são possíveis. Estratégias que não estejam baseadas nas diversas e

---

diretamente à estética] é o critério básico de reconhecimento e classificação estabelecida entre

disfarçadas concepções sociológicas de progresso moral, segundo as quais o futuro reservaria às relações de gênero igualdade e compreensão, conquistadas pelas transformações da intimidade que seriam proporcionadas por um aspecto dinâmico positivo constitutivo da alta modernidade e suas instituições (cf. Giddens, 1993). Nada nos garante que isso será possível. As relações de poder e dominação (das quais a dominação masculina é uma das vertentes), sendo constitutivas do social, demandam contradominações e contrapoderes que atuem na busca da expansão do poder feminino, e a sedução talvez seja uma arma, entre muitas, a contribuir para a vitória, ao menos em algumas batalhas. Mas, como toda arma pode ferir também aquele que a usa, a sedução parece estar ferindo um número considerável de mulheres que a utilizam não para subverter as estruturas da dominação masculina, mas para nelas se enquadrarem, reproduzindo-as.

De acordo com as abordagens de gênero, para os seres humanos que se tornam mulher (Beauvoir, 1982) parecem existir duas opções: ou compõem com as forças que os constituem como tal ou tentam dobrar essas forças sobre si mesmas, buscando a cada instante novas possibilidades de vida, afirmando sua diferença. Se a dominação perpassa o conjunto da vida social, extensamente – através das instituições e práticas – e intensamente – por intermédio das representações, subjetividades –, não é possível se opor a ela apenas de fora, é necessária a produção cotidiana, individual, doméstica, conjugal, criativa e uma ética pessoal de resistência singular, micropolítica e microssocial (Foucault, 1993; Deleuze, 1995; Certeau, 2002).

O trabalho de campo permitiu também a percepção, embora em menor escala, da existência nas academias de uma espécie de solidariedade feminina que se opõe àquele processo tradicional no qual a intriga reina. Algumas mulheres dessas instituições formam uma corporação solidária que funciona de forma similar à masculina, que inclusive dá base para elas se relacionarem furtivamente com alguns homens que acham interessantes – porém, esse processo ocorre nos mesmos moldes das estratégias masculinas referidas anteriormente. Nas academias pesquisadas, tive contato com dois grupos desse tipo. Suas integrantes, todas elas “comprometidas” com noivos, namorados ou maridos, e dizendo gostar deles, se relacionavam também com outros homens, “ficando” com eles, como dizem, chegando mesmo a ter relações paralelas duradouras. Essas confrarias femininas, dentre outras coisas, *as pessoas*” (2002, p. 17).

parecem servir para disfarçar e promover encontros, e proteger e dissimular possíveis desconfianças dos parceiros oficiais. Há toda uma ética inerente a essas associações muito similar àquela presente nos grupos masculinos, inclusive com disputas entre as componentes para ver quem "pega" mais, quem consegue se relacionar com algum, ou alguns, homens considerados como os mais interessantes.

Ouso construir alguns tipos ideais (Weber, 1995) os quais poderão servir para esclarecer que a mulher dedicada à busca do homem ideal já não é obviamente o único tipo (apesar de, ao menos nas academias, parecerem ser a maioria). Pude perceber quatro tipos de mulheres nas academias: 1) aquelas que querem "ter um homem"; 2) as que querem desfrutar ou "curtir" os homens; 3) usar os homens; 4) "tirar dinheiro" dos homens. Para as primeiras, a grande maioria, o que importa acima de tudo, como ressaltado anteriormente, é a personalidade do possível candidato a parceiro. Ele tem de ser "interessante"... Essa categoria usada pelas informantes não está necessariamente relacionada à beleza masculina, mas à personalidade. As mulheres desse grupo querem, como dizem, se "dedicar" ao amor dos homens escolhidos, contentando-se plenamente se eles lhes dedicarem amor similar. As segundas são mais liberadas que as primeiras, mas ainda têm muito em comum com aquelas: relacionam-se com os homens que consideram especiais, vários, às vezes simultaneamente, importando-se, também, com a beleza e não apenas com a personalidade, embora esta última ainda seja importante. Não buscam um amor especial como as primeiras, esperam que aconteça e "se não acontecer tudo bem", dizem. As terceiras são aquelas que só querem "homens bons" (o equivalente no jargão masculino à mulher gostosa ou mulher boa). Tratam os homens, ao menos circunstancialmente, com uma certa índole consumista, dando importância primordial à forma física e à beleza, o resto sendo secundário ou mesmo terciário, visto que pretendem momentaneamente desfrutar a estética masculina, da mesma forma que eles algumas vezes apenas desfrutam a estética das mulheres belas. O quarto tipo de mulher é o mais racional no sentido da razão instrumental. Interessa-se apenas pelos denominados "bens materiais" do homem escolhido. O que importa, a princípio, para esse tipo, é o dinheiro e os bens que ele possui, dos quais ela poderá usufruir. Analogamente aos processos inerentes à masculinidade hegemônica, algumas mulheres manipulam suas identidades para conquistar seus objetivos, seguindo a mesma lógica masculina.

Tais tipos acima não existem de forma pura na realidade, mas encontram-se misturados, formando uma infinidade de combinações circunstanciais que possibilitam uma ampla variedade de papéis sociais. Apesar de serem abstrações metodológicas, sua construção aponta para a existência, no campo da musculação, de tipos de mulheres que, umas mais outras menos, adotam determinada ética masculina na conquista de parceiros, e, mesmo em suas práticas cotidianas, passam a atuar da mesma forma que eles, invertendo suas próprias estratégias. Tentarei esclarecer a seguir esse processo muito comum no campo das academias de musculação.

#### 4. ANDROLATRIA

Margaret Mead, ao pesquisar os mundugumor, descreveu-os como um povo singular das ilhas do Pacífico, marcado por sua virilidade e belicosidade, no qual *"ambos os sexos são independentes, hostis e vigorosos e tanto meninos como meninas desenvolvem personalidades muito semelhantes"* (Mead, 1971, p. 90). Homens e mulheres crescem igualmente em um mundo hostil e dividido, no qual cada mãe transforma seus filhos em inimigo de seu pai e de seus meio-irmãos, e onde não há uma estrita delimitação física entre homens e mulheres, pois

(...) os homens vêem as mulheres como uma espécie de seres humanos com os quais se deve lutar (...) [e elas] **são a tal ponto masculinizadas que cada uma de suas características femininas é uma desvantagem** exceto sua sexualidade genital específica, a tal ponto que cada uma das características de sua personalidade que tenha qualquer eco feminino e maternal é uma fraqueza e delimitação. **São tão positivas e rigorosas quanto os homens.** (idem, p. 59 e p. 91) [grifo nosso]

O exemplo deste povo, entre o qual Mead diz haver pouca solidariedade, pode servir para a compreensão de um processo que tem ocorrido de forma cada vez mais freqüente nas academias de musculação: a busca da masculinização ética e estética por parte das mulheres, ou melhor, a adoção dos valores constitutivos da virilidade como ideais a serem perseguidos para a suposta conquista do sucesso profissional e nas relações de gênero. Denomino esse processo *androlatria*. As mulheres das academias não têm apenas procurado agir em conformidade com os padrões masculinos de atitude, mas adquirir, também, determinadas características físicas masculinas. Esse fato parece indicar uma espécie de *"mundugumorização"*, uma variação de paradigma a indicar o surgimento de uma "nova" feminilidade, que não

se pauta mais pelo modelo tradicional de mulher frágil e desprotegida, mas sim pelo modelo virilizante.

Para que possamos entender melhor o significado do conceito *androlatria* conveniente se faz reportarmo-nos a um determinado aspecto semântico da Antigüidade grega. Os gregos tinham em seu idioma três termos para designar o homem: *ánthrōpos*, *brotós* e *andrōn* ou *anér* (singular). O primeiro termo referia-se às relações "horizontais" no seio da sociedade, à vida de trocas e inter-relações que caracteriza a cultura. A palavra surge, nos textos clássicos, em oposição a todos os aspectos do mundo dos deuses, pois estes estariam afastados dos homens e seriam por demais poderosos para com eles se relacionarem socialmente, fato que conferia aos humanos a consciência de sua condição fugaz e impotente diante daqueles. *Ánthrōpos*, segundo Louraux, "é o homem entre os homens, mal consigo mesmo e com seus semelhantes, e, no entanto, estranho a tudo que não é humano" (1989. p. 22). Já o segundo termo, *brotós*, estaria diretamente ligado às relações "verticais", àquelas dos humanos com os deuses. A noção reiteraria também o homem como ser mortal, denotando o estado singular de aflição daqueles que estão à mercê do humor dos deuses. Segundo a autora, na tragédia grega, quando os homens usavam a palavra *brotós* designavam-se como tomados pela reflexão da sua essencial mortalidade. O último termo, *anér* (ou *andrōn* no plural) significava o homem viril. A especificidade desse termo é que, ao contrário dos outros, jamais ocorre nos textos gregos designando uma mulher ou um homem considerado fraco e inferior. Os indivíduos do sexo feminino, os fracos (em força e *status* social) e os covardes, por exemplo, não eram jamais, entre os helenos, denominados *andrōn*. A palavra era usada para designar apenas aqueles homens dignos por haverem realizado fatos heróicos, ou considerados exemplares por serem senhores de propriedades, do destino de outros homens e mulheres e por deterem poder político. Dessa forma, seu sentido era dado como referência ao guerreiro e ao herói, com suas qualidades viris de força, coragem e astúcia, condição que ressaltava sua relação conflituosa com a mulher ou com a condição feminina. Ainda segundo a autora, a tradução de *andrōn* por humanos só é possível na estrita medida em que signifique que esses são os indivíduos masculinos que, no mundo grego, tomam as decisões e fazem a guerra.



Tal masculinidade hegemônica contrastava com outros tipos paralelos – e considerados inferiores – de masculinidade.<sup>10</sup>

O termo *androlatria*, assim, significaria a busca de aquisição da característica (virilidade intelectual, física e moral) da qual, para os gregos, apenas os nobres e heróis masculinos (não qualquer homem) desfrutariam; apenas eles teriam *areté*, virtude relacionada a sua condição de *andrôn*. De acordo com Jaeger:

(...) a força e a destreza dos guerreiros ou lutadores e, acima de tudo heroísmo... prudência e astúcia... atributos próprios da nobreza [pois] os gregos sempre consideraram a destreza e a força incomuns como base indiscutível de qualquer posição dominante. [Assim,] o conceito de *areté* é usado... não só para designar excelência humana, como também a superioridade de seres não humanos: a força dos deuses ou a coragem e rapidez dos cavalos de raça. (1995, p. 26-27)

Por conseguinte, apenas o *anér* (ou os *andrôn*), possuidor de *areté*, desfrutaria da condição plena do regozijo estatutário na sociedade grega, enquanto mulheres e homens comuns seriam seres humanos menores ou incompletos. Aos *andrôn*, e tão-somente a esses, seria possível transpor as duas dimensões características da condição humana, a saber: a insignificância diante dos deuses e a morte, pois, devido à virtude de sua virilidade, traduzida por atitudes e atos heróicos, se igualariam às divindades, superando a mortalidade e inscrevendo na *pólis*, através dos tempos, sua presença imortal. Obviamente a condição desses homens era hegemônica. Contudo, nem todos aqueles que nasciam nobres tinham a virtude da suprema virilidade. Essa necessitava ser conquistada, demonstrada constantemente por ações durante toda a existência. A condição de classe e gênero, embora permitisse a conquista da virtude, não era uma garantia. A virilidade era construída por intermédio de deveres, provas e provações, estando, por conseguinte, o tempo todo ameaçada. Falhar significaria ser nivelado à condição dos escravos, covardes e mulheres. Contraposta a essa espécie de masculinidade hegemônica estaria a feminilidade, considerada inelutável, oposta à condição masculina, a ser conquistada permanentemente.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> Kimmel (1998) afirma que nas culturas atuais há uma produção de masculinidades hegemônicas que contrastam com a feminilidade e com as masculinidades subalternas.

<sup>11</sup> Badinter (1995) ressalta que a masculinidade está sempre sendo colocada à prova, tendo que ser afirmada a cada instante.

Esse aspecto peculiar da cultura grega da Antigüidade parece estar, a *grosso modo*, presente em todas as sociedades patriarcais ao longo do tempo e através do espaço. Existem semelhanças culturais entre os *bodybuilders* e freqüentadores cariocas das academias de musculação e esse aspecto da cultura grega, como foi demonstrado. O homem de verdade é o homem viril, "sem fricotes ou frescuras", como dizem, bem-sucedido, forte, poderoso, conquistador de mulheres e posses, ultracompetitivo. Os outros são semi-homens ("uns merdas", na linguagem dos aficionados pela forma) ou mulheres. Esse modelo, forçadas as semelhanças com a antiga Atenas, é acessível apenas a uma minoria, símbolo de distinção e pivô de uma espécie de processo de veneração àqueles que em diversos níveis conseguem se aproximar desse ideal. Tais ícones são admirados por indivíduos do sexo masculino que gostariam de se tornar bem-sucedidos como eles, e cobiçados por um número significativo de mulheres, que possivelmente gostariam de tê-los como parceiros.

A singularidade atual é que as academias de musculação parecem ser instituições nas quais o crescente cultivo das características viris vem se realizando tanto por parte de homens como de um número considerável de mulheres. Essa espécie de masculinização estética pode ser o prenúncio de uma nova feminilidade insurgente – não única, obviamente. Uma feminilidade que cultivaria elementos constitutivos da masculinidade hegemônica como suposta via para o sucesso social, profissional e sexual, indicando que são tais características e elementos inerentes aos *andrôn*, ou à masculinidade hegemônica, itens ambicionados não apenas por homens, mas também por mulheres. Em vez de mudarem a definição de sucesso e realização, adotam como ideal a concepção tradicional masculina, tentando adquirir o tradicional devir viril em sua vida cotidiana. A *androlatria* constituir-se-ia como adesão à milenar virilidade característica das sociedades patriarcais. Esse processo de "mundugumorização" pode indicar um problema para as atuais teorias sobre gênero, como tentarei esclarecer adiante, pois o processo hodierno radicado na *androlatria* parece sugerir a absorção da *diferença* feminina – da possível criação de uma nova feminilidade – na tradicional identidade masculina, com seus requisitos de destaque e dominação.

Se as relações de gênero são relações de poder, a princípio torna-se praticamente inevitável, àquele(a)s que querem conquistar terreno aos dominantes, utilizarem como arma as próprias características que os constituem para disputar-lhes a dominação. Esse processo, aplicado às relações de gênero, está relacionado à

constituição da forma de se portar masculina e feminina, pois aquela é produto de disposições adquiridas socialmente por intermédio de uma gramática do corpo que diz o que “os homens de verdade” devem fazer, como devem parecer e aparecer, e como as mulheres devem agir.

Por meio desse trabalho social educativo, as normas e regras, as visões e divisões de mundo são incorporadas, inscritas nos corpos, formando um sistema de disposições que confere valor à realidade e às coisas e seres dela constitutivos, classificando-os em hierarquias. A dominação inscreve seus processos na lógica e no corpo dos indivíduos, constituindo-os como tais, classificando-os em gêneros, números e graus. Apresentar-se socialmente é apresentar um corpo carregado de signos de classe, sexo, *status* e assim por diante, signos direta ou indiretamente relacionados a determinados padrões estéticos de uma sociedade específica em uma época específica. Mais ainda, apresentar-se socialmente é colocar-se como pertencente ou não ao grupo dos melhores. É compreensível, portanto, que cada um dos dominados aspire a ser como um dos “melhores” (dominantes) e tente, a todo momento, agir como tal, copiando as atitudes e signos que sustentam o sentido da excelência (Bourdieu, 1996).

O movimento das mulheres tem agido, consciente e inconscientemente, de várias maneiras e em vários níveis, da forma descrita acima. Esse movimento – que, em 1902, Simmel já percebia como “o movimento que influenciaria o futuro de nossa espécie de maneira mais profunda do que a própria questão operária” (1993, p. 70) –, junto com as mudanças estruturais pelas quais tem passado o capitalismo no último século, proporcionou às mulheres a inserção no mercado de trabalho e a conquista de posições e condições privilegiadas, das quais apenas os homens desfrutaram por milênios. Dessa forma, posições de domínio e *status* têm sido conquistadas passando a ser compartilhadas por indivíduos do sexo masculino e feminino.

Essa importante estratégia possivelmente vem produzindo também uma espécie de atitude *andrólatra*, hoje presente em número considerável de variados grupos femininos. Todavia, tal postura apenas parece não ser suficiente para que mudanças profundas se realizem nas relações de gênero, pois as mudanças que tais conquistas vêm constituindo – por maior paridade que tenham proporcionado às mulheres no jogo do gênero – não têm possibilitado a modificação da ordem simbólica *androcêntrica* – e muitas vezes reproduzem tal ordem.

Tais mulheres, em geral, continuam a se ver e a classificar sua realidade com os olhos e as classificações masculinas, assumindo-as como exemplo a ser copiado. Permanecem, apesar de todo o louvável avanço feminista, a se constituírem e a serem constituídas mais como *seres-para-o-outro* (para a masculinidade hegemônica) do que *seres-para-si* (uma possível feminilidade reinventada), dado que vêm adotando as disposições adquiridas masculinas sem a preocupação de transformá-las ou recriá-las. Por conseguinte, não mudam a ordem simbólica (as estruturas subjetivas), apenas a redimensionam seguindo as rotas masculinas tradicionais, sem alterá-las e tomando como sua a ética virilizante tradicional (Friedan, 1983), reproduzindo, em ordem simetricamente inversa, as estruturas objetivas constitutivas da realidade social. Essa *androlatria*, funcionando como um tipo de contrapoder, apenas permite estrategicamente que o processo de dominação, que constitui o jogo do poder nas culturas patriarcais, mude de mãos sem que tal jogo mude. Essa questão, longe de remeter a um saudosismo improfícuo, aponta, na realidade, para o seguinte problema de ordem teórica: nas relações de poder supostamente inerentes às sociedades, seria possível redefinir a gênese do poder ou apenas trocar aqueles que o exercem, preservando formal e empiricamente as antigas funções da dominação?

## 5. ALGUNS PROBLEMAS TEÓRICOS

A questão acima levantada está diretamente relacionada ao problema da constituição da lógica do pensamento e às implicações práticas que essa constituição propõe em relação ao problema teórico da identidade<sup>12</sup> e da diferença. As análises antropológicas das relações de gênero têm enfrentado dificuldades na abordagem do conceito de *diferença*, subsumindo a problemática do dimorfismo sexual à dominação masculina (Gonçalves, s.d.) e apontando como possível alternativa a apropriação da gramática masculina hegemônica como maneira de enfrentar essa dominação. Nesse processo, as diversas abordagens sobre gênero tendem a reproduzir a tradição lógica do pensamento hegemônico ocidental. Essa tradição vem se definindo de duas maneiras ao abordar a questão da diferença e do devir: 1) negando-a enquanto

---

<sup>12</sup> Faz-se necessário esclarecer os dois possíveis sentidos que o termo identidade pode assumir no discurso antropológico. Por um lado, enquanto produto de um processo de interação social em que um indivíduo ou grupo, em contraposição a outros (alteridade), demarca sua diferença. Essa diferença seria um processo social, devir. Por outro lado, identidade pode significar, cosmologicamente, o princípio imutável metafísico (muito característico da tradição racionalista do pensamento ocidental) que diante do devir e da mudança – constitutivas do mundo material

simulacro, cópia imperfeita das essências imutáveis (identidades), estas sim, perfeitas; 2) absorvendo a diferença em um processo dialético<sup>13</sup> que conceberia a mesma como momento dessa mesma identidade. O representante maior do primeiro tipo de abordagem seria Platão; do segundo, Hegel. Essa tradição do racionalismo ocidental tem apresentado a diferença como maldição epistemológica (Feitosa, 2000), posto que ela seria constituída como negação do Absoluto (identidade) – necessitando, por isso mesmo, ser resolvida, anulada –, ou como algo a ser desprezado (ilusão), ou ainda como negatividade a ser absorvida na positividade identitária absoluta. Nessa última fórmula, que é a da dialética hegeliana – muito utilizada por inúmeras abordagens feministas –, a identidade, em guerra com sua inimiga, a alteridade ou diferença, terminaria por absorvê-la como parte de seu próprio movimento (da identidade). Dessa maneira, o movimento seria apresentado como problema surgido no âmago da identidade, a qual, ao resolvê-lo, estabeleceria a superação (*Aufhebung*, conforme Hegel) da sua condição anterior. O que significa dizer – em termos hegelianos – que a tese, tida como positiva, em contradição à antítese (representante da negatividade) produziria uma síntese que, por sua vez, recuperaria a positividade primeira, visto que ela mesma se transformaria em nova tese, ou identidade:<sup>14</sup>

$$T(+) \times A (-) = S(+) :: I(+) \times D(-) = I(+)^{15}$$

---

– apareceria enquanto essência e causa perfeita desta última, considerada como imperfeição ou movimento do imutável em si mesmo.

<sup>13</sup> Não é incomum o uso, por inúmeros autores (inclusive Bourdieu e Lévi-Strauss), do termo dialética como sinônimo de movimento. Deleuze (s.d.) porém, ao analisar o pensamento de Nietzsche, tenta demonstrar que o movimento expresso pela dialética hegeliana é um arremedo de movimento e não um movimento de fato, posto que no processo dialético o devir acaba sendo reduzido à Identidade ou ao imutável. A dialética hegeliana seria uma produção ilusória da diferença.

<sup>14</sup> Aqui está sendo aplicada uma transposição da ontológica deleuziana sobre a univocidade do ser para a compreensão de tendências teóricas das análises de gênero em antropologia. Para Deleuze o ser não comportaria qualquer divisão equívoca e negativa: “*as coisas se desenrolam em toda extensão de um ser unívoco e não dividido*” (1969, p. 54). Ainda, “*A univocidade do ser não quer dizer que haja um só e mesmo ser: ao contrário, os existentes são múltiplos e diferentes (...) a univocidade do ser significa que o ser é Voz, que ele se diz e se diz em um só e mesmo ‘sentido’ de tudo de que ele se diz. Aquilo do qual ele se diz não é, absolutamente, o mesmo. Mas ele é o mesmo para tudo aquilo do qual ele se diz. Ele ocorre pois como um acontecimento único para tudo o que acontece às coisas mais diversas (...)*” (1998, p. 185). Nessa lógica não há possibilidade de afirmação do negativo – a não ser como ilusão classificatória – posto que o acontecimento é unívoco em todas as suas dimensões. Essa antidialética é afirmação pura do movimento e da diferença, denunciando a dialética hegeliana como apologia ao estático, ao movimento ilusório. Esse pensamento se aproxima da lógica ameríndia apresentada pelas teorias do perspectivismo (cf. Viveiros de Castro, 1996; 2000; Lagrou, 1998; Lima, 1996; Gonçalves, 2001).

<sup>15</sup> Chaves dos símbolos: T – tese; A – antítese; S – síntese; I – identidade; D – diferença; d – diferenças; MH – masculinidade hegemônica; F – feminilidade; (+) – positivo; (-) – negativo; X

Mas como concretizar exemplarmente tal lógica nas abordagens de gênero? Ora, quando um autor afirma que, para mudar sua condição de dominada, a mulher necessita se apropriar das características intrínsecas à masculinidade hegemônica, ele remete à articulação da lógica hegeliana, que absorve a possibilidade da criação contínua da diferença de gênero a uma suposta identidade masculina hegemônica.<sup>16</sup> Assim, as possíveis feminilidades a serem inventadas – e aqui não vai qualquer afirmação metafísica que afirmaria a existência de um princípio feminino – em contradição com a masculinidade hegemônica, acabariam (re)produzindo tal masculinidade de maneira simetricamente invertida (Lévi-Strauss, 1971):

$$\mathbf{T(+)} \times \mathbf{A (-)} = \mathbf{S(+)} :: \mathbf{I(+)} \times \mathbf{D(-)} = \mathbf{I(+)} :: \mathbf{F} \times \mathbf{MH} = \mathbf{MH(-)}^{17}$$

Essa lógica, além de subsumir a mudança (uma possível criação incessante de novas feminilidades), reproduz, a princípio, o tradicional sistema lévi-straussiano no qual a inversão do termo (homem) pela relação (mulher) nas trocas de parentesco não alteraria a condição do jogo, apenas apresentando uma simetria invertida do processo (Lévi-Strauss, 1967). Neste sentido é possível afirmar com Gonçalves que os estudos de gênero, de uma forma ou de outra, vêm pautando e defendendo em suas abordagens teóricas a postura de que a

(...) perspectiva do homem tem englobado a da mulher (...) [tais] estudos tratam, sem dúvida, de uma reflexão sobre a diferença mas não necessariamente passam por um questionamento sobre a ontologia desta diferença: ontologia aqui empregada no sentido filosófico do termo, isto é, o universo das qualidades que constituem e engendram essa diferença e como esta diferença produz e é produzida (...). (Gonçalves, s.d., p. 8)

Nesta busca por compreender a diferença – a qual, não raro, confundem com desigualdade – os autores terminam por sugerir questionamentos que remetem à pergunta: o que é a identidade? Não seria mais apropriado perguntar *qual* identidade? Ou *qual é*, ou *quais são* as identidades? Isso porque o conceito puro (identidade) parece ser uma invenção lógica exaltada no pensamento filosófico-científico tradicional, não existindo na realidade concreta nada que dele se aproxime de fato. A articulação desse processo lógico aplicado aos problemas das relações de

---

(-1) X – invertido; :: – assim como; dn – diferenças inúmeras.

<sup>16</sup> Agradeço à professora Madel Therezinha Luz, socióloga e professora titular do Instituto de Medicina Social / Uerj, a sugestão deste problema.

<sup>17</sup> Ver nota 15.

gênero (dentre outros) subsume, como foi dito, a possibilidade da diferença à identidade masculina hegemônica, tida como a identidade, o conceito, ou o paradigma por excelência.

Uma lógica da diferença apresentar-se-ia de maneira diversa. Em vez da tese com sua luta de contrários, na qual o movimento surge apenas como manifestação do imutável (a identidade ou o Absoluto), haveria apenas a univocidade da diferença com toda a plenitude do devir aparecendo como manifestação intrínseca dessa própria diferença, síntese disjuntiva. Em vez do princípio idealista do processo lógico dialético, a lógica da diferença remeteria a infinitas diferenças, as quais não necessitariam de qualquer presença do negativo para afirmar suas identidades circunstanciais e voláteis:

$$D=dn^{18}$$

As feminilidades,<sup>19</sup> diante do ideal de uma masculinidade dominante, em lugar de serem absorvidas na identidade criada por esta, seriam manifestações do próprio movimento, apresentando inúmeras possibilidades de existência feminina que fugiriam dos padrões estáticos, ou termos e relações que reproduzem as tradicionais relações de poder, em vez de dobrá-las, subvertendo-as em uma criatividade incessante, usina da diferença. Pluralidade das identidades voláteis e circunstanciais sempre prontas a reagir contra a solidificação dos conceitos metafísicos e das sempre presentes relações de dominação.

As várias abordagens de gênero, calcadas no pensamento tradicional, propõem a mulher como necessitando "tomar o poder masculino"... em uma apologia igualitarista que acaba por representar uma renovação do conformismo. A possibilidade de criar novas formas de existência da mulher apresenta-se, nesse pensamento, anulada pela afirmação da identidade masculina como hegemônica e encompassadora das diferenças. O conformismo é devido ao fato de que os princípios e valores de tal masculinidade são definidos como princípio normativo e único – como princípio identitário. Em vez de estabelecer a afirmação da multiplicidade, a lógica tradicional instauraria um centro único. O pensamento da diferença, ao contrário, implicaria uma descentralidade, uma infinidade de possibilidades e combinações que

---

<sup>18</sup> Ver nota 15.

<sup>19</sup> Aqui reitera-se o plural (feminilidades), pois, afirmar uma feminilidade no singular seria cair da mesma forma na conjuração da identidade ou de substancialismo que renega a diferença e as multiplicidades identitárias circunstanciais ou perspectivas.

possibilitariam o estabelecimento, sempre momentâneo, de novas subjetivações, novas estruturas simbólicas e práticas. Seria na multiplicidade das diferenças que se produziria o movimento, a mudança de fato; cada diferença específica passaria e se reencontraria através de todas as outras, sem lhes opor uma negatividade deletéria. Essa seria a repetição da diferença que afirmaria o que difere, ao contrário do pensamento tradicional, que subsume a diferença a uma suposta identidade estática.

A apropriação das estruturas dos valores estabelecidos, tomando-os como símbolos de excelência, é uma forma enganosa de propor mudanças que não passam de reprodução das regras do jogo da tradicional dominação. A lógica dialética, articulada pelos tradicionais estudos sobre as relações de poder e dominação, não raro apresenta uma proposta de mudança da condição dos "dominados" (no caso a condição feminina), pautada por uma reterritorialização que reduz a conquista ao processo tradicional de dominação, apenas invertendo simetricamente seus termos e relações, como foi dito.

A ilusão de movimento que a lógica dialética imprime ao pensamento produz na *práxis* uma macrogeometria do sedentário (Deleuze & Gattari, 1996) que gradualmente fabrica as atitudes conservadoras constitutivas do processo que anteriormente ela mesma se propõe combater, inserindo no social, e nas relações de gênero em particular, os perigos da dominação tradicional apenas invertida, impedindo um possível nomadismo concretizador de novas formas de ver e criar o mundo. Contra o processo sedentário do pensamento dialético, uma lógica das multiplicidades e da imanência que conhecesse apenas a diferença, os fluxos e o devir, como movimento inerente à realidade social, poderia estabelecer pluralidades perspectivistas que não instaurassem a fixidez de uma identidade dominante como paradigma a ser seguido, mas, ao contrário, apresentassem a multiplicidade das existências com suas criatividades imanentes.

Alguns acontecimentos ocorridos no Ocidente, principalmente a partir da década de 1960, esboçam a manifestação dessa lógica da diferença. A possibilidade de novas "*formas de ser, de pensar, de relacionar-se com a autoridade, de relacionar-se sexualmente*" (Foucault, 1988, p. 301) despontou ocasionalmente no horizonte desse período, significando uma espécie de resistência ao poder da lógica identitária hegemônica. Uma atitude criadora e crítica, surgida mediante a articulação de práticas específicas de subversão simbólica, indicou a construção possível do que Foucault denominou estética da existência. Essa apontava para "*novos modos de ser,*



*de viver e de pensar*” (Mariano, 2000, p. 65), indicando também, em conseqüência, a possibilidade de mudanças estruturais que, se não ocorreram de fato, foram ao menos esboçadas.

O caso Leila Diniz – dentre tantos outros – pode ser considerado um exemplo de subversão da lógica da identidade. Leila, ao mesmo tempo em que foi produto das forças (do *habitus*) que a constituíram, conseguiu dobrar as mesmas, apontando de maneira autêntica e desinibida para novas formas de existência (Goldenberg, 1994). Se foi produto de estruturas sociais permeadas pela atitude das classes médias psicanalisadas e das modas de protesto do período, não perdeu sua postura de mulher em busca da liberdade de ser autêntica, independente de qualquer movimento coletivo cerceador. Por isso, não adotou a *androlatria* como via de subversão das forças hegemônicas, mas procurou construir sua vida como obra de arte, vivendo a singularidade do instante e do desvio como abertura para o devir. Nesse processo, foi ela mesma uma força na constituição de novas feminilidades, propondo novos tipos de relacionamentos amorosos, inventando novas formas de ser mãe e novas formas de sentir o amor. Sua vida pode ser considerada um exemplo sociológico de integração entre ação e estrutura, pois se ela “*concretizou os desejos e as aspirações das jovens de sua época*”, desejos e aspirações que faziam parte de uma espécie de espírito do tempo, ela também “*se distinguiu*” (idem, p. 449) dessas jovens, visto que promoveu a mudança tanto por oportunidade estrutural – era a pessoa certa no lugar certo –, quanto por talento próprio – produto de intensidades imponderáveis que constituem a singularidade de alguns indivíduos.

A existência de Leila Diniz, apenas um exemplo entre milhares ao longo da história, esboça, em relação à crônica querela sociológica indivíduo/sociedade, a problemática referente à lógica da diferença e à força da subjetivação que tal lógica pode proporcionar em determinados contextos. Ela coloca a questão como subverter o poder simbólico com toda a sutileza inerente a sua reprodução e compreender nesse processo a lógica da mudança social? Se a resistência ao poder só pode ser realizada a partir de seu próprio interior, da rede de micropoderes que se quer denunciar e combater, então parece não haver possibilidade de escapar desses micropoderes, ou em linguagem mais bourdieuana, parece não existir a possibilidade de mudar as regras do jogo da dominação, apenas os papéis e posições dos jogadores, dado que, enquanto indivíduos, eles mesmos são produto das estruturas articuladas e reproduzidas por sua *práxis*.

A hipótese aqui veiculada é que esse claustro é rompido esporadicamente pela atuação de determinados elementos que, devido à sua singularidade, subvertem as forças que os constituem, articulando uma lógica da diferença que cria novas possibilidades de existência. Tais possibilidades podem ou não ser copiadas pela maioria. Não se trata aqui de rearticular uma teoria voluntarista e individualista, mas de ressaltar o papel da subjetivação e da auto-reflexividade nas formações sociais. Tais elementos, que podem ser chamados elementos da mudança social, não são construídos pelos indivíduos, durante o processo histórico, por meio de uma escolha racional, mas produtos singulares desse processo; e singulares porque têm na diferença o próprio diferencial em relação à maioria. Como escreveu Lévi-Strauss:

Devemos, pois, distinguir cuidadosamente a transmissão de uma técnica de uma geração à outra ou melhoramento das técnicas no seio de cada geração. Essas supõem sempre o mesmo **poder imaginativo** e os mesmos **esforços encarniçados** da parte de **alguns indivíduos**, qualquer que seja a técnica particular que tenhamos em vista. As sociedades a que chamamos primitivas não têm menos homens como um Pasteur ou um Palissy do que outras. (1976, p. 82) [grifo nosso]

Essas palavras do antropólogo mais influente de todos os tempos e formulador do estruturalismo são significativas ao sugerirem que as possíveis mudanças sociais, produzidas pelas inovações, podem ser produto do talento (poder imaginativo) e do esforço de alguns elementos diferenciais e singulares.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BADINTER, Elizabeth. *X Y: sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- BIRD, Sharon. Welcome to the Men's Club. *Gender and Society*, v. 10, n. 2, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, Marta Julia Marques; MEYER, Dagmar Estermann & WALDOW, Vera Regina (orgs.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- \_\_\_\_\_. *La domination masculine*. Paris: Seuil, 1998.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- DELEUZE, Gilles. *Différence et répétition*. Paris: PUF, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- \_\_\_\_\_. *A lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Nietzsche e a filosofia*. Porto: Rés, [s.d.].
- \_\_\_\_\_. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- \_\_\_\_\_. & GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.
- FEITOSA, Roberto. Para além da dialética: o anti-hegelianismo de Nietzsche e Deleuze. In: LINS, D.; COSTA, S. & VERAS, A. (orgs.). *Nietzsche e Deleuze: intensidade e paixão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense, 1977.
- \_\_\_\_\_. Qué es la Ilustración (Was ist Aufklärung?). *Sociológica*, México, Universidad Autónoma Metropolitana, v. 3, n. 7-8, p. 289-311, mayo-dic. 1988.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- FRIEDAN, Betty. *A segunda etapa*. Petrópolis: Vozes, 1983.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*. São Paulo: Unesp, 1993.

GOLDENBERG, Mirian. Leila Diniz: a arte de ser sem esconder o ser. *Revista de Estudos Feministas*, n. 2, p. 445-453, 1994.

GONÇALVES, Marco Antônio. *Produção e significado da diferença: revisitando o gênero na antropologia*. Rio de Janeiro: Lugar Primeiro / PPGSA / IFCS / UFRJ, [s.d.].

\_\_\_\_\_. *O mundo inacabado: ação e criação em uma cosmologia amazônica – etnografia pirahã*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

JAEGER, Werner. *Paideia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

KIMMEL, Michael. A produção de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, v. 4, n. 9, p. 103-117, 1998.

LAGROU, Elsjie Maria. *Corpos, caminhos e duplos: uma abordagem perspectivista da identidade e da alteridade entre os Kaxinawa*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Antropologia) – FFLCH, Universidade de São Paulo.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

\_\_\_\_\_. *Mitológicas: de la miel a las cenizas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1971.

\_\_\_\_\_. *Les structures élémentaires de la parenté*. Paris: Mouton, 1967.

LIMA, Tania Stolze. O dois e o seu múltiplo: reflexões sobre o perspectivismo em uma cosmologia Tupi. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 21-47, 1996.

LIPOVETSKY, Gilles. *A terceira mulher*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOURAUX, Nicole. A tragédia grega e o humano. In: NOVAES, A. (org.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LUZ, Madel. A saúde em forma e as formas da saúde: superando paradigmas e racionalidades. In: V CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES Y MEDICINA, Isla Marguerita, Venezuela, 7-11 jun. 1999.

\_\_\_\_\_. *As novas formas da saúde e a saúde em forma: práticas, representações e valores culturais em saúde coletiva*. Rio de Janeiro: IMS / UERJ, 2002.

MARIANO, Ricardo. Contribuições de Foucault à crítica da modernidade e à historiografia. *Plural*, USP, São Paulo, v. 7, p. 61-80, 2000.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Epu / Edusp, 1974.

MEAD, Margareth. *Macho e fêmea*. Petrópolis: Vozes, 1971.

NIETZSCHE, Friedrich. *Humano demasiado humano*: um livro para espíritos livres. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 133-174, 1990.

SIMMEL, Georg. *Filosofia do amor*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

\_\_\_\_\_. O segredo. *Política e trabalho*: revista de ciências sociais, n. 15, p. 221-226, set. 1999.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Atualização e contra-efetuação do virtual na socialidade amazônica. *Ilha*: revista de antropologia, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 5-46, dez. 2000.

\_\_\_\_\_. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.

WACQUANT, Löic. *Corpo e alma*: notas etnográficas de um aprendiz de boxe. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

WEBER, Max. *Economía y sociedad*. México: FCE, 1995.

WOLF, Naomi. *O mito da beleza*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

## RELAÇÕES DE GÊNERO: notas introdutórias

Renato Veloso\*

## RESUMO

Entende-se que o gênero está presente cotidianamente na sociedade, ainda que obscuramente, e a sua problematização torna-se ímpar para as diversas formas de intervenção social. O fato de o gênero ser um dos elementos constitutivos das relações sociais nos coloca a demanda de investimento no que tange ao seu estudo e seu entendimento. O que se pretende neste artigo é apontar como esta categoria pode ser útil para a reflexão sobre as relações sociais.

Palavras-chave: gênero, mulher, relações sociais, feminismo, questão social.

## ABSTRACT

We believe that the gender is present in the society and its discussion and consideration is really important to the several kinds of social action. Understanding the gender as an element constituent of social relations shows us the necessity of investment in its study and understanding. Most people do not realize gender relations, but it is sure that they are part of the social question. That's why we must have a formation that provides subsidies for the realization of an analysis able to know the group of social relations where it is situated. The study of gender relations is a presupposition for an effective social analysis. The aim of this essay is showing how useful this category can be for the reflection about the social question.

Keywords: gender, woman, social relations, feminism, social question.

---

\* Doutorando em Serviço Social pela UFRJ.

## 1. APRESENTAÇÃO

*Nós vos pedimos com insistência  
Nunca digam – isso é natural  
Diante dos acontecimentos de cada dia  
Numa época em que reina a confusão  
Em que corre o sangue  
Em que se ordena a desordem  
Em que o arbítrio tem força de lei  
Em que a humanidade se desumaniza  
Não digam, nunca – isso é natural.*

**Bertolt Brecht**

Este breve texto tem por objetivo oferecer alguns elementos para uma apropriação introdutória da problemática das relações de gênero, enfatizando algumas expressões do debate teórico a seu respeito. Entende-se que o gênero, compreendido como um fenômeno histórico e social em ampla articulação com o desenvolvimento e a reprodução da sociedade, deve ser tomado como uma “categoria”, pois expressa “modos de ser”, ou seja, expressa o padrão de organização de determinada sociedade. A partir desse entendimento, é possível inferir que as relações de gênero são parte da estrutura e da organização da sociedade, tendo conseqüências mediatas e imediatas para a reprodução das relações sociais. Pretende-se, portanto, apesar do caráter introdutório deste artigo, enfatizar que o gênero é um elemento fundante da vida social, e como tal participa da reprodução da sociedade, sendo, em diversas vezes, utilizado para a justificação ou “naturalização” de determinados fenômenos sociais.

## 2. GÊNERO: uma questão social

Falar em gênero, nos dias atuais, nos leva a pensar nas seguintes questões:

- a) que as desigualdades observadas entre homens e mulheres na sociedade não se explicam tendo por base apenas as suas características biológicas e, portanto, naturais, mas sim pelos processos históricos que configuram um determinado padrão de relações de gênero;
- b) na inexistência de uma “essência masculina” ou de uma “essência feminina”, de caráter imutável e universal, às quais homens e mulheres estariam presos;
- c) que a divisão de poder realizada entre homens e mulheres ocorre de maneira desigual.

Poder-se-ia sintetizar as afirmações acima tratando as relações de gênero como uma “construção social” (Louro, 1996; Kergoat, 1996; Meyer, 1996) ou ainda, nas palavras de Scott (1995), como a organização social das relações entre os sexos. A importância de se perceberem as origens sociais de determinado padrão vigente de relações de gênero reside na constatação de que se as causas da desigualdade são sociais, também são sociais as suas possibilidades de transformação. Busca-se com esta breve argumentação demonstrar que não parece ser possível, nos dias atuais, pensar que a justificativa para as desigualdades entre homens e mulheres resida no plano dos fatores naturais, ato que nem o pensamento mais conservador ousa fazer.

### 3. A RELAÇÃO ENTRE O FEMINISMO E A CATEGORIA GÊNERO

Algumas autoras afirmam que a difusão da categoria analítica gênero nas ciências sociais latino-americanas foi a mais significativa contribuição teórica dos feminismos desses países (Lamas, 2000). Não cabe, aqui, analisar o rigor teórico empregado na utilização da categoria, mas sim apontar a importância do movimento feminista, e, sobretudo, da crítica teórica produzida por esse movimento, para o debate referente às relações de gênero, que impulsionou o que Moraes (1998) chamou de “perspectiva feminista de análise”, a qual, dentre outras coisas, “ajudou a entender as complexas dimensões de um mundo em que a distribuição do poder obedece a hierarquias sexuais e de classe social” (idem, p. 101).

Para Sorj, a reflexão acadêmica feminista, que se desenvolveu em proximidade com o movimento, teve, em termos gerais, uma dupla motivação: “reestruturar a tradição das ciências sociais, alterando conceitos e metodologias consagradas, e formular um projeto de emancipação das mulheres” (1992, p. 16).<sup>20</sup> É no bojo desse processo que se gesta a categoria gênero, que, de acordo com Louro, “está ligada diretamente à história do movimento feminista contemporâneo” (1997, p. 14).

### 4. OS “ESTUDOS SOBRE MULHER” E O SURGIMENTO DA CATEGORIA GÊNERO

A categoria gênero foi introduzida no debate acadêmico norte-americano na década de 1970, ao passo que, no Brasil, data do início da década de 1990 o aparecimento de estudos sobre o tema. Quando a categoria passa a ser utilizada nos meios acadêmicos, disputa

---

<sup>20</sup> Um dos aspectos percebidos por Scott em sua reflexão sobre a categoria gênero é o caráter transformador dessa categoria, não apenas quando se a situa na esfera específica das relações entre homens e mulheres, mas também quando articulada à produção de conhecimentos. De acordo com a autora, um dos principais pontos levantados pelas feministas é o de que “a pesquisa sobre as mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas no interior de cada disciplina” (1995, p. 1), impondo uma “reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente” (1995, p. 2).



espaço com os chamados "estudos sobre mulher", os quais, segundo Louro (1996), eram tributários dos movimentos sociais dos anos 1960 e 1970, e considerados como uma resultante da chamada "segunda onda" do feminismo. As iniciadoras desse trabalho de reflexão e de produção acadêmica foram as próprias mulheres envolvidas na militância feminista, e o grande esforço por elas despendido tinha por objetivo "*dar visibilidade à mulher como agente social e histórico, como sujeito*" (Louro, 1996, p. 8), ou seja, "*tornar visível aquela que fora ocultada*" (idem, p. 17).

Se num primeiro momento as produções acadêmicas se detinham basicamente na denúncia da opressão – tendo, dessa forma, um caráter mais descritivo do que propriamente analítico –, aos poucos foram sendo exigidas explicações mais contundentes, em vez de descrições, ainda que minuciosas, sobre as vidas femininas. As tentativas de ensaiar explicações e articulações com os grandes quadros teóricos tornaram-se cada vez mais recorrentes, sendo produzidas análises consistentes no campo de várias disciplinas, como a sociologia, a história, a literatura, a educação, entre outras.

No entanto, as polêmicas envolvendo a utilização da categoria gênero em estudos e trabalhos sobre a situação da mulher na sociedade foram muitas. A resistência presente em algumas feministas consistia em dois pontos principais:

1) em primeiro lugar, se por um lado, a categoria gênero sugeria de modo mais imediato uma ancoragem teórica, por outro, parecia implicar uma abrangência que poderia representar um novo ocultamento do sujeito feminino, o que ia de encontro ao objetivo dos "estudos sobre mulher", que era justamente o de dar visibilidade às mulheres. Aqui, caberia esclarecer que gênero, tomado numa acepção relacional, refere-se aos processos de formação da masculinidade e da feminilidade, o que significa dizer que a atenção não se volta exclusivamente para a mulher em si, mas para as relações sociais nas quais homens e mulheres estão inseridos. Do nosso ponto de vista, isso não significaria um ocultamento da mulher, mas sim um novo tratamento da questão, apreendendo o gênero não como um fenômeno relativo apenas às mulheres (embora se saiba que o impacto das desigualdades seja muito maior para elas), mas também aos homens, dado que estes estão amplamente implicados na produção e reprodução das desigualdades de gênero;

2) o outro ponto polêmico diz respeito ao fato de que na língua inglesa a palavra *gender* tinha já dicionarizado um sentido relacionado à diferença sexual, ao passo que na língua portuguesa o dicionário não traz essa acepção. As feministas norte-americanas optaram por utilizar o termo gênero para enfatizar o caráter social da apropriação e hierarquização das

diferenças entre os sexos. Essa luta não foi imediatamente traduzível para outros idiomas, assim, nem todas conseguiram perceber que o uso do termo gênero trazia implícita uma postura política de negação de determinadas interpretações biologicistas das relações de gênero.

O fato é que, apesar das polêmicas (ou graças a elas), começava a se abrir caminho para uma nova forma de análise das desigualdades existentes entre homens e mulheres: a categoria gênero era o eixo condutor desse processo e com a sua utilização buscava-se rejeitar o determinismo biológico presente em termos como "sexo" ou "diferença sexual". Além de um instrumento analítico, essa categoria é também, nas palavras de Louro (1997), "uma ferramenta política", pois permite a apreensão do caráter social do gênero, o que remete a discussão para o campo social (visto que é no âmbito da sociedade que se produzem e reproduzem relações desiguais e hierarquizadas entre os sujeitos) e não apenas para o campo da natureza, pois não é nesse campo que as justificativas para as desigualdades deveriam ser buscadas.<sup>21</sup>

## 5. A CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA ANALÍTICA GÊNERO

Até aqui, vimos que o termo "gênero" começa a ser utilizado com mais frequência por feministas brasileiras a partir da década de 1990, no bojo de uma importante transformação nos estudos feministas, que passavam a transitar da perspectiva dos "estudos sobre mulher" para os "estudos sobre gênero".<sup>22</sup> Mas, em que consistiam esses "estudos de gênero"? O que eles traziam de novo? Qual era, enfim, a contribuição que a categoria gênero poderia oferecer para a análise das desigualdades sociais e para a transformação destas desigualdades?

Para ajudar-nos a responder tais questões, caberia a utilização da importante contribuição oferecida pela historiadora Joan Scott (1995), que, dentre outras coisas, mostrou as diversas

---

<sup>21</sup> Embora a ênfase esteja sendo atribuída ao caráter social do gênero, não há nesse texto a intenção de se esquecer a dimensão biológica que está presente, também, na construção do gênero. Como aponta Louro, "ao dirigir o foco para o caráter 'fundamentalmente social', não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas" (1997, p. 22).

<sup>22</sup> Duas autoras que constataram esta "reterritorialização" da discussão sobre a mulher foram Lavinias & Castro, que perceberam, ao analisar a produção do *GT Mulher e Trabalho* da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, na década de 1980, a formulação, no interior dessa produção, do conceito de "relações sociais de gênero". Tratou-se de uma postura teórica que, segundo as autoras, anunciou uma "profunda mudança na delimitação do objeto", que antes consistia na "construção social e subordinada do feminino", passando, posteriormente, a se configurar como "a construção das relações sociais entre homens e mulheres, isto é, as relações de gênero" (1992, p. 243).

formas pelas quais o termo "gênero" era utilizado com vistas à compreensão das relações entre homens e mulheres. A autora, voltando-se especificamente para a sua área de atuação (a história), percebeu alguns limites na maioria dos trabalhos produzidos por historiadores, e classificou-os em dois grupos distintos:

- 1) um essencialmente descritivo, que não se importava com a interpretação ou o desvendamento da causalidade do fenômeno das relações de gênero;
- 2) e outro de ordem causal, que, contrariamente ao primeiro, elaborou e vem elaborando teorias e formulações sobre a natureza do fenômeno do gênero.

Em relação ao primeiro grupo, a autora verificou que o termo "gênero" foi utilizado como um substituto para o termo "mulheres". Se por um lado poder-se-ia supor que tal atitude empobreceria a relevância analítica do gênero enquanto categoria teórica, por outro essa substituição tem certa importância, na medida em que torna possível sua inserção acadêmica de certa forma dissociada, no plano da aparência, do movimento feminista, com o qual o termo "mulher" tinha uma relação direta. Assim, Scott demonstra que o uso do termo gênero indicava a *"erudição e a seriedade de um trabalho"* (1995, p. 3), com uma conotação "neutra" e "objetiva", ao passo que o termo "mulheres" era fortemente associado ao feminismo e à política. Cria-se, portanto, a impressão de uma dissociação entre gênero e mulher, quando na verdade os dois termos estão fortemente imbricados. No entanto, essa impressão de separação teve a sua relevância, pois resultou no que a autora chamou de *"procura por uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 80"* (idem, p. 3).

Ainda nessa abordagem descritiva do gênero, Scott aponta a indicação do seu caráter relacional, quando as pesquisadoras sugerem que *"a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro"* (idem, p. 3), rejeitando-se a noção das esferas separadas, segundo a qual a experiência de um sexo tem muito pouco a ver com a experiência do outro. Gênero é tomado, portanto, como um indicador das "construções sociais", no que se referem às funções e atributos considerados próprios dos homens e das mulheres. É tomado ainda como uma *"maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres"* (idem, p. 3), o que, segundo essa definição, apresentaria uma *"categoria social imposta sobre um corpo sexuado"* (idem, p. 3). A despeito do caráter excessivamente social atribuído ao gênero presente nessa definição, o que levantou questionamentos por parte de algumas feministas francesas (cf. Almeida, 1998, p. 148-149), fica evidenciada em tal abordagem a distinção

entre práticas sexuais e papéis atribuídos a homens e mulheres. Se por um lado se reconhecem as conexões entre o sexo e os chamados "papéis sexuais", por outro, não se pressupõe entre eles uma relação direta, dado que gênero, nessa acepção, enfatiza o conjunto de relações sociais, que incluem o sexo, mas que não são diretamente determinadas por este.

O mérito da abordagem que toma o gênero como um elemento descritivo reside no fato de que a partir de sua utilização foi possível o mapeamento de um novo terreno de estudos. Faltava, no entanto, demonstrar como o gênero não deveria estar circunscrito apenas a temas ligados ao "*estudo das coisas relativas às mulheres*" (Scott, 1995, p. 4), apontando-se a relevância dessa categoria para o estudo de questões consideradas de maior amplitude e que não possuíam uma relação visivelmente direta com a questão das mulheres. Era necessário que fosse apontado como a política e o poder, por exemplo, possuíam uma dimensão de gênero, fato que até então não fora constatado pelas(os) pesquisadoras(es).

Uma outra questão a ser enfrentada era a explicação das razões pelas quais as relações de gênero assumiam determinado padrão de vigência em cada sociedade. Até então, fora dito que as relações entre os sexos eram sociais, mas não haviam sido explicadas as suas causas, formas de funcionamento e possibilidades de mudança dessas relações. Era necessária, portanto, a construção do gênero como uma categoria capaz de analisar os fenômenos sociais; era necessária a explicitação de seu potencial heurístico.

## 6. A DEFINIÇÃO DE GÊNERO

Mas como Scott, tão importante no debate nacional e internacional sobre essa questão, entende o fenômeno das relações de gênero? A definição de gênero apresentada por Scott (que teve grande receptividade no meio acadêmico brasileiro) se apresenta em duas partes inter-relacionadas:

1) "*o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos*" (idem, p. 11);<sup>23</sup>

2) "*o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder*" (ibid.).<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> Vale a pena transcrever a observação de Saffioti a respeito da importância dessa formulação de Scott: "*Embora aparentemente as diferenças anatômicas entre homens e mulheres adquiram relevância (...), na verdade, a ênfase é posta sobre o 'percebidas' e não sobre as diferenças*" (1992, p. 197). Como aponta Saffioti, o vetor, na formulação de Scott, vai do social para o anatômico, e não o contrário. O anatômico é tratado, então, como uma percepção socialmente modelada.

<sup>24</sup> Acerca desta segunda proposição, comenta Saffioti (idem, p. 197) que "gênero é a maneira primordial de significar relações de poder"... Acrescenta a autora que "relações de poder exprimem-se

Em relação à primeira parte de sua proposição, o gênero articula quatro elementos relacionados entre si, que seriam: a) os "símbolos culturalmente disponíveis", de várias modalidades e nos mais variados contextos; b) os "conceitos normativos", expressos nas mais diferentes formas, como as doutrinas religiosas, práticas educativas, científicas, políticas, jurídicas etc., que evidenciam as diversas interpretações dos sentidos que os símbolos possuem; c) a percepção de que o gênero se encontra presente na esfera política, bem como nas organizações e instituições sociais, não se limitando, portanto, a esferas tradicionalmente consideradas como específicas do gênero, como as relações de parentesco, por exemplo; d) a "identidade subjetiva", que possui em seu processo de construção uma forte influência do gênero (idem, p. 11-12). Esses quatro elementos, apesar de terem sido apresentados pela autora de maneira separada apenas para fins analíticos, devem ser encarados como detentores de uma íntima relação, dado que nenhum deles pode operar sem estar referido aos outros.

A primeira parte da proposição da autora tem por objetivo demonstrar o efeito do gênero nas relações sociais e institucionais, oferecendo instrumentos para tornar tal análise sistemática e precisa. É na segunda parte que a autora pretende apresentar a sua teorização do gênero. Ao afirmar que o gênero é "*um campo primeiro no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado*" (idem, p. 12), Scott chama a atenção para o fato de que esse se constitui como um conjunto de referências que "*estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social*" (ibid.), o que resulta no entendimento de que o gênero encontra-se implicado na "*concepção e construção do poder em si*" (ibid.). O gênero é entendido pela autora como um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana, visto que "*mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações de poder*" (idem, p. 11), sendo o gênero um dos meios de se tornar eficaz a sua significação.

## 7. GÊNERO E DIFERENÇA SEXUAL

Será então que poderíamos entender o gênero apenas como a diferença sexual existente entre homens e mulheres? Não. O gênero é bem mais do que isso. Pensá-lo como diferença sexual apenas, significaria reduzi-lo a uma de suas manifestações. No entanto, mediante as

---

**primordialmente** através das relações de gênero. Tal fato é primordial em mais de um sentido. É primevo, porquanto antecedeu, e de muito, a emergência das sociedades centradas na propriedade privada dos meios de produção. (...) É primordial, ainda, pelo fato de permear absolutamente todas as relações sociais, sejam elas de classe social ou étnicas. Este ponto é de fundamental relevância, pois se trata de profunda articulação entre gênero e classe social na trama de relações de poder" (grifo da autora).

diferenças percebidas entre os sexos (como sugeriu Scott) e a forma pela qual essas diferenças são apropriadas e transformadas em desigualdades, é possível se perceber o padrão de gênero vigente. Uma autora que nos auxilia a pensar essa questão é Teresa de Lauretis (1994), para quem a utilização do gênero como diferença sexual tem como resultado uma série de noções, tais como as de "cultura da mulher", "escrita feminina", "feminilidade" etc., o que afirma cada vez mais a própria diferença sexual e limita a perspectiva de mudança das relações de gênero.

Situar o problema do gênero no âmbito específico da diferença sexual significa que os resultados decorrentes do seu enfrentamento se concretizarão em mudanças em maior ou menor direção rumo à "igualdade" das mulheres em relação aos homens, não constituindo, no entanto, mudanças substanciais nas relações de gênero. Pensar em termos de "diferença sexual" significa colocar em evidência a diferença da mulher em relação ao homem, o que leva a crítica a permanecer amarrada "*aos termos do próprio patriarcado ocidental*" (Lauretis, 1994, p. 207). Ou seja, o entendimento do gênero como diferença sexual "*confina o pensamento crítico feminista ao arcabouço conceitual de uma oposição universal do sexo (...), o que torna muito difícil, senão impossível, articular as diferenças entre mulheres e Mulher*" (ibid.). Aponta-se para a necessidade de se perceber que existem diferenças entre as próprias mulheres entre si, descartando-se a noção de Mulher tomada de forma homogênea, como se existisse, de fato, uma "essência feminina" da qual todas as mulheres seriam portadoras.

Percebendo e criticando as limitações da utilização do gênero apenas como diferença sexual, Lauretis chama a atenção para o surgimento, nos estudos feministas, de uma abordagem de maior abrangência, que engloba tanto as diferenças sexuais como também a percepção de que o gênero está presente nos códigos lingüísticos e nas representações culturais existentes na sociedade. Tal percepção demandaria uma concepção de gênero que não estivesse tão presa à idéia de "diferença sexual", a ponto de se confundir com ela. Ou seja, fez-se necessária a desconstrução da "*imbricação de gênero e diferença(s) sexual(is)*" (idem, p. 208). É a partir desse quadro que Lauretis propõe o gênero como "representação" e "auto-representação", produto de diferentes tecnologias sociais, discursos, epistemologias, práticas, críticas etc., institucionalizados ou não, ou seja, o gênero está presente em todas as relações sociais.

Ao tomar o gênero não como algo existente *a priori* nos seres humanos, mas como um conjunto de efeitos sociais produzido no âmbito das próprias relações sociais, Lauretis o

concebe como produto e processo da sociedade (idem, p.208), apresentando uma proposta de teorização do gênero que se divide em quatro partes:

1) o gênero é a representação de uma relação que possui implicações concretas e reais tanto sociais quanto subjetivas nas vidas das pessoas (idem, p. 209), não representando, portanto, um indivíduo, mas sim uma relação social;

2) *"a representação do gênero é a sua construção"* (ibid.), ou seja, constrói-se por meio do gênero uma relação entre uma entidade e outras entidades já existentes. Dessa forma, *"a construção do gênero é tanto o produto quanto o processo"* (idem, p. 216-217), não só de sua representação, como também de sua auto-representação, isto é, de sua representação subjetiva;

3) a construção do gênero se opera cotidianamente nas variadas práticas sociais existentes, sejam elas institucionais, acadêmicas, artísticas, intelectuais, teóricas e, inclusive, no interior do próprio feminismo (idem, p. 209); ou ainda, *"a construção do gênero ocorre (...) através das várias tecnologias do gênero (...) e discursos institucionais (...) com o poder de controlar o campo do significado social e assim produzir, promover e 'implantar' representações de gênero"* (idem, p. 228);

4) *"a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução"* (idem, p. 209), ou seja, à medida que tentativas de desconstrução do gênero são efetuadas sem alcançarem o resultado esperado, qual seja a real crítica às formas de produção e reprodução de desigualdades baseadas no gênero, o que passa a ocorrer de fato é a continuidade da retenção das mulheres à "feminilidade" ou, nas palavras de Lauretis, tende-se a *"reposicionar a subjetividade feminina dentro do sujeito masculino"* (1994, p. 236). Impede-se, portanto, a entrada do novo sujeito social que se pretendia colocar em evidência. Nessas tentativas, o gênero é desconstruído, só que é também, ao mesmo tempo, reconstruído, sem, no entanto, atender aos objetivos da igualdade de gênero.

## 8. MAS, AFINAL, O QUE É "GÊNERO"?

A partir do quadro que foi apresentado de maneira breve e sucinta, é possível extrair alguns elementos que permitem elaborar uma compreensão sintética do fenômeno das relações de gênero que se aplique a propostas de trabalho voltadas ao combate das desigualdades sociais e à transformação do padrão vigente de relações de gênero. Em síntese, o que se pretendeu demonstrar a partir da exposição do debate teórico em andamento é que "gênero" é um termo, ou um conceito, ou ainda uma categoria (como preferimos utilizar) que designa o

fenômeno ou conjunto de fenômenos que expressam um padrão específico de relações existentes entre homens e mulheres, homens e homens, e mulheres e mulheres.

Essas relações – que, na nossa sociedade, são, em sua maioria, marcadas pelas desigualdades – explicitam a existência de uma forma determinada de relação entre os diversos sujeitos sociais. Tal padrão de relacionamento é histórico, ou seja, é construído pela própria sociedade em seu movimento, dado pelo conjunto de forças sociais que a organizam e lhe dão uma direção. Desse modo, o gênero não é “natural”, não é fixo, imutável ou intransponível; ao contrário, varia de acordo com as necessidades particulares de cada sociedade e de cada contexto histórico. Em outras palavras, o gênero “*está intimamente interligado a fatores políticos e econômicos em cada sociedade*” (Lauretis, 1994, p. 212), tomando manifestações distintas de acordo com os contextos históricos e sociais específicos. É um fenômeno que faz parte da sociedade e que, exatamente por isso, acompanha o seu movimento, adequando-se e readequando-se de acordo com as conjunturas determinadas. Entender o gênero como um fenômeno social e histórico (e não natural) é fundamental, pois permite que a transformação das relações ligadas a ele seja vislumbrada e perseguida, o que para nós é sinônimo de uma sociedade justa e igualitária, para homens e para mulheres.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Sueli Souza de. *Femicídio: algemas (in)visíveis do público-privado*. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, Marta Julia Marques; MEYER, Dagmar Estermann & WALDOW, Vera Regina (orgs.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

KOFES, Suely. Categorias analítica e empírica (gênero e mulher): disjunções, conjunções e mediações. In: *Cadernos Pagu*, Núcleo de Estudos de Gênero / Unicamp, Campinas, n. 1, 1993.

LAMAS, Marta. "Gênero: os conflitos e desafios do novo paradigma". In: *Proposta: desigualdades de gênero*. Fase, Rio de Janeiro, n. 84-85, 2000.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LAVINAS, Lena & CASTRO, Mary G. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina de O. & BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

LOURO, Guacira Lopes. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, Marta Julia Marques; MEYER, Dagmar Estermann & WALDOW, Vera Regina (orgs.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

\_\_\_\_\_. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MEYER, Dagmar Estermann. Do poder ao gênero: uma articulação teórico-analítica. In: LOPES, Marta Julia Marques; MEYER, Dagmar Estermann & WALDOW, Vera Regina (orgs.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Usos e limites da categoria gênero. *Cadernos Pagu*, Núcleo de Estudos de Gênero / Unicamp, Campinas, n. 11, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de O. & BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. 2. ed. Recife: SOS Corpo, 1995.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, Albertina de O. & BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

VELOSO, Renato. No caminho de uma reflexão sobre serviço social e gênero. *Revista Praia Vermelha*, Programa de Pós-graduação em Serviço Social / UFRJ, Rio de Janeiro, n. 4, 2001.

## TRAVESTIS EM PERIGO OU O PERIGO DAS TRAVESTIS? Notas sobre a insegurança nos territórios prostitucionais dos transgêneros em Belém (PA)

Rubens da Silva Ferreira\*

### RESUMO

O trabalho visa a retratar os territórios prostitucionais dos transgêneros em Belém do Pará, a fim de compreender o clima de insegurança que neles predomina. Para isso realizou-se um exercício etnográfico entre os meses de abril e setembro de 2002 nos pontos de prostituição de travestis da cidade: as avenidas Almirante Barroso e Assis de Vasconcelos. Partindo de um *corpus* formado por 34 entrevistas e notas de campo, constatou-se que são múltiplas as modalidades de violência ali vivenciadas. Assim, esses espaços oferecem riscos diversos para os diferentes sujeitos que neles estão inseridos.

Palavras-chave: territórios prostitucionais, travestis, Belém, insegurança, violência.

Keywords: prostititional territories, transgendered, Belém, insecurity, violence.

### ABSTRACT

The work aims to retract the prostititional territories of the transgendered in Belém of Pará in order to understand the insecurity climate that in them predominates. For this a ethnographyc exercise was realize between the months of April and September of 2002 in the points of prostitution of the travestis of the city: the Avenues Almirante Barroso and Assis de Vasconcelos. Departing of a *corpus* formed for 34 interviews and of field notes was verify several modalities of violence lived deeply there. In the way its spaces offer several risks for the subjects that in them are inserted.

---

\* Bacharel em Biblioteconomia; mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, NAEA / UFPA.

## 1. INTRODUÇÃO

Embora o travestismo seja um fato presente em diferentes contextos históricos e culturais, a intolerância, a prostituição, as drogas e a violência fazem dele um fenômeno de sentido muito particular em sociedades complexas como a brasileira. Não obstante, tem-se verificado que na Amazônia ainda são escassas as produções acadêmicas sobre tal realidade. Em face disso, o presente artigo objetiva retratar os territórios prostitucionais das travestis<sup>25</sup> que fazem *pista*<sup>26</sup> na cidade de Belém do Pará, procurando melhor compreender o clima de insegurança que neles predomina. E nesses territórios, diga-se de passagem, estão envolvidos riscos de todos os tipos, vulnerabilizando assim os sujeitos que neles se inserem, com destaque para os passantes, os moradores dessas áreas e as travestis.

No que se refere à definição das travestis enquanto sujeitos centrais na discussão proposta, privilegiou-se o entendimento produzido durante o trabalho de campo, dada a inadequação conceitual da psicologia. Isso porque o fetichista transvético definido por essa ciência (Fetichismo, 2002) não corresponde ao modo de ser e de viver desses homens que ousaram “bagunçar” os papéis de gênero exibindo sua ambivalência em filmes, revistas e *sites* eróticos. Por conseguinte, está-se a falar de indivíduos que sentem e expressam sua homossexualidade sob uma aparência mais ou menos feminina, sendo que para isso são capazes de recorrer a recursos artificiais diversos que lhes permitam simular um corpo de mulher. Conseqüentemente, suas oportunidades na vida social e econômica tornam-se limitadas (Friedrich, 1996; Mott, 1996; 1997) em função do estigma (Goffman, 1980) que se constrói sobre sua “falha” masculina. Logo, quando provenientes de famílias pobres, como o são aquelas encontradas nas *pistas* de Belém, a prostituição aparece como uma das poucas possibilidades de geração de renda, além daquelas ocupações estereotipadas nas quais os homossexuais são facilmente encontrados, sobretudo no ramo da estética, nos serviços domésticos e nas apresentações performáticas em casas especializadas de entretenimento.

---

<sup>25</sup> O termo *travesti* é um substantivo de dois gêneros que está sendo usado no presente *paper* em sua forma feminina, dado o modo como elas costumam tratar umas às outras no dia-a-dia.

<sup>26</sup> No vocabulário dos(as) profissionais do sexo, a *pista* é o local no qual exercem a comercialização do prazer sexual. Assim, daqui por diante, o vocábulo *pista* será usado para designar as ruas, avenidas, travessas, rodovias e todo o tipo de logradouro público que serve à passagem de veículos e pedestres e no qual os sujeitos em questão executam o *trottoir*.

Considerando-se o perigo da atividade prostitucional na *pista*, não se pode prescindir da categoria violência como elemento de análise da realidade em foco. Diante de suas múltiplas possibilidades de expressão, ela é vislumbrada neste *paper* em sentido genérico, a fim de representar suas diferentes modalidades e finalidades (Velho, 1996; Simonian, 2000b) nos territórios prostitucionais dos transgêneros. Nesse sentido, procurou-se contemplá-la tanto em sua forma concreta quanto simbólica (Bourdieu, 1989), pois, como se verá adiante, as travestis, os moradores e os que transitam nesses espaços estão vulneráveis a todo tipo de violência, dentre os quais cabe mencionar os assaltos e as agressões físicas e/ou verbais. As chamadas doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) estão incluídas entre as diferentes modalidades de violência, dado o poder agressivo, destrutivo e às vezes letal de seus agentes infectocontagiosos contra a integridade imunológica do organismo humano.

Diante desse contexto, a experiência humana nos territórios prostitucionais envolve perigos diversos. Nesse ambiente de comercialização do prazer sexual, as tensões e os conflitos entre travestis, clientes e indivíduos homofóbicos fazem da *pista* um espaço de riscos e insegurança que inspira grande medo àqueles que o habitam ou dele se utilizam no exercício do direito de ir e vir.

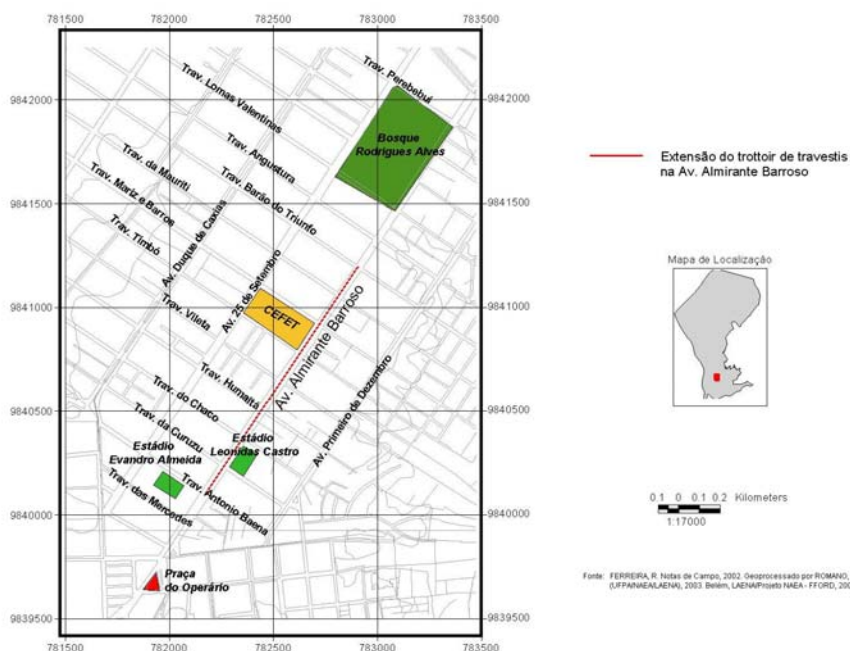
## 2. METODOLOGIA

A decisão de estudar as travestis ocorreu em função do recrudescimento dos crimes homofóbicos nas principais capitais brasileiras. De acordo com levantamento realizado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), no período de 1998 a 2001, o número de travestis brutalmente assassinadas evoluiu de 36 para 41 casos (Mott, 2002). Em sua grande maioria, as vítimas atuavam como profissionais do sexo, ocupação que as deixa bastante suscetíveis à violência, pois nem sempre é possível discernir quando se está sendo abordada para um programa de fato. Mas, em que pesem os homicídios sofridos pelas travestis, pretende-se abordar também os atos infracionais por elas cometidos como forma de não cair no simplismo do discurso vitimizante. Pois, desde os anos de 1970, elas tornaram-se conhecidas no Brasil pela habilidade no furto e no uso de lâminas (Silva, 1993; Oliveira, 1994; Kulick, 1997; 1998), conforme tem registrado a literatura antropológica. Ademais, tais atos exercem influência significativa no cotidiano daqueles que residem ou trafegam em seus territórios prostitucionais.

Em face desse quadro, o estudo etnográfico apresenta-se como um método pertinente para a averiguação das experiências que travestis e moradores vivenciam nos territórios prostitucionais da capital paraense. O trabalho de campo amplamente desenvolvido por Malinowski (1989) – entre os anos de 1914 e 1918 nas ilhas do Pacífico – não pôde ser executado em toda a sua intensidade dada a pouca disponibilidade de tempo e recursos para uma permanência mais prolongada junto à realidade que se quis observar. Entretanto, a pequena estada em campo entre os meses de abril e setembro de 2002 possibilitaram a produção de um corpo coerente de evidências sobre a violência, os conflitos e as tensões que se tornaram rotineiras no cenário visitado.

Os ensinamentos de Oliveira (1996) quanto à importância do olhar, do ouvir e do escrever, e de Simonian (2000a) sobre o perguntar e o sentir foram orientadores no que diz respeito às idas aos locais de prostituição das travestis. Com o propósito de não inibir os interlocutores contatados, o microgravador empregado no registro discursivo foi usado discretamente sob o caderno de campo em que se realizaram as anotações pontuais e as reflexões sobre a realidade enfrentada.

As idas aos territórios prostitucionais dos transgêneros ocorreram em momentos distintos, de acordo com as condições mais favoráveis para a abordagem dos interlocutores, sendo que, dentre estes, foram entrevistados 13 moradores e 21 travestis, produzindo, desse modo, um *corpus* de 34 depoimentos coletados. Os moradores das áreas de prostituição, em geral, eram inquiridos no período matutino e/ou vespertino, haja vista que ao anoitecer eles se recusavam a falar a um pesquisador desconhecido. Nesses contatos, foram várias as ocorrências de indivíduos que se mostraram temerosos em falar sobre as travestis, por acreditarem que elas são bastante perigosas. Em uma entrevista, o pesquisador chegou a ser interrompido e expulso com veemência pelo marido de uma interlocutora, proibindo-a de fazer qualquer declaração sobre a rotina do *trottoir* de travestis na avenida Almirante Barroso, ou, para ser mais preciso, na travessa Antônio Baena.



Quanto às travestis, os contatos aconteceram no período noturno, quase sempre a partir das 22 horas, quando era possível encontrá-las sozinhas ou em pequenos grupos de cinco indivíduos na *pista*. Inicialmente elas se mostraram desconfiadas em relação ao interesse em entrevistá-las, pois, como declarou Suzi<sup>27</sup> (Denilson, 26 anos, maranhense, 16 set. 2002), a imprensa costuma deturpar com freqüência seus depoimentos. Nesses contatos, cabe destacar que houve uma receptividade maior para com o pesquisador do que aquela dispensada pelos moradores do entorno da *pista*. E de um modo geral, o conteúdo articulado durante as entrevistas concentrou-se nos riscos e perigos vivenciados pelos sujeitos que se movimentam nesses espaços.

### 3. O CENÁRIO

Quando se pergunta ao belenense em que lugares podem ser encontradas travestis *batalhando*<sup>28</sup> a resposta é imediata: nas avenidas Almirante Barroso e Assis de Vasconcelos. Elas estão situadas respectivamente nos bairros do Marco e do Reduto,

<sup>27</sup> Todos os nomes que ilustram este trabalho foram alterados a fim de preservar a identidade dos interlocutores.

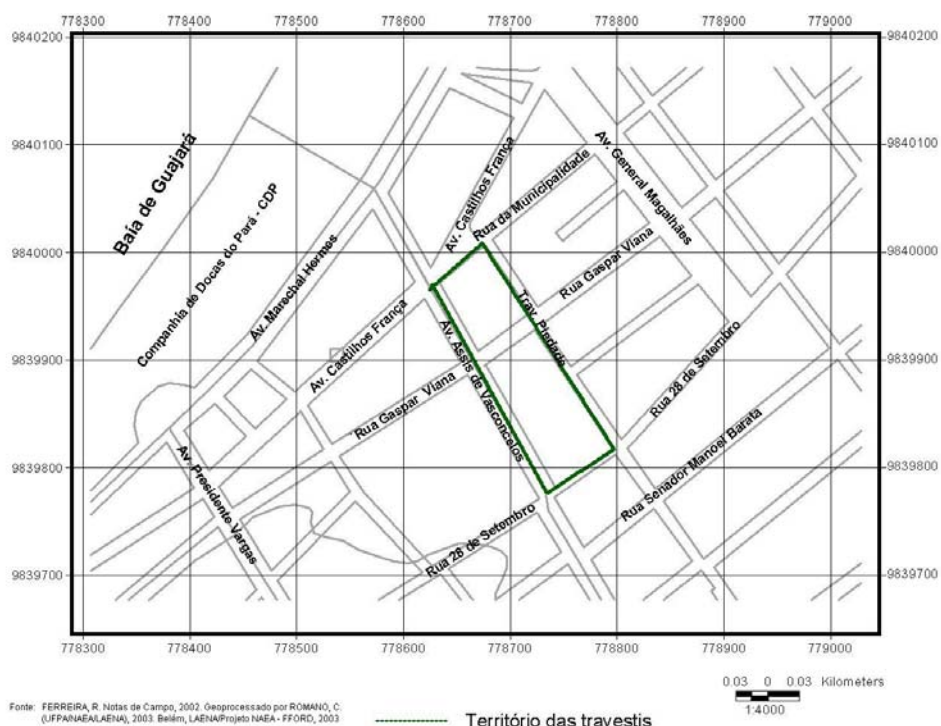
<sup>28</sup> No código dos(as) profissionais do sexo, o termo *batalha* é empregado como sinônimo de prostituição, fazendo alusão às dificuldades inerentes à mercantilização do prazer sexual, tais como a entrega física a parceiros desconhecidos, a concorrência, o frio, o ganho incerto e a violência propriamente dita.

sendo que a avenida Almirante Barroso é uma importante via de entrada e saída de veículos no município de Belém. A avenida Assis de Vasconcelos, por sua vez, é um importante corredor urbano que flui em direção à parte histórica da cidade, tendo como marco de referência o Teatro da Paz, com sua arquitetura neoclássica que lembra a fausta economia da borracha *Hevea brasiliensis* na Amazônia. Em ambas o tráfego de automóveis é intenso tanto durante o período matutino quanto vespertino. Entretanto, com o refluxo do movimento de pessoas e veículos ao anoitecer, elas são apropriadas temporariamente pelas travestis para a realização da atividade prostitutiva.

Ambas trazem as características da cidade complexa e individualista, no sentido usado por Simmel (1987), contrastando com o que se encontra nas áreas periféricas de Belém, onde ainda é possível ver costumes peculiares ao ambiente rural, como o bate-papo entre vizinhos à porta de casa (Ferreira, 2003). Tais avenidas constituem espaços cujo entorno é destacadamente comercial, dada a grande quantidade de prédios privados nos quais são oferecidos serviços diversos, como os de turismo, educação, estética e informática. As habitações verticais, há muito, já substituíram as antigas casas, que se distribuíam ao longo da Almirante Barroso e da Assis de Vasconcelos até a segunda metade do século passado. Poucas são as residências que resistem ao avanço modernizador e racionalizador do capitalismo, verificado pela expansão dos empreendimentos imobiliários nas metrópoles brasileiras.

Em cada uma das avenidas em foco podem ser encontradas formas distintas de sociabilidade. A praça da República, situada à margem esquerda da Assis de Vasconcelos, é palco freqüente de manifestações políticas e culturais da grande Belém, sobretudo nos finais de semana (Jatene, 1997; Ferreira, 2003). Aos domingos, a calçada e o gramado dessa praça são transformados num logradouro movimentado pela venda de artesanato, comidas típicas e manufaturados importados do Paraguai. Música e teatro popular são os outros grandes atrativos da praça da República nas manhãs de sábado e domingo. A Almirante Barroso, por sua vez, é dominada por uma forma de sociabilidade privada (D’Incao, 1994) representada pelos dois estádios pertencentes aos clubes de futebol mais bem-sucedidos do estado do Pará: o Remo e o Paysandu. Mas um traço comum às duas avenidas é a presença de territórios prostitucionais de transgêneros.





Historicamente o entorno da Assis de Vasconcelos é um espaço tradicional de prostituição em Belém. A alguns metros de sua margem esquerda funcionou, até 30 de março de 1970, a zona de meretrício da cidade,<sup>29</sup> fechada em primeiro de abril do mesmo ano pelo então governador Alacid Nunes. Segundo informação de seu Jorge (40 anos, paraense, 9 jul. 2002), a prostituição masculina teve início nas pensões que ali existiam e nas quais os homossexuais trabalhavam como cozinheiros, faxineiros e garçons, fazendo *programas* eventuais com os clientes do prostíbulo que buscavam experiências “diferentes”.

No início dos anos de 1970, os homossexuais passaram gradativamente a ocupar a praça da República, com ruge nas maçãs do rosto, porém em vestes masculinas. Foi só na virada da década de 1970 para a de 1980 que surgiram as primeiras travestis belenenses, inspiradas no modelo de beleza transgênero trazido da Europa e do qual Rogéria (Astolfo) foi a precursora no Brasil (Silva, 1993; Friedrich, 1996; Green, 2000). A praça da República foi o espaço escolhido por elas para o exercício do

<sup>29</sup> A zona compreendia os seguintes logradouros: 1º de Março, Riachuelo e Padre Prudêncio (Ferreira, 2003).

*trottoir* até o final dos anos 1980, mas com o aumento da violência naquele logradouro, principalmente por causa das brigas e dos assaltos cometidos pelas travestis, a intervenção policial as empurrou para a Assis de Vasconcelos (Ferreira, 2003). Atualmente só um pequeno grupo composto por nove indivíduos ainda resiste nessa avenida e em suas transversais.

A Almirante Barroso, por sua vez, constituiu-se em território prostitucional mais recentemente. Carina (Vander, 26 anos, paraense, 16 abr. 2002) diz ter fundado esse ponto em 1989 quando decidiu-se por ganhar a vida *batalhando*... Nessa avenida as travestis estão bastante distribuídas e são em número maior,<sup>30</sup> contrastando com o número de travestis na Assis de Vasconcelos. Em matéria assinada por Kalynca para o jornal local *O Liberal* (7 abr. 2002), a Almirante Barroso é considerada pelo Comando de Policiamento da região metropolitana de Belém como um dos logradouros mais violentos da capital paraense. Uma hipótese em relação à conformação desse cenário de violência aponta para a presença de um território prostitucional no qual as travestis aparecem ora como vítimas, ora como indivíduos praticantes de atos infracionais, de acordo com as evidências reunidas em campo e discutidas a seguir.

#### 4. DISCUSSÃO

Tensões, conflitos, crimes, terror, sexo, DSTs, corrupção policial e drogas são eventos corriqueiros nos territórios prostitucionais das principais capitais brasileiras. De acordo com Ribeiro & Mattos (1996), tais territórios são tidos como espaços apropriados temporariamente pelos(as) profissionais do sexo e demarcados simbolicamente para fins de distinção dos serviços sexuais e dos corpos que neles estão expostos na atividade prostitutiva. Nesse sentido, os territórios prostitucionais dos transgêneros possuem códigos e gramática próprios, que permitem reconhecê-los dentre aqueles ocupados por prostitutas e *michês*. Seguindo essa linha de interpretação, eles podem ser entendidos como espacialidades identitárias, construídas culturalmente e representadas por comportamentos, linguagens e vestimentas que viabilizam seu reconhecimento social, quer pela clientela à procura de seus serviços sexuais, quer por aqueles que os habitam e/ou neles trafegam.

---

<sup>30</sup> Uma contagem não-sistemática – e que por isso não teve a pretensão de constituir um censo – permite estimar que na Almirante Barroso existem cerca de quarenta travestis prostitutas.

Conforme os autores acima citados, esses territórios também podem ser caracterizados como espaços violentos, especialmente aqueles apropriados por prostitutas e travestis. Decerto, sabe-se que a violência é um fenômeno verificável em todos os nichos de prostituição, mas pelo que os levantamentos do GGB (Mott, 2002) estão a indicar, os homicídios e os latrocínios tornaram-se práticas banais no universo dos *michês*. Crimes aliás cometidos não raras vezes com elevado requinte de crueldade, como a morte de Luiz Silva (24 anos, pernambucano), Edinaldo Vieira (32 anos, paulista) e Giovani Costa (33 anos, mato-grossense), vítimas da atuação criminosa dos garotos de programa. De todo modo, mesmo que os assassinatos executados por *michês* tenham grande repercussão nos meios de comunicação, não se pode aqui precisar quais territórios são mais ou menos perigosos. O certo é que a violência em suas múltiplas dimensões tende a se generalizar nos territórios dos(as) profissionais do sexo, sejam estes prostitutas, *michês* ou travestis.

Considerando-se as travestis que vivem da mercantilização do prazer sexual nas *pistas* de Belém, o que se pôde averiguar nas idas ao campo foi a ambigüidade situacional nos seus territórios prostitucionais. Sob uma perspectiva, eles são espaços perigosos *para* elas; por outra, são territórios que se tornaram perigosos *por* elas. O que se quer dizer com isso é que, numa sociedade homofóbica como a brasileira (Mott, 1996; 1997; 2002), os locais de prostituição de travestis dispõem de condições ideais<sup>31</sup> para que essas sejam vítimas de agressões e extorsões, ao mesmo tempo em que facilitam suas ações criminosas, disseminando o medo e estimulando o crescimento da ideação homofóbica na população. De modo geral, através do que se viu e ouviu, esses territórios podem ser descritos como espaços dominados pela insegurança.

#### 4.1 TRAVESTIS EM PERIGO

Incursões aos territórios prostitucionais dos transgêneros trazem à tona uma ampla variedade de relatos de violência sofrida pelas travestis em Belém. O trabalho de Oliveira (1994) sobre as "damas de paus" sintetiza os sujeitos com os quais elas vivenciam relações conflituosas nas *pistas* de Salvador sendo, porém, extensivo a todo o Brasil. Assim, clientes, *boys* e policiais são atores que aparecem constantemente nos depoimentos desses sujeitos minoritários. Em Belém, Mamãe (Orlando, 47 anos, paraense, 28 ago. 2002), Vera (Carlos, 30 anos, paraense, 27

set. 2002), Carina (Valber, 26 anos, paraense, 14 abr. 2002) e Raiana (Reinaldo, 26 anos, paraense, 16 abr. 2002) falam de agressões físicas e verbais, abusos sexuais e extorsões experimentadas num espaço em que, como bem lembra DaMatta (1992), o cidadão não é ninguém.

Mamãe está entre as travestis pioneiras que escolheram a praça da República para *batalhar* no início dos anos 1980. De suas memórias, ela recorda das noites em que precisavam escapar de uma gangue histórica conhecida como *Bailique* (Jatene, 1997; Xavier, 2000; Ferreira, 2003):

(...) nós subíamos em árvore de salto – sem escada – prá fugir da Bailique porque eles vinham com alicate, com porrete, com moto... Quem não subia em árvores ficava no chão. E era só filhinho de papai, de boa família. (Mamãe, 28 ago. 2002)

Mas, apesar desse arsenal rudimentar, capaz de provocar dor intensa e talvez a morte, Mamãe diz não ter conhecimento de *bichas* que foram torturadas, espancadas ou assassinadas pelos membros da gangue, uma vez que elas sempre tinham algum contato com os integrantes desse grupo, o que na visão de DaMatta (1992) é próprio de uma sociedade relacional como a brasileira. Ademais, Mamãe supõe que o objetivo dessa gangue era tão-somente divertir-se com o pânico que causava nas travestis da praça da República.

Diferentemente daquela gangue belenense, há registros no Brasil e em países da Europa e da América do Norte de grupos organizados em torno do ódio à diversidade étnica e sexual. Entre esses, os carecas (*skinheads*) e os neonazistas são a grande ameaça aos homossexuais (Costa, 1993; Salem, 1995; Mott, 1997). Orientados pela ideologia eugênica que levou judeus e homossexuais aos campos de concentração na Segunda Guerra Mundial, esses grupos juvenis vêm promovendo uma verdadeira perseguição aos *gays* e às travestis, que consideram ser uma espécie de “doença contagiosa”. No ano de 2000 ganhou notoriedade na imprensa nacional o assassinato de Edson Neris (Izidoro, 2001) por um grupo de *skinheads*, que o espancou até a morte, ao avistá-lo de mãos dadas com o parceiro numa praça de São Paulo muito procurada por homossexuais.

---

<sup>31</sup> Entre essas condições chama a atenção a pouca iluminação pública, a falta de policiamento ostensivo e o reduzido movimento de pessoas após as 21 horas (Ferreira, 2003).

Durante as estadas em campo não se levantou qualquer informação sobre a atuação de carecas ou neonazistas na cidade de Belém. Mas, na ausência desses, tomou-se conhecimento das investidas habituais de grupos juvenis de classe média, que costumam arremessar objetos pelas janelas dos carros,<sup>32</sup> ofendê-las verbalmente, disparar tiros e/ou persegui-las com tacos de *baseball* e extintores de incêndio. Confirmando o que já observara Silva (1993) na Lapa (Rio de Janeiro, RJ), acontecimentos dessa natureza obrigam as travestis a estarem sempre atentas na *batalha*. Em face do perigo sempre iminente, recorrem às drogas (maconha e cocaína) e ao álcool (cerveja e aguardente) com regularidade para estimulá-las no *trottoir*, seja encorajando-as para as contingências da *pista*, ou, como declararam Raiana e Denise, para aquecê-las durante a fria madrugada. Essas condições psicológicas e climáticas explicam assim o fato de as travestis se *colocarem*<sup>33</sup> com frequência para o exercício de um ofício ironicamente classificado como “fácil” pela moral social.

Os grupos juvenis e homofóbicos, no entanto, não são a única preocupação desses sujeitos que a sociedade maior desqualifica como “desviantes” (Velho, 1985). Até mesmo policiais civis e militares – que deveriam efetivamente zelar pela segurança dos cidadãos – procedem de forma arbitrária quando fazem rondas preventivas nos territórios prostitucionais dos transgêneros. Os depoimentos ouvidos em campo são em tom de indignação e falam de abuso de poder, como a declaração de Raiana:

Às vezes a polícia vinha e queria extorquir a gente. Queria dinheiro, sabe? Muitas das vezes vinha com um papo-furado de querer revistar a gente. Nessa revista já botavam droga nas coisas da gente. Aí, prá gente não se envolver, prá gente não se comprometer – que era a palavra de uma autoridade contra a de um delinqüente –, a gente tinha que pagar tanta quantia que eles pediam prá gente não ir presa. E muitos deles são mais safados que os próprios bandidos e que as travestis, na medida em que

---

<sup>32</sup> Vera, Carina, Raiana, Rosana (André, 16 anos, paraense, 27 set. 2002), Denise (João Paulo, 38 anos, paraense, 27 set. 2002), Betânia (Evandro, 28 anos, maranhense, 27 set. 2002), Diana (Ricardo, 27 anos, maranhense, 27 set. 2002) e Michele (Márcio, 24 anos, paraense, 13 ago. 2002) citaram vários objetos lançados pelos agressores “filhinhos de papai”. Cascas de coco, garrafas, pedras, barras de ferro e tijolos foram os projéteis mais comuns. Durante uma das idas ao campo, no dia 27 set. 2002, o pesquisador, na companhia de sua orientadora (Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ligia Simonian), presenciou duas cenas de violência. A primeira ocorreu numa das transversais da Assis da Vasconcelos (rua 28 de Setembro), quando um carro com rapazes passou entre as travestis atirando para o alto. A segunda aconteceu numa das travessas da Almirante Barroso (a Antônio Baena): enquanto Dani (Cristiano, 17 anos, paraense, 27 set. 2002) era entrevistada, um grupo de rapazes arremessou um ovo, não a atingindo por pouco (Ferreira, 2003).

<sup>33</sup> De acordo com o vocabulário das travestis, *estar colocada* é uma expressão equivalente a *estar bêbada* (Ferreira, 2003).

eles querem que a gente transe com eles de graça prá não ir presa. (Raiana, 16 abr. 2002)

E mesmo que não seja possível determinar a culpabilidade das travestis quanto ao porte de drogas ou não, a chantagem policial por si só configura-se como uma ação ilegal, sendo que, em alguns casos, o valor apropriado corresponde a toda a renda de uma noite (Ferreira, 2003) de trabalho. Ademais, como bem comentou Raiana, as abordagens policiais nem sempre visam à extorsão, mas o sexo compulsório e gratuito, conseguido através do uso desvirtuado do poder de que a lei os investe.

Mesmo entre os clientes, quando a concessão de serviços sexuais se dá por meio do pagamento em dinheiro, as relações com as travestis podem resultar em atos de violência. Nesses casos, conflitos podem ser desencadeados quando o cliente não cumpre sua parte no contrato sexual (Silva, 1993; Oliveira, 1994; Ferreira, 2003). Essa violação contratual pode ocorrer de duas formas: não pagando o valor combinado, ou pagando um valor inferior àquele acertado entre as partes. Tanto num caso quanto no outro, a força física é sempre utilizada para intimidar as travestis. E, no que concerne à segunda forma de transgressão do contrato, Carina (19 abr. 2002) lembra da vez em que foi levada para a casa de seu contratante e forçada a manter relações sexuais sem preservativo e com uma faca em seu pescoço. Ao final do ato, o cliente deixou-a na Almirante Barroso, sem pagar pelo serviço prestado. Diante dessa experiência, Carina agora se recusa a fazer programas residenciais.

No mercado dos corpos, vale ressaltar que a oferta de serviços sexuais obedece a uma "tabela" em que o preço varia de acordo com a *performance* das travestis. Quando contratadas para atuar como passivas no ato sexual, o preço é estipulado em R\$ 30,00. Se contratadas como ativas, o valor do serviço é de R\$ 60,00. Porém, se o cliente exigir-lhes uma *performance* dupla (ativa/passiva), o *programa* chega a custar R\$ 90,00 (Ferreira, 2003). No entanto, essa "tabela" pode variar para mais ou para menos, dependendo da disponibilidade financeira dos clientes. Em certa ocasião, um senhor de meia-idade, conduzindo uma *Blazer* prateada, ofereceu a quantia de R\$ 10,00 por uma "transa" para um grupo de três travestis que faziam ponto na travessa Timbó (Almirante Barroso) (Ferreira, 2003), proposta essa que foi imediatamente recusada por elas, uma vez que o sexo é encarado no *trottoir* como um meio de sobrevivência e não como uma expressão espontânea e psicofisiológica do desejo e do afeto humano.

Nessa perspectiva, o sexo enquanto "produto" (Girão & Lima, 1999) vendido pelas travestis nas *pistas* de Belém pode expor seus corpos à agressão de agentes virais e infectocontagiosos responsáveis pelas DSTs. Essas moléstias estão no rol das enfermidades às quais os(as) profissionais do sexo são mais suscetíveis, dado o grande número de parceiros sexuais por noite de atividade. Diante desse risco, o HIV/Aids, em decorrência de sua forma de contágio, pelo seu caráter pandêmico e pela impossibilidade de cura até o presente momento, é a DST mais preocupante no universo prostitucional.

A Divisão de Populações das Nações Unidas estima que, no período de 1995-2000, o número de óbitos no Brasil em consequência do HIV/Aids aumentou em 3% (PNUD, 2001). E, ainda que a Região Norte tenha os menores índices de casos notificados de HIV/Aids em relação ao Centro-Sul<sup>34</sup> (Lopez, 1998; Simonian, 2001), a doença existe e as travestis têm se mostrado indiferentes aos riscos de contaminação. Carina (16 abr. 2002) revelou que, entre suas amigas, é comum a relação sexual sem o uso do preservativo a pedido dos clientes, habituados a pagar mais caro para sentir o atrito do pênis com a musculatura anal *in natura*. Vê-se assim que a pobreza e a falta de projetos (Velho, 1994) para uma vida mais digna as impele a arriscar sua integridade física em troca de alguns reais a mais que permitam sua sobrevivência aqui e agora.

Porém, contrariando esses dados, tem sido lamentável a falta de uma ação preventiva mais eficiente por parte do Estado e até mesmo por parte das organizações da sociedade civil. Enquanto o primeiro limita-se às campanhas informativas no Carnaval e em 1º de dezembro – quando se comemora o dia mundial de combate à Aids –, a segunda não desenvolve um programa regular de distribuição de preservativo junto às travestis. Nas estadas nas avenidas Almirante Barroso e Assis de Vasconcelos, elas diziam que há algum tempo não recebiam "camisinhas" de organizações não-governamentais (ONGs) como o Movimento Homossexual de Belém (MHB), subsidiado pelo Ministério da Saúde em seus projetos de prevenção à propagação do HIV/Aids (Ferreira, 2003). Fato, aliás, confirmado pelo pesquisador, que durante os meses de *survey* nos territórios dos transgêneros deparou-se apenas uma vez com alguns membros do MHB que entregavam preservativos para as travestis da Almirante Barroso.

---

<sup>34</sup> Dados de 1996-1997 mostram que na região Norte havia 2,2% de casos confirmados de HIV/Aids contra 6,3% no Sul, 18,2% no Centro-Oeste e 63,7% no Sudeste. De 1986 a 1997, verificou-se na região Norte um aumento de casos de HIV/Aids de 1,7%.

#### 4.2 O PERIGO DAS TRAVESTIS

Em que pesem as diferentes modalidades de violência experimentadas pelas travestis em seus territórios de prostituição, constatou-se que os passantes e aqueles que moram em suas proximidades sentem-se inseguros diante do comportamento dos transgêneros na *pista*. Ofensas morais, roubos e brigas são responsáveis diretos pela mudança de hábitos nesses espaços urbanos. Esses locais são regularmente freqüentados por elas às segundas, quartas, quintas, sextas-feiras e aos sábados. Os horários de trabalho variam de acordo com o território (Ferreira, 2003): na Assis de Vasconcelos, elas se fazem presente a partir da 22 horas; na Almirante Barroso elas chegam mais cedo, por volta das 20 horas.

Seu João (61 anos, paraense), morador da travessa Antônio Baena, uma das transversais da Almirante Barroso, sente falta dos tempos em que podia sentar-se à porta na companhia da esposa para “pegar vento”, após as 19 horas. Nesse logradouro, seu João e os vizinhos sentiram-se agredidos pelas cenas que eram obrigados a presenciar, de suas residências, o que os levou a alterar sua rotina com o anoitecer. De acordo com esse interlocutor:

Sempre foi o meu costume sentar na porta prá pegar vento, mas dentro desse horário [sete horas da noite]. Depois dele você não pode sair na rua. Eles começam a chegar, vão prá ali [aponta para uma árvore num canto escuro a alguns metros de sua casa] e começam a mudar de roupa ali mesmo. Aí tu fica olhando sem poder fazer nada, porque se tu for reclamar eles vêm com as maiores agressões: – Eu não tô mudando a roupa aí na tua casa. E você tem de engolir. (João, 2 jul. 2002)

Por causa disso, os moradores foram aprendendo a usufruir do espaço público antes da chegada das travestis na Antônio Baena e também para que as crianças e os jovens não fossem impactados pela visão dos corpos andróginos das travestis.

Com os moradores das transversais da Assis de Vasconcelos a situação não é diferente. Silvana (30 anos, paraense), moradora da rua 28 de Setembro, recorda de cena similar àquela presenciada por seu João:

Da feita que eles começam a chegar eu já entro, porque meu filho é pequeno e nem sempre dá prá ficar com ele na porta porque às vezes eles ficam trocando de roupa aqui na esquina. Outro dia até tava passando uma passeata deles [refere-se à primeira Parada do Orgulho Gay de Belém, realizada no dia 28 de junho de 2002] e fui na porta



ver o que era e eu vi que eram eles (...). O meu filho olhou prá mim e disse: – Mãe, tem uma pessoa trocando de roupa ali. Eu disse: – Tá, não olha! Olha prá cá, para o que tá passando. Não olha prá lá. (Silvana, 2 jul. 2002)

Fatos desse tipo são corriqueiramente denunciados à polícia, principalmente quando as travestis desfilam seminuas na *pista* para atrair seus clientes. Essa é uma das razões pelas quais elas são mais freqüentemente levadas às delegacias (Ferreira, 2003). Todavia, as denúncias são feitas em sigilo, uma vez que os moradores temem possíveis represálias. Nesse sentido, seu João diz que as travestis chegam a intimidar aqueles que suspeitam ser seus delatores, ora de forma verbal, ora quebrando os vidros das janelas e/ou da porta da residência (Ferreira, 2003) do suspeito a pedradas.

O comportamento agressivo de algumas travestis difunde o medo não somente entre os moradores e os passantes nos territórios prostitucionais, mas entre os próprios transgêneros. Observou-se nessas áreas de obsolescência (Souza, 1995) a existência de relações antagônicas entre os próprios profissionais do sexo, movidas por razões que vão da competição por um cliente à antipatia pessoal. Na Assis de Vasconcelos, Denise e Betânia são tidas como travestis “encrenqueiras” que não hesitam em usar da força física para fazer valer seu poder nas ruas.

Em várias ocasiões foi possível constatar Denise fazendo ameaças de morte à Diana, caso esta última não abandonasse o ponto de prostituição na rua 28 de Setembro. Betânia, por sua vez, implicava constantemente com Bombom (José, 16 anos, amapaense, 27 set. 2002), uma jovem travesti de etnia *Emerillon* a qual ainda não iniciou seu processo de modificação corporal por meio da hormonioterapia. Para as iniciantes, aliás, *descer na pista*<sup>35</sup> é um ritual de iniciação complexo. Quando protegidas por uma *madrinha*,<sup>36</sup> o ingresso no meio prostitucional ocorre de forma facilitada. Sozinhas, a fixação no ponto pode demandar várias tentativas até a aceitação da neófito. Rosana, por exemplo, teve seu acesso facilitado na Almirante Barroso por sua *madrinha* Carina (Ferreira, 2003). Bombom, por sua vez, ainda enfrenta as investidas de Denise e de Betânia, mesmo depois de ter sido admitida pelas demais colegas de *batalha*.

---

<sup>35</sup> Expressão usada para designar o ingresso de uma travesti na prostituição de rua.

<sup>36</sup> A *madrinha* é uma travesti mais velha e respeitada na *pista*, que orienta e protege a iniciante.

A recusa em dividir o ponto com as iniciantes tem por base a preferência dos clientes pelas mais jovens. Por conseguinte, o negócio do corpo alugado exige a renovação constante dos(as) profissionais do sexo. No caso das travestis, pode-se dizer que elas se tornam "velhas" ao atingir a faixa dos 30 anos de idade (Silva, 1993; Ferreira, 2003). Malena (Arlindo, 36 anos, maranhense) ilustrou essa realidade, ao se queixar de sua baixa clientela e mostrou-se preocupada com o futuro:

"Às vezes eu peço R\$ 30,00 e eles só querem dar R\$ 15,00. Aí a gente aceita porque tá difícil mesmo. Eu só vivo disso, se bem que eu sou cozinheira. Inclusive eu até queria conseguir emprego porque eu quero sair dessa vida. Prá mim já não está dando porque eu já estou com 36 anos de idade." (Malena, 19 ago. 2002)

Logo, para continuarem sendo contratadas, a beleza plástica e jovial são requisitos imprescindíveis no universo dos transgêneros, mas o uso intensivo de hormônios, a aplicação de silicone industrial, o álcool, as drogas e o sono irregular são fatores que aceleram seu processo de envelhecimento (Silva, 1993). Vera é uma das poucas que continuam a ter um bom faturamento por causa da morfologia acentuadamente feminina (Ferreira, 2003), por isso não se sente insegura com a chegada de jovens travestis na Assis de Vasconcelos.

Mas, ao que tudo indica, nem mesmo um corpo feminino como o de Vera tem conseguido atrair clientes aos territórios prostitucionais dos transgêneros. Conforme os depoimentos coletados, os assaltos praticados por travestis constituem o principal motivo do refluxo da clientela. Silva (1993), Oliveira (1994) e Kulick (1997; 1998) apontam o roubo como uma prática institucionalizada no universo desses sujeitos, sendo sua finalidade a de complementar a renda obtida no *programa*. Carina (19 abr. 2002), Raiana (19 abr. 2002) e Mamãe (28 ago. 2002) afirmam que se apropriam "pacificamente" do dinheiro de seu contratante sempre que esse comete algum descuido (Ferreira, 2003). Por certo o roubo "pacífico" que elas descrevem corresponde ao *suadouro*, cuja técnica consiste em não intimidar a vítima, mas furtá-la durante o contato corporal da travesti com o cliente (Abreu, 1968; Oliveira, 1994), sem que esse perceba a subtração de sua carteira.

Nos territórios prostitucionais dos transgêneros em Belém os moradores relataram várias situações em que presenciaram assaltos cometidos pelas travestis. Seu Américo (48 anos, paraense, 14 set. 2002), morador da rua Manoel Barata, e seu Moreira (40 anos, paraense, 14 set. 2002), morador da travessa Piedade, ambas localizadas no bairro do Reduto, comentaram que são comuns os casos de clientes

assaltados, às vezes com a conivência da polícia, que ameaça tornar pública as aventuras sexuais da vítima (Brelaz, 24 mar. 2002; Ferreira, 2003). Na Almirante Barroso, Márcia (25 anos, paraense, 19 ago. 2002), moradora da travessa Antônio Baena, não esquece do dia em que presenciou uma vizinha sendo roubada por uma travesti na entrada do edifício em que reside. Desde então ela evita sair à rua quando as travestis começam a chegar naquele logradouro.

Outras situações de intimidação contra os cidadãos que moram e/ou passam pelos locais de prostituição de travestis são as provocações verbais e os pedágios. Embriagadas ou não, elas se divertem fazendo "brincadeiras" provocativas com as pessoas que passam por seus territórios. Convites indecorosos em vocabulário obscuro dirigidos aos homens e chacotas grosseiras feitas contra as mulheres são costumeiros entre os transgêneros (Ferreira, 2003). Márcia diz passar indiferente aos insultos porque teme que elas revidem de forma mais agressiva. Danilo (16 anos, paraense, 2 jul. 2002) também procura não dar importância ao assédio das travestis por acreditar que "*eles devem andar com qualquer coisa*" (Ferreira, 2003) fazendo referência a algum tipo de arma.

Com essa imagem negativa, as pessoas ficam assustadas quando são abordadas por travestis que lhes pedem dinheiro. Na Antônio Baena presenciou-se Lora (Arnaldo, 27 anos, paraense) suplicando insistentemente R\$ 1,00 a um rapaz que trajava uniforme escolar. Ao dizer que não tinha dinheiro, ela deferiu vários insultos contra o passante, a quem chamava de "pobre" por não dispor de nenhuma quantia (Ferreira, 2003). Márcia relatou que já passou por essa experiência e sentiu "muito medo" por ter se recusado a dar qualquer contribuição às travestis (Ferreira, 2003). Em Porto Alegre (RS), por exemplo, sabe-se dos espancamentos que essas profissionais do sexo praticavam contra os que passavam por seus territórios sem pagar pedágio (Princesa, 2002). Desse modo, é pelo conjunto do comportamento desses transgêneros em Belém que pessoas como Silvana pensam em se mudar das proximidades desses territórios. Sua entrevista é concluída com uma frase que resume a sensação de insegurança daqueles que vivem nesses espaços: "*A gente se tranca em casa mesmo porque tem medo com as coisas que acontecem aqui.*" (Silvana, 2 jul. 2002).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pensar-se nas várias modalidades de violência experimentadas por travestis, moradores e passantes nos territórios prostitucionais de Belém, constata-se um

dilema a ser enfrentado pelas autoridades estatais ligadas à manutenção da segurança pública. De um lado, estão os cidadãos amedrontados pelos riscos que correm ao transitarem pelas avenidas, ruas e travessas temporariamente apropriadas pelos transgêneros. De outro, os sujeitos que chegaram ao mercado do sexo após percorrerem trajetórias individuais marcadas pela discriminação e pela intolerância resultantes de seu gênero, repudiados por fugirem às expectativas sociais quanto ao papel masculino que deveriam representar na condição de machos biológicos.

Nesse sentido, o perigo, como possibilidade de sofrer qualquer tipo de violência, não é algo pontual na vida das travestis que vivem do prazer comercializado às margens da *pista*. Considerando-se o conjunto das histórias daquelas interlocutoras que foram ouvidas nas transversais das avenidas Almirante Barroso e Assis de Vasconcelos, percebe-se que no percurso de suas vivências foram muitos os riscos assumidos até conquistarem sua independência financeira. Na adolescência temiam que a família descobrisse sobre sua sexualidade, vista como algo "anormal". Ao construírem seus corpos, assumiram os danos que o silicone industrial e as doses elevadas de hormônio possam causar à saúde. Ao optarem pelo simulacro de mulher, incorreram na interdição a um mercado de trabalho que preza pela contratação de funcionários não-ambíguos nos quadros humanos de suas organizações. Desse modo elas chegam às *pistas* para exercer um ofício que – embora não constitua crime no Brasil – é condenável por indivíduos civis e militares sob uma "lei" na qual a pena pode ser o apedrejamento, o espancamento, a ofensa verbal constante e até mesmo a morte.

A resposta a esse panorama de violência, em que as travestis estão inseridas, dá-se através de outras modalidades de violência. Na *pista* é pelo roubo, pela verbalização de insultos e sobretudo pela força física (Silva, 1993; Ferreira, 2003) que elas impõem sua presença nos territórios prostitucionais. Nessa direção, tais mecanismos são usados para reivindicar o respeito dos moradores, dos passantes, dos clientes e dos *boys*, sob a égide do medo que inspira sua imagem de "sujeitos perigosos" (Ferreira, 2003). Conseqüentemente essa resposta acaba por contribuir para a reprodução do preconceito sexual, inclusive entre os próprios homossexuais – assim os *gays* as discriminam, por entenderem que sua aparência masculinizada é "manchada" pela feminilidade "vergonhosa" das travestis (Ferreira, 2003). Por conseguinte, descrever a insegurança em que vivem os sujeitos em contato com os

territórios prostitucionais dos transgêneros é um empreendimento relativamente fácil ao se observar e ouvir suas experiências cotidianas na *pista*.

Contudo, o mesmo não se pode dizer sobre as soluções necessárias para transformar essas áreas em espaços de cidadania para os transgêneros, moradores e passantes. Sob uma perspectiva, o Estado precisa garantir o direito à segurança, a fim de que aqueles que residem nos territórios prostitucionais possam ir e vir com o mínimo de riscos à sua integridade física e moral. Sob outro olhar, a ação estatal não pode fundamentar-se em medidas moralistas e discriminatórias em detrimento de uma atividade que, embora reprovada pela sociedade maior, funciona como uma das poucas oportunidades de geração de renda para esses sujeitos minoritários, pois, como afirmaram alguns interlocutores (Ferreira, 2003), não é a prostituição em si que os incomoda, mas a conduta agressiva das travestis, clientes e *boys*, que perturbam a tranquilidade dos que ali vivem ou circulam; esse tipo de afirmação indica assim que a convivência pacífica tem possibilidade de existir nessas áreas deterioradas pela violência.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Waldyr de. *O submundo da prostituição, da vadiagem e do jogo do bicho: aspectos sociais, jurídicos e psicológicos*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1968.

BENEDETTI, Marcos Renato. Hormonizada! Reflexões sobre o uso de hormônios e tecnologia do gênero entre travestis. In: FÁBREGAS-MARTÍNEZ, Ana Isabel & BENEDETTI, Marcos Renato (orgs.). *Na batalha: identidade, sexualidade e poder no universo da prostituição*. Porto Alegre: Dacasa, 2000. p. 47-62.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRELAZ, Aline. Prostituição caminha para as margens da BR-316. *O Liberal*, Belém, 24 mar. 2002. Atualidades, p. 10.

COSTA, Márcia Regina. *Os carecas do subúrbio: caminhos de um nomadismo moderno*. Petrópolis: Vozes, 1993.

D'INCAO, Maria Angela. Modos de ser e de viver: a sociabilidade urbana. *Tempo social: revista de sociologia da USP, São Paulo*, v. 4, n. 1-2, p. 95-109, 1994.

DAMATTA, Roberto. Cidadania: a questão da cidadania num universo relacional. In: \_\_\_\_\_. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1992. p. 71-102.

FERREIRA, Rubens da Silva. As "bonecas" da pista no horizonte da cidadania: uma jornada no cotidiano travesti. 2003. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

FETICHISMO transvêstico segundo o DSM IV. *Sociedade Paulista de Psiquiatria Clínica*. Disponível em: <<http://www.psiqweb.med.br/dsm/sexual5.htm/#fetichismo>>. Acesso em: 22 abr. 2002.

FRIEDRICH, Mariana Freire. Contribuição à formação de uma identidade travestista. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 26-69, mar. 1996.

GIRÃO, Adriana Freire & LIMA, Fábria Pereira. Nem azul, nem rosa: uma leitura de *marketing* na prostituição travesti. *Pontifícia Universidade Católica*, Minas Gerais, 1999.

Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~larp/semanarp/adrianagirao.htm>>. Acesso em: 17 fev. 2002.

GOFFMAN, Erving. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

GREEN, James. *Além do carnaval*: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Unesp, 2000.

IZIDORO, Alencar. Skinhead leva gay como testemunha. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 fev. 2001. Disponível em: <<http://igspot.ig.com.br/paulogiacomini/folha2001.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2003.

JATENE, Izabela. *Tribos urbanas em Belém: drag queens ou dragões?* 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.

KALYNKA, Kelly. Violência generalizada ameaça o centro e a periferia. *O Liberal*, Belém, 7 abr. 2002. Atualidades, p. 10.

KULICK, Don. The gender of Brazilian transgendered prostitutes. *American Anthropologist*, v. 99, n. 3, p. 574-585, 1997.

\_\_\_\_\_. *Travesti*: sex, gender and culture among Brazilian transgendered prostitutes. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

LOPEZ, Immaculada. Fraquezas do país deixam mais forte o HIV. *Problemas brasileiros*, São Paulo, n. 327, p. 4-12, maio-jun. 1998.

MALINOWSKI, Bronislaw. *A diary in the strict sense of the term*. Stanford: Stanford University Press, 1989.

MOTT, Luiz. *O crime anti-homossexual no Brasil*. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2002.

\_\_\_\_\_. *Homofobia*: a violação dos direitos humanos de gays, lésbicas e travestis no Brasil. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 1997.

\_\_\_\_\_. Os homossexuais: as vítimas principais da violência. In: VELHO, Gilberto (org.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 99-146.

OLIVEIRA, Neuza Maria de. *Damas de paus: o jogo aberto dos travestis no espelho da mulher*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

OSORIO, Luiz Carlos. Agressividade e violência: o normal e o patológico. In: SANTOS, José Vicente T. dos (org.). *Violência em tempos de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 522-543.

PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2001. *Organização das Nações Unidas*. Disponível em: <<http://www.undp.org.br>>. Acesso em: 9 abr. 2002.

PRINCESA. *Boletim da Associação de Travestis de Salvador*, Salvador, vol. 2, n. 4, p. 9, jul.-ago. 2002.

RIBEIRO, Miguel C. & MATTOS, Rogério B. de. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. *Território*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 59-75, jul.-dez. 1996.

SALEM, Helena. *As tribos do mal: o neonazismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Atual, 1995.

SILVA, Hélio R. S. *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / ISER, 1993.

SIMMEL, Georg. A metrópole na vida mental. In: VELHO, Gilberto (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p. 13-28.

SIMONIAN, Ligia T. L. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia Brasileira. In: COELHO, Maria Célia N.; SIMONIAN, Ligia T. & FENZEL, Norbert (orgs.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: Cejup, 2000a. p. 9-53.

\_\_\_\_\_. Violência e cultura do terror na Amazônia Brasileira. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE SOCIOLOGIA, 10., 2000, Rio de Janeiro, *Anais...* Rio de Janeiro: 2000b. Doc. 00693.



\_\_\_\_\_. Sobre familias en la frontera amazónica: idealizaciones, contradicciones y tendencias actuales. *Papers do NAEA*, Belém, n. 158, jan. 2001.

SOUZA, Marcelo José L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Ina Elias de; GOMES, Paulo César da Costa & CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

TOCANTINS, Leandro. *Santa Maria de Belém do Grão-Pará*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1996.

VELHO, Gilberto. O estudo do comportamento desviante: a contribuição da antropologia social. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 11-28.

\_\_\_\_\_. Trajetória individual e campo de possibilidades. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p. 31-48.

\_\_\_\_\_. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 99-146.

XAVIER, Mário Jorge Brasil. *Nem anjos, nem demônios: etnografia das formas de sociabilidade de uma "galera" de Belém*. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.

## A TESE DA PERDA DE CENTRALIDADE DO TRABALHO COMO DESPOLITIZAÇÃO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Marcelo Alvares de Sousa\*

### RESUMO

Este ensaio pretende explicitar os equívocos contidos na tese contemporânea da perda de centralidade do trabalho. São analisados criticamente os argumentos desenvolvidos pelo filósofo francês André Gorz e pelo sociólogo alemão Claus Offe. As principais conclusões do texto sustentam que 1) Gorz e Offe confundem a crise do trabalho com a crise dos trabalhadores; 2) os pensadores ignoram o processo contemporâneo de acirramento do sistema de expropriação de mais-valia e da luta de classes; e 3) suas reflexões conduzem a um efeito perverso, qual seja, a despolitização do debate acerca do capitalismo contemporâneo e suas especificidades.

Palavras-chave: trabalho, capitalismo contemporâneo, André Gorz, Claus Offe.

### ABSTRACT

This essay intends to expose the mistakes inherent to the contemporary thesis of the loss of centrality of the work. The arguments put forward by the French philosopher André Gorz and by the German sociologist Claus Offe are critically analyzed. The essay's main conclusions are that (i) Gorz and Offe unduly identify the work's crisis with the worker's crisis; (ii) those thinkers ignore the contemporary process of tightening of the plus-value expropriation's system; and (iii) their reflections lead to a vicious consequence, that is, they contribute to empty the political discussion about the contemporary capitalism and its specificities.

Keywords: work, contemporary capitalism, André Gorz, Claus Offe.

---

\* Doutorando em Sociologia no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília; especialista em políticas públicas e gestão governamental, lotado no Ministério do Trabalho e Emprego.

## 1. INTRODUÇÃO

*A precarização e o aumento do desemprego são, sem dúvida, a manifestação de um déficit de lugares ocupáveis na estrutura social, entendendo-se por lugares posições às quais estão associados uma utilidade social e um reconhecimento público.*

**Castel, 1998**

Tornou-se moeda corrente, nos dias atuais, o uso – irrefletido – da expressão “*perda de centralidade do trabalho*”. Por meio desse recurso, pretende-se sintetizar parte das mudanças estruturais sofridas pelas formações capitalistas contemporâneas, particularmente em relação ao papel (alegadamente esvaziado) do capital e do trabalho enquanto forças motrizes da nova configuração societária. Conseqüentemente, conceitos como “*capitalismo*” ou “*luta de classes*” deveriam ser do mesmo modo varridos das estantes, posto que tornados obsoletos pela nova dinâmica social.

O autor discorda dessa apreciação. Mesmo reconhecendo a necessidade de se proceder a correções e aperfeiçoamentos no instrumental analítico desenvolvido pela tradição marxista,<sup>37</sup> é o objetivo deste ensaio demonstrar que a tese da alegada perda de centralidade do trabalho baseia-se em um diagnóstico equivocado acerca da estrutura do capitalismo contemporâneo, equívoco esse pleno de repercussões políticas e conceituais (em larga medida lamentáveis, infelizmente). A fim de desvelar a natureza de tal erro analítico, reconstruiremos criticamente a argumentação desenvolvida por dois formuladores clássicos da tese da perda de centralidade do trabalho: o filósofo francês André Gorz e o sociólogo alemão Claus Offe.

Os dois pensadores debatem em campos distintos de análise: André Gorz discute o estatuto *político* do proletariado como sujeito revolucionário; Claus Offe questiona a validade do estatuto *teórico* da categoria trabalho como “*dado social fundamental*”. Não obstante, suas reflexões convergem por assumirem, explícita ou implicitamente, o modo de produção capitalista, na contemporaneidade, como um fenômeno simplesmente dado e inevitável, ignorando teórica e praticamente, sob a alcunha da “*perda de centralidade do trabalho*”, o recrudescimento do sistema de expropriação de mais-valia e o acirramento da luta de classes. Desprezando-o como questões aparentemente superadas, Gorz e Offe contribuem fortemente

---

<sup>37</sup> Particularmente com relação à sua insuficiência para apreender com consistência a dimensão subjetiva ou identitária da ação humana (tema que pretendemos desenvolver futuramente).

para a *despolitização do debate acerca do capitalismo contemporâneo e de suas especificidades*. Revisitando a argumentação desenvolvida por ambos, poderemos explicitar com maior detalhe suas deficiências intrínsecas, as quais comprometem decisivamente suas respectivas reflexões quanto ao papel do trabalho na estruturação das formações sociais capitalistas contemporâneas.

## **2. ANDRÉ GORZ: ordem patronal da produção, inocuidade do controle das fábricas e neoproletariado**

Segundo Gorz, a teoria marxista identifica a contradição fundamental da formação social capitalista na esfera da produção, sob a forma de alienação dos instrumentos e do trabalho de seus resultados imposta pela classe capitalista à classe operária (1982, p. 29-30). A superação da alienação consistiria justamente na reapropriação da produção pelo proletariado, depreendendo-se daí a natureza revolucionária desse: em contraposição aberta com a classe proprietária, o operariado seria a única classe capaz de abolir o sistema capitalista, ao se reapropriar do sistema de produção.

Entretanto, historicamente o proletariado ter-se-ia mostrado incapaz de tornar-se sujeito do poder. A ruptura com o capitalismo dependeria da classe operária apresentar-se como força de ruptura, reconhecendo-se como "*produtora soberana associada*", procedendo à tomada do processo produtivo e à abolição da dominação capitalista. Tal processo, contudo, não ocorreu – e, na perspectiva de Gorz, não ocorreu em decorrência do processo de desqualificação taylorista do trabalho e da inocuidade do controle direto da produção como estratégia de abolição da ordem capitalista.

A organização do processo de trabalho sob bases tayloristas, associada à crescente automação e informatização do processo produtivo, conduziu a um processo de progressiva eliminação do trabalho como atividade soberana do operariado. Os operários politécnicos, que controlavam o processo de produção como um todo, foram progressivamente substituídos por operários não-qualificados, responsáveis pela manipulação de máquinas e sistemas em conformidade estrita com o planejamento gerencial: "*em lugar de uma hierarquia e uma ordem operária de produção, o taylorismo instaurou uma hierarquia e uma ordem patronais, concebidas e impostas pela direção da fábrica*" (idem, p. 61). A produção, impossibilitada de apropriação por um operariado desqualificado, foi tecnicamente dominada pelo patronato e submetida às suas decisões privadas.

A complexificação da divisão social do trabalho teria aprofundado a quebra do poder proletário sobre a produção. Baseada na ampliação das unidades produtivas e na internacionalização do processo produtivo, a divisão capitalista do trabalho teria atingido um grau extremo de complexidade e fragmentação, tornando-se opaca aos olhos operários, inviabilizando uma visão de conjunto do proletariado sobre o processo produtivo e, conseqüentemente, o controle direto do sistema de produção (idem, p. 41-42 e p. 60).

Contudo, para além de sua inviabilidade prática, a pretensão operária mesma de tomada da produção verificar-se-ia *ilusória*. A tomada do poder no nível da fábrica não implicaria uma ruptura efetiva com a ordem capitalista, pois o poder não mais residiria nas *fábricas*. Não haveria nenhum poder a ser tomado com o desalojamento dos capitalistas individuais de seus escritórios, pois o poder encontrar-se-ia no "*sistema de relações, ou seja, na estrutura*" (idem, p. 65). A simples alteração dos ocupantes das posições de poder implicaria tão-somente a substituição de "*uma burguesia por outra*". A ruptura revolucionária efetiva consistiria propriamente na eliminação da *estrutura* do sistema capitalista de relações, sintetizada na *lógica do capital*:

"É preciso que o capital se acumule", "é preciso entregar as encomendas", "é preciso que os concorrentes sejam vencidos", "é preciso que as máquinas continuem a funcionar" (...) Mais, mais rápido, maior, mais barato (...) Tal é a lei do capital. (idem, p. 64-65)

Desse modo, o proletariado, para Gorz, ter-se-ia revelado "*constitutivamente incapaz de se tornar sujeito de poder*" (idem, p. 80). A efetiva tomada do poder consistiria na instituição de uma prática coletiva capaz de alterar a estrutura social, propondo e instituindo um sistema de relações de tipo novo. Contudo, a tomada do aparelho do Estado ou a autogestão das fábricas não implicariam uma subversão estrutural, mas reduzir-se-iam apenas a ações superficiais e limitadas enquanto a lógica do capital permanecesse intacta.

Assim, desalojado do controle técnico sobre a produção, incapaz de apropriar-se de um sistema de produção profundamente complexo, confrontado com a fragilidade da estratégia baseada na tomada das fábricas e impotente para alterar estruturalmente a formação social capitalista, o proletariado teria encontrado seu fim como sujeito histórico revolucionário. Do antigo e temível proletariado, restaria apenas uma massa de assalariados acomodados.

A desgraça, contudo, não está completa: o desenvolvimento das forças produtivas, conduzido via automação e informatização, gera a crise contemporânea do desemprego, em que se necessita de cada vez *menos* trabalho social para se produzir cada vez *mais* mercadorias. Esse processo gera o “neoproletariado” de Gorz – uma massa crescente de trabalhadores temporários, em tempo parcial, precarizados e desempregados crônicos e de longa duração (idem, p. 87-88). Em um contexto de desemprego crescente, generaliza-se o trabalho como atividade temporária, de curta duração, despida de investimento pessoal e incapaz de atuar como fator de identificação individual e coletiva. Desse modo, os “*neoproletários*” não mais se definiriam com relação ao seu trabalho ou posição no processo produtivo. Em verdade, a própria idéia de classe social ter-se-ia transformado em algo “*contingente*”, “*vazio de sentido*” (idem, p. 86).

O trabalho, assim, na perspectiva de Gorz, perde sua centralidade na estruturação das formações sociais capitalistas contemporâneas, ao transformar-se em um *espaço de relações estruturalmente despolitizadas*, esvaziado pelo desenvolvimento capitalista como esfera capaz de gerar contradições críticas ou sujeitos coletivos capazes de romper a lógica capitalista. Contemporaneamente, não haveria mais sentido nas idéias de liberação no interior do trabalho, soberania sobre a produção ou conquista do poder “*no contexto desse trabalho*” (idem, p. 87). A questão fundamental, agora, seria *libertar-se do trabalho – recusar o trabalho...* Os neoproletários de Gorz seriam a encarnação de tal lógica: a eles, tão distantes e tão distanciados do trabalho pela crise do desemprego, não interessaria se apropriar do sistema de produção e dos aparelhos de dominação – mas, sim, conquistar crescentemente *espaços de autonomia, ao lado e por sobre os aparelhos de produção*, buscando retomar o poder sobre sua própria vida, “*subtraindo-a à racionalidade produtivista e mercantil*” (idem, p. 94).

### **3. CLAUS OFFE: fragmentação político-organizacional proletária, descentralização identitária do trabalho e obsolescência da luta de classes**

Claus Offe sustenta que a centralidade do trabalho *assalariado* como categoria privilegiada da pesquisa sociológica a partir da qual se desdobram as esferas da política, cultura, família, moral, geopolítica ou religião seria hoje insustentável (1989, p. 16). O trabalho assalariado teria perdido a capacidade de determinar as demais esferas de ação em decorrência de três fatores fundamentais: a desagregação político-organizacional da classe trabalhadora, a descentralização do trabalho como eixo

estruturador das identidades individuais e coletivas e a obsolescência do conflito capital-trabalho como contradição fundamental das sociedades contemporâneas.

Em sua perspectiva, o processo de expansão do trabalho assalariado teria acarretado uma aguda diferenciação no trabalho social, em termos de renda, qualificação, estabilidade, prestígio, carga de trabalho, possibilidades de ascensão e autonomia. Desse modo, o trabalho teria perdido sua capacidade de se constituir em "*eixo estruturador da autoconsciência e organização sócio-política dos trabalhadores*", redundando no esvaziamento da classe trabalhadora enquanto sujeito político (idem, p. 19-22).

As diferenças entre o trabalho industrial e o trabalho em serviços seriam sintomáticas dessa tendência. O trabalho industrial seria estruturado pelas racionalidades técnica e estratégica, organizando-se em torno do "*regime da produtividade técnica e organizacional da valorização*" e da "*decisiva rentabilidade de cada unidade econômica*". O trabalho em serviços, por sua vez, despido de critérios claros de *controle da execução* e de *economicidade*, seria regulado por uma "*racionalidade material*" abolida do trabalho industrial, dotada de um caráter normatizador e voltada para a "*garantia institucional do existente*" (idem, p. 24). Esfacelar-se-ia, assim, a idéia de uma racionalidade finalística única regendo o trabalho social como um todo. Tal processo de diferenciação acarretaria uma fissão no interior da classe trabalhadora, gerando antagonismos entre os trabalhadores terciários e os trabalhadores industriais. A fragmentação do trabalho social geraria, pois, rupturas e conflitos profundos no interior da própria classe trabalhadora, "*sistemas de restrições e aversões recíprocos, de cunho cultural e político*", opondo o serviço público aos "*protagonistas do modelo da sociedade do trabalho, isto é, a antiga classe média e o operariado*", de modo a incapacitá-la a organizar-se coletivamente de maneira coesa e integrada (idem, p. 25).

O esvaziamento do trabalho como eixo estruturador das identidades individuais e coletivas, por sua vez, seria causado por três fatores:

- 1) as modalidades tayloristas de organização do processo de trabalho contribuem para a descentralização subjetiva do trabalho, posto que seu propósito é a abolição do "*fator humano*" e da autonomia operária sobre a produção. O processo de identificação do trabalhador com sua atividade seria bloqueado pela própria organização do trabalho;

2) haveria atualmente uma tendência ao reconhecimento, pelos trabalhadores, dos custos crescentes e benefícios decrescentes associados ao trabalho e à renda. A sobrecarga física e psíquica do trabalho e seus riscos para a saúde seriam desestímulos cada vez maiores para a intensificação individual do trabalho, ao passo que as aspirações e desejos de auto-realização (lazer, família, auto-estima, ócio etc.) seriam tendencialmente construídos fora do trabalho ou em oposição ao estresse e insatisfação associados ao trabalho;

3) os ambientes de vida anteriormente estruturados em torno do trabalho encontrar-se-iam em desagregação em decorrência das discontinuidades freqüentes entre formação individual e postos de trabalho ocupados e do crescimento do tempo de desemprego nas trajetórias profissionais. As tradições familiares, vínculos organizacionais e modalidades de lazer, educação e consumo antes estruturados em torno do pertencimento ao trabalho seriam minadas pela rotatividade entre ocupações distintas e pelo desemprego, obstaculizando a construção de raízes coletivas, sob a forma de uma "*cultura proletária comum*".

Finalmente, Offe identifica o surgimento de novos atores coletivos e novos conflitos sociopolíticos que não seriam passíveis de adequada categorização nas relações entre capital e trabalho. Seria esse o caso dos movimentos feminista, pacifista, ambientalista e de direitos humanos. Em sua percepção, o surgimento de novas problemáticas e sujeitos coletivos permitiria levantar dúvidas acerca do estatuto da relação capital-trabalho como contradição fundamental das sociedades contemporâneas. A luta de classes encontrar-se-ia em pleno esvaziamento político, posto que as questões relativas ao desarmamento e aos direitos das mulheres, por exemplo, não corresponderiam a interesses de classe típicos dos conflitos entre capital e trabalho, encontrando, ao contrário, "*com bastante freqüência a resistência cerrada do trabalho e do capital*" (idem, p. 35). Assim, em vez do conflito entre "*redutos da direita e da esquerda, constituídos a partir da sociedade do trabalho*", estaríamos vivenciando contemporaneamente o deslocamento da contradição social fundamental para os conflitos entre os "*gerentes e opositores do modelo de padrão de racionalidade decisivo em ambos os setores sóciopolíticos*" (idem, p. 17-18).

Se a classe trabalhadora fragmentou-se internamente de forma tão aguda, se não mais ocupa o centro da estruturação das identidades coletivas e individuais, e se a luta de classes cedeu lugar à emergência de novos conflitos e atores na arena política contemporânea, Offe conclui encontrarmo-nos ante uma sociedade não mais baseada



no trabalho. Conseqüentemente, far-se-ia premente à sociologia reposicionar seus “conceitos estruturais” e “noções de conflitos sociologicamente aplicáveis”, esforço que Offe identifica, por exemplo, em Jürgen Habermas e em sua teoria da ação comunicativa – dada sua oposição ao “domínio epistemológico do trabalho no marxismo” (idem, p. 33-34).

#### **4. FIM DA CENTRALIDADE DO TRABALHO OU DESPOLITIZAÇÃO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO?**

Reportando-nos à argumentação de Gorz e Offe, chama-nos a atenção a ênfase que atribuem à crise social e política da classe trabalhadora quando pretendem discutir a perda de centralidade do trabalho. Em verdade, torna-se gradativamente explícito que ambos *confundem* a crise do proletariado com uma alegada crise do trabalho como esfera de estruturação do capitalismo contemporâneo. Tal identificação equívoca entre perda de centralidade do trabalho e crise sociopolítica da classe trabalhadora deriva da incapacidade de ambos reterem *devidamente* a idéia de centralidade do trabalho e a própria estrutura da formação capitalista. Desse modo, não apenas falham na demonstração de suas teses, como obscurecem as causas da crise do desemprego e do atual desmantelamento político do proletariado, contribuindo para ocultar, sob a aparência da *despolitização do trabalho*, o acirramento contemporâneo do sistema capitalista e da luta de classes.

##### 4.1 A CENTRALIDADE DO TRABALHO: a dominância do sistema de expropriação de mais-valia

Offe, ao tematizar o estatuto teórico da categoria trabalho, concebe-a em um sentido limitado, como *esfera de ação específica do trabalho assalariado*. Desse modo, propõe uma leitura equivocada do entendimento sociológico clássico do trabalho como “*dado social central*”. Offe entende a centralidade do trabalho assalariado sob a forma de uma determinação mecânica da esfera do trabalho assalariado sobre as demais esferas de ação, no sentido de se derivarem do comportamento social e político do proletariado as tendências de estruturação societária, em suas várias dimensões. Gorz procede de modo ainda mais limitado, concebendo trabalho estritamente como *emprego* e identificando a crise do desemprego à crise do trabalho (Gorz, 1982, p. 9-10).

Entretanto, é necessário sublinharmos que a categoria trabalho não se limita tão-somente à esfera de ação específica do trabalho assalariado. Ao contrário, a centralidade do trabalho deve ser entendida como a precedência estrutural, na formação social capitalista, do sistema de relações entre proprietários e não-proprietários, que assume a forma do sistema de expropriação de mais-valia. Trata-se de uma relação *multidimensional*, posto que concomitantemente *política, econômica, cultural, pedagógica e estética*. A formação social capitalista organiza-se em distintos campos, dotados de específicas regras internas de funcionamento que, não obstante, encontram-se sob o primado férreo do *direito e do poder do proprietário dispor de seus meios de produção a fim de maximizar suas taxas de lucro*.

Desse modo, o sistema de produção de mais-valia estrutura a sociedade capitalista como uma totalidade, buscando instituir relações de coerência entre os distintos campos de ação. É nesse sentido, pois, que a centralidade do trabalho deve ser reconhecida: não como a primazia mecânica dos problemas do trabalho assalariado sobre as demais esferas de ação, concebidas como meros desdobramentos daquele, mas como *a hegemonia do direito e do poder do proprietário dispor das forças produtivas, segundo suas necessidades de maximização das taxas de lucro*, organizando-se as demais esferas de ação, com base em suas especificidades, em torno daquele princípio.

#### 4.2 A CRISE DO TRABALHO COMO CRISE DOS TRABALHADORES

Não obstante, caso retornemos às argumentações de Gorz e Offe, não encontraremos em momento algum a descrição do que seria a superação do princípio estrutural do capitalismo. Gorz enxerga a formação social capitalista desembocando contemporaneamente em um capitalismo "*pós-industrial*", alicerçado na informatização e na automação e prescindindo progressivamente de trabalho social, isto é, produzindo cada vez *mais com menos* trabalhadores. Tal descrição não evidencia qualquer alteração *estrutural* que implique o fim da "*lei do capital*". Não é perceptível de que modo a estrutura capitalista tenha sido esvaziada (enquanto *estrutura*) pelo advento de uma "*sociedade do desemprego*" informatizada. Pelo contrário: a especificidade contemporânea é produzir-se mais, mais rápido, maior, mais barato e *com menos trabalhadores*... E o fato de se diminuir a necessidade de trabalho social, gerando a conseqüente crise do desemprego e o "*neoproletariado*", não implica a obsolescência da estrutura capitalista – exprime, sim, o *aumento de*

*produtividade alcançado pelo desenvolvimento das forças produtivas no âmbito do capitalismo contemporâneo (Antunes, 2001).*

É apenas no argumento relativo ao deslocamento da contradição fundamental do conflito capital-trabalho para o conflito entre critérios de racionalidade distintos que Offe aproxima-se do entendimento da perda de centralidade do trabalho sob a forma da reestruturação da formação social capitalista. Sob tal ótica, os problemas do movimento pró-desarmamento ou do ambientalismo, por exemplo, seriam irreduzíveis às lutas entre capital e trabalho e sintomáticos de mudanças estruturais nas sociedades contemporâneas. Gorz procede analogamente ao identificar a “*negatividade revolucionária*” dos neodesempregados e neoprecarizados: a questão fundamental, para esses, seria *recusar o trabalho* e buscar espaços de autonomia *ao lado e por sobre* o aparelho de produção.

Contudo, em momento algum se aborda de que modo a discussão do desarmamento ou o surgimento dos neodesempregados implicam o fim ou mesmo a relativização do sistema de expropriação de mais-valia. Em verdade, nenhum dos autores tece qualquer referência à falência da estrutura capitalista. Suas reflexões não indicam qualquer ruptura na lógica do capital – o sistema de expropriação de mais-valia segue em ação. Evidência decisiva encontra-se no fato de que a lógica do capital não constitui, efetivamente, o objeto das reflexões de Gorz e Offe. O verdadeiro centro de seus interesses é a *classe trabalhadora*. Sua referência analítica fundamental é o proletariado, descrito em um momento histórico de crise.

Tanto assim é que a preocupação fundamental do filósofo francês consiste em explicar o processo de pulverização política a que a classe trabalhadora foi submetida. E, sob sua ótica, é em decorrência da fratura do poder operário sobre a produção e de sua impossibilidade de reapropriar-se do sistema produtivo que o trabalho teria sido transformado em um sistema de relações amorfas, despolidizado, incapaz de gerar tensões disruptivas críticas. O sociólogo alemão, por sua vez, buscando demonstrar a insustentabilidade teórica do trabalho assalariado como categoria sociológica central, justifica-a enfatizando a fragmentação e a debilidade político-organizacional da classe trabalhadora, a ausência de identificação e sentido experimentada pelos trabalhadores diante do trabalho, a perda de identidade sociocultural que o desemprego estrutural contemporâneo impõe ao proletariado e o surgimento de tensões políticas e movimentos sociais dotados de autonomia em face dos conflitos entre capital e trabalho.

Tais argumentos, relativos à extinção do sujeito revolucionário socialista, por um lado, e à perda de unidade da classe trabalhadora e à incapacidade do trabalho gerar identidades coletivas e individuais, por outro, não exprimem a falência do trabalho como esfera de estruturação do capitalismo contemporâneo. Trata-se, sem dúvida alguma, de sinalizações valiosas relativas às especificidades do capitalismo contemporâneo e às modalidades de problemas que cria, particularmente com relação à crise da chamada *sociedade salarial* (com todos os problemas identitários, institucionais e estruturais que abriga) (Castel, 1998). *Contudo, a lógica do capital não é sequer questionada*. Como dissemos, as reflexões de Gorz e Offe concentram-se na classe trabalhadora – mais propriamente, no que seria a *crise do proletariado como sujeito coletivo*. Tal é o real significado de suas investigações: para ambos, a descentralização do trabalho consiste na crise do proletariado entendido como sujeito político. Porém, Gorz e Offe enganam-se ao pensar que tematizam o esvaziamento do trabalho como sistema de relações fundamental para a estruturação da formação social capitalista – refletem, sim, sobre a crise de uma classe trabalhadora incapaz de se organizar social, política e economicamente de modo eficiente. Colocando-se a questão em seus devidos termos, a alegada crise do trabalho é, na realidade, a *crise dos trabalhadores na condição de sujeito político coletivo*.

##### 5. O CARÁTER PERVERSO DA TESE DA PERDA DE CENTRALIDADE DO TRABALHO: o ocultamento da intensificação contemporânea do sistema de expropriação de mais-valia

Todavia, o problema crucial é que Gorz e Offe não reconhecem a questão como tal. Ambos tomam a crise do proletariado como sendo a crise do trabalho, confundindo a desarticulação da classe trabalhadora com a alegada perda de relevância do trabalho para a estruturação das formações sociais contemporâneas. Diante da crise do proletariado, Gorz conclui pelo caráter amorfo e despolitizado do trabalho e pela necessidade de superar o capitalismo, *apesar* do trabalho, em vista dos novos movimentos sociais e políticos; Offe julga ultrapassado o conflito entre capital e trabalho, e atribui o estatuto de contradição fundamental ao conflito entre *“opositores e defensores de diferentes critérios de racionalidade”*. Percebe-se como os dois pensadores tratam a *estrutura* do sistema capitalista, calcada na expropriação de mais-valia e na luta de classes, como se esta se houvesse tornado *irrelevante* em decorrência da crise aguda por que passam as classes trabalhadoras.

Mas a formação social capitalista como totalidade não se resume aos não-proprietários – ao contrário, sua estrutura assenta-se na *relação* instituída *entre proprietários e trabalhadores*. Desse modo, se o proletariado encontra-se em crise, é imprescindível investigar o que está ocorrendo com o patronato. Uma vez que os proprietários e os trabalhadores constituem-se como tais mediante as relações que estabelecem entre si, é urgente determinarmos se a crise dos trabalhadores implica um movimento similar de perda de capacidade organizativa e política dos proprietários – ou o revigoramento de seu domínio social, político, econômico e cultural.

Todavia, Offe e Gorz não proferem esse questionamento. Suas reflexões focalizam os problemas do proletariado, e não o *sistema de relações entre proprietários e trabalhadores* que *origina* os problemas do proletariado. Ao deixarem de apreender a formação social capitalista como uma *totalidade*, Gorz e Offe perdem de vista a interdependência necessária instituída entre a classe trabalhadora e a classe proprietária, incapacitando-se para estabelecer relações adequadas entre os problemas experimentados pelos trabalhadores e o sistema capitalista como um todo, o que compromete suas reflexões. Sua fragilidade e limitação revelam-se ao ignorarem que o capital encontra-se em um movimento *vigoroso e agressivo de reestruturação*, objetivando o incremento de suas taxas de lucro. Gorz e Offe enxergam a crise operária e concluem pela crise do trabalho, não percebendo a outra metade essencial da contemporaneidade: o fortalecimento político, econômico, social e cultural da classe proprietária.

Explicita-se, assim, a conseqüência perversa de suas reflexões: Gorz e Offe, propalando a tese da *“perda de centralidade do trabalho”*, contribuem, mesmo involuntariamente, para *obscurecer e despolitizar a natureza de classe do capitalismo contemporâneo*, posto que relegam à condição de irrelevantes, como fenômenos sociais e categorias explicativas, o *sistema de expropriação de mais-valia* e a *luta de classes*. Ignoram solenemente que o capitalismo contemporâneo ampara-se na intensificação do sistema de expropriação e, conseqüentemente, no acirramento das lutas de classe, e cooperam, assim, para a difusão de tal erro ao sul e ao norte do Equador.

Ao contrário do que pretende a já muito vulgarizada tese da perda de centralidade do trabalho, a crise contemporânea do desemprego não consiste em uma ruptura na estrutura do capitalismo ou na *“dissolução das relações capitalistas de produção”* (conforme acreditava Gorz com relação ao seu *“neoproletariado”*). Significa, sim, o

*poder de classe do patronato (principalmente sua fração ligada ao sistema financeiro) e a reafirmação vigorosa da lógica capitalista. O descarte progressivo de trabalhadores considerados supérfluos para o processo produtivo é realizado, à revelia da classe trabalhadora, com o objetivo de reduzir custos. O desemprego estrutural e a precarização da condição proletária não são processos negociados, mas impostos à "classe-que-vive-do-trabalho" pela classe proprietária. Trata-se, pois, de uma questão de poder, de luta entre classes, cujo diferencial pode ser constatado na aguda desarticulação operária. A questão central é que o direito e o poder do proprietário dispor das forças produtivas e dos resultados da produção, segundo suas necessidades próprias e em busca da extração da mais-valia, permanecem não apenas intactos, como foram contemporaneamente revigorados.*

As conseqüências sociopolíticas e econômicas da dissolução do pacto fordista e da crise contemporânea do desemprego, particularmente com relação à desagregação da classe trabalhadora enquanto sujeito político, parecem conduzir Offe e Gorz a conceber a irrelevância ou a própria extinção da luta de classes. Infelizmente, as reflexões do sociólogo alemão e do filósofo francês terminam por ocultar o fato de nos encontrarmos, hoje como nunca, sob o primado férreo do sistema de expropriação de mais-valia, obscurecendo igualmente suas conseqüências políticas e sociais. O enfraquecimento do operariado implica, antes, o acirramento do sistema de expropriação de mais-valia e o recrudescimento da luta de classes, aos quais assistimos, nos últimos decênios do século XX e primórdios do século XXI, sob a forma do recuo dos direitos trabalhistas e sociais, do domínio intelectual, político e midiático do pensamento neoliberal e da explosão dos movimentos por uma globalização solidária. Em verdade, a crise social, política e econômica sofrida pela classe trabalhadora é peça fundamental no processo de ampliação das taxas de lucro das classes proprietárias (Antunes, 2001).

Percebe-se, assim, de que modo a esfera do trabalho permanece sendo espaço privilegiado (ainda que não único) de estruturação do capitalismo contemporâneo. Pois resta agressivo e vigoroso o direito e o poder do proprietário extrair mais-valia por intermédio da livre otimização dos meios de produção. A identificação indevida entre crise do trabalho e crise da classe trabalhadora, tal como realizada por Gorz e Offe, conduz a erros metodológicos, conceituais e políticos, posto assentar-se em um equívoco de origem: o de buscar pensar a sociedade contemporânea sem pensar o capitalismo contemporâneo como totalidade. A fim de se atingir uma análise

consistente dos dias atuais, deve-se *reconhecer – e não mais ocultar* – que os sistemas de expropriação de mais-valia e a luta de classes continuam em cena, tanto como elementos estruturais da formação capitalista contemporânea quanto como categorias analíticas fundamentais (ainda que suscetíveis de correções).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

OFFE, Claus. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, v. 1, 1989.



## TRABALHO E GLOBALIZAÇÃO

Entrevista com Huw Beynon, sociólogo, pesquisador e atualmente diretor da Cardiff School of Social Sciences da Cardiff University (País de Gales – UK).

Julie Remold e Ana Paula Poll foram as entrevistadoras, em setembro de 2002, e a tradução foi de Gilda Stuart

**Enfoques:** O que o fez decidir trabalhar com relações de poder e trabalho?

**H. Beynon:** Creio que foi o fato de eu ter sido criado numa cidade de empresas produtoras de aço, onde havia principalmente mineiros de carvão e metalúrgicos. Meu primeiro diploma foi em economia – estava interessado em mudança e política econômicas. Naquele tempo, durante as férias, trabalhei em uma usina siderúrgica. Senti que o tipo de coisas que eu estava estudando não tratava de fato das experiências dos trabalhadores, e por isso decidi mudar para a sociologia. Comecei a trabalhar principalmente com a relação entre a sociologia e a economia, em particular sobre a natureza do emprego e do trabalho. E é isso que venho fazendo desde então.

**Enfoques:** O que o levou a trabalhar sobre/no Brasil durante os últimos doze anos?

**H. Beynon:** Vim ao Brasil pela primeira vez em 1989, quando fui convidado por um colega do Museu Nacional para fazer algumas palestras sobre meu trabalho no Reino Unido, que tem um tipo de abordagem antropológica. Passei cerca de cinco semanas aqui, e gostei muito de ter vindo. No ano seguinte, José Ricardo Ramalho<sup>38</sup> fez seu pós-doutorado na Inglaterra. Como eu estava em Manchester, nos vimos bastante e estabelecemos uma relação mais pessoal. Minha primeira viagem ao Brasil foi não apenas interessante, mas muito agradável.

Nesse período, muitas das principais indústrias manufatureiras do Reino Unido tinham fechado e eu passei a trabalhar com teorias sobre a globalização e as relações desta com os processos locais. Também tinha interesse em investigar tanto o Reino Unido como o Brasil usando teorias similares e, principalmente, a indústria automobilística,

---

<sup>38</sup> José Ricardo Ramalho é professor titular de sociologia do trabalho do IFCS/UFRJ.

pois a estudei no Reino Unido, e a indústria do aço. Por isso, em 1993, visitei Resende várias vezes e fui à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), de Volta Redonda. Na ocasião, nunca pensei que viria a fazer pesquisa aqui. Mas quando a fábrica da Volkswagen (VW) foi aberta em Resende, achei que tinha uma forma muito interessante de organização do trabalho, e José Ricardo Ramalho, Alice de Paiva Abreu<sup>39</sup> e eu publicamos um trabalho juntos sobre o tema.<sup>40</sup> Todos esses fatores me levaram a trabalhar sobre/no Brasil, um país que acho extremamente interessante, como sociólogo e como pessoa. Certos aspectos do Brasil já conheço na teoria e posso trabalhar com eles, e assim passei a entendê-lo melhor, mas meu português ainda é terrível e minha pesquisa, muito limitada.

**Enfoques:** O que o trouxe aqui desta vez?

**H. Beynon:** Eu não tenho estado muito bem de saúde. No ano passado, estive doente por uns oito meses. Desde 1989 tenho vindo ao Brasil a cada ano, e quase sempre venho ao Rio, mas em 2000 estive apenas em Campinas para dar uma palestra. Por isso achei que devia visitar meus amigos no Rio, também queria vir ao IFCS/UFRJ de novo – há muitas pessoas aqui que conheço muito bem e de quem gosto. Também os alunos são interessantes e foram um incentivo para a minha vinda. Além disso, José Ricardo Ramalho tem um projeto em Resende, onde a CSN no Brasil tem planos de se unir à siderúrgica Corus dos EUA. Como no País de Gales a Corus fechou várias fábricas de aço, José Ricardo, meus colegas em Cardiff e eu passamos a nos interessar pelas mudanças ocorridas nos distritos siderúrgicos do sul do País de Gales. Achamos que poderíamos comparar as duas situações. Penso que, do modo como a globalização está se dando, a etnografia e a pesquisa social têm de ser globais: precisamos encontrar meios de situar os estudos locais numa perspectiva global. Por isso, realmente acredito que a comparação entre dois lugares onde mudanças industriais estão ocorrendo é uma maneira muito boa de comparar duas sociedades.

**Enfoques:** Seu livro *Trabalhando para a Ford*<sup>41</sup> teve forte impacto no Brasil, desde que foi lançado aqui em 1995. Você poderia comentar se o impacto teve algo a ver com as condições de trabalho aqui no Brasil?

---

<sup>39</sup> Alice de Paiva Abreu é professora titular de sociologia do IFCS/UFRJ.

<sup>40</sup> ABREU, Alice; BEYNON, Huw & RAMALHO, José Ricardo. The dream factory: VW's modular system in Resende. *Work, Employment and Society*, British Sociological Association, Cambridge University Press, June 2000.

<sup>41</sup> BEYNON, Huw. *Trabalhando para a Ford*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

**H. Beynon:** Sim, comecei a escrever o livro em 1972, baseado em pesquisa que fiz em Liverpool de 1964 a 1973. Em 1980 aprofundei minhas pesquisas sobre o tema, de modo que, de certa forma, é um livro antigo. Ele descreve o processo de implantação de

uma nova fábrica de automóveis em Liverpool, uma cidade onde não havia indústria automobilística, como o processo de trabalho foi estabelecido, a resistência a ele e como essa resistência levou a uma nova forma de organização. De um modo estranho, essa análise parece aplicar-se muito bem a locais como Resende e a algumas das novas fábricas no Paraná e na Bahia. Em segundo lugar, muitas fábricas da indústria automobilística na Europa tornaram-se bastante automatizadas, utilizando muitos robôs no sistema todo, enquanto no Brasil, embora haja robôs, a tecnologia não está tão desenvolvida como nos EUA ou no Reino Unido. Por isso, as condições descritas no livro são bastante semelhantes às encontradas nas linhas de montagem do ABC e em algumas das novas fábricas. Mas, mesmo acreditando que essas semelhanças existem, espero que o principal impacto do livro seja a maneira de abordar o assunto, buscando descrever as vozes e ações dos trabalhadores e como a fábrica é vivenciada. Foi escrito de um modo que permitiu aos trabalhadores apresentarem sua versão, e essa era então interpretada de forma livre. Creio que essa abordagem pode ser usada com proveito no Brasil, pois se ajusta às tradições antropológicas e qualitativas das ciências sociais brasileiras.

**Enfoques:** Desde seu trabalho de campo na Ford na década de 1960, houve mudanças na forma de extração de capital privado no mundo todo. Você vê essa reestruturação como um rompimento com o fordismo?

**H. Beynon:** Não, realmente. Há muitas teorias sobre essa reestruturação, mas, pelo menos no setor automobilístico, acho que o que existe no momento é uma versão do fordismo que inclui técnicas desenvolvidas no Japão, como o trabalho em equipe. O que acho interessante nesse setor é o modo como as companhias estão percebendo suas relações com os fornecedores de componentes e com o cliente. A Ford Motor Company, por exemplo, agora ganha mais dinheiro, embora esteja terceirizando atividades, atuando também como banco, e essa é a razão do meu interesse em relação à experiência da fábrica da Volkswagen em Resende, pois, embora seja proprietária da fábrica e venda o caminhão, na verdade o que a VW está fazendo é vender o emblema, em vez de administrar a produção. A produção é feita por outros, ela apenas a supervisiona. Acho isso um dado curioso do setor automobilístico

brasileiro que talvez constitua uma exceção na indústria automobilística em geral, mas desconfio que essa experiência será copiada no hemisfério norte.

**Enfoques:** No processo que descreve no seu trabalho sobre a Volkswagen, você cita comentário de um alto funcionário da empresa: “nós somos os proprietários da casa, vocês são os proprietários da mobília”. O senhor acha que essa visão está de acordo com a idéia de Jeremy Rifkin de que estamos nos afastando do modelo da companhia que se preocupava em deter a propriedade do processo de produção, para estar interessada agora em apenas orquestrar o processo?

**H. Beynon:** É claro que sim. Não tenho certeza até que ponto esse modelo se generalizará, porém definitivamente ele se relaciona com um mundo no qual a marca é imagem e pode ser vendida. Assim, quando alguém compra um carro, o emblema VW lhe diz alguma coisa sobre ele. A marca tornou-se um símbolo que tem muito significado, como acontece com o McDonald's e outras empresas. Isso permite à companhia afastar-se do processo de produção e, de certo modo, transferir o risco para outros. Talvez esse seja um passo para um mundo em que o controle estará mais no setor financeiro do que na produção. Acho que essa é uma tendência clara.

**Enfoques:** Como caracteriza as mudanças na sociedade e nas relações trabalhistas sob a nova logística de produção, que utiliza estratégias como o “just in time” e o toyotismo?

**H. Beynon:** No Ocidente e também no Brasil, essas mudanças têm sido acompanhadas por outras mudanças nos mercados de trabalho, que se tornaram muito mais flexíveis. Os contratos de trabalho são menos permanentes, existe insegurança nos mercados de trabalho. Uma pesquisa muito interessante que José Ricardo Ramalho fez com os trabalhadores de Resende indica que eles estão contentes por estarem trabalhando, apesar do ritmo intenso e do barulho. Seu grande medo é de ficarem desempregados, e esse é com certeza o sentimento dos trabalhadores do Reino Unido e dos EUA. A insegurança entre esses trabalhadores é um fato que não existia há vinte anos, quando eu estava escrevendo *Trabalhando para a Ford*, porque sempre se conseguia outro emprego, e as pessoas iam em frente. Esse é o contexto atual, e acho que a conseqüência dessas mudanças é a pressão crescente dentro das fábricas. Há grande pressão ou estresse em quase todas as ocupações hoje em dia, e seguramente no setor automobilístico. Existe a percepção de que esse estresse, enquanto estiver ligado à possibilidade de inovação, do trabalhador fazer sugestões,

etc., na realidade proporciona maior grau de envolvimento e de criatividade. É o que o estudo do Massachusetts Institute of Technology (MIT) sobre a produção parece sugerir, mas eu não tenho visto na prática provas muito fortes que indiquem ser esse o caso. Estive em muitas montadoras desde que comecei a pesquisar a Ford há quarenta anos, e noto que muitas coisas mudaram, porém, na minha opinião, não mudou o estilo do trabalho, a natureza repetitiva do trabalho e a intensidade do trabalho, que vem se tornando cada vez mais uma atividade para trabalhadores jovens. Olhando para os trabalhadores de Resende, eu diria que todos têm menos de 25 anos. Nas novas fábricas da Nissan e da Toyota no Reino Unido, todos têm menos de 25 anos.

Também há um outro aspecto, o processo em curso de descentralização e terceirização. Quando eu analisei a Ford, os trabalhadores que trabalhavam na linha imaginavam uma carreira na fábrica em que pudessem, ao sair da linha, ir trabalhar na submontagem e depois eventualmente ter a alternativa de tornar-se faxineiro. Esse tipo de trabalho e empregos na cantina e na manutenção são agora preenchidos por outra companhia. Em todas as empresas automobilísticas no Reino Unido, a limpeza é feita por outra companhia, de modo que não se pode passar para um emprego na limpeza. Acho que há várias pessoas deixando a fábrica porque não conseguem fazer o trabalho. Penso que ainda é um emprego em que há muita pressão.

**Enfoques:** Porque os empregos que existem agora são mais exigentes do ponto de vista físico ou mais repetitivos?

**H. Beynon:** Sim, os empregos na linha de montagem exigem mais do ponto de vista físico, envolvem muita repetição. Existe repetição se alguém estiver embalando bombons e tiver de movimentar muito as mãos, isso é muito estressante para os braços. O trabalho na linha de montagem, porém, quase sempre significa ficar de pé, subir, passar por baixo ou andar ao lado, muitas vezes correndo para pegar coisas e para alcançar o carro. O carro fica na sua frente por um tempo muito curto e você tem de terminar seu trabalho, pois, se for muito lento, atrasa o trabalhador na próxima fase que está tentando fazer o trabalho dele, de modo que há um enorme potencial para estresse. Por isso, todos tentam ir um pouco mais rápido – é o que fazem em Resende, para poderem ter um pouco de folga. Podem trabalhar adiante na linha e ter tempo para esperar que chegue o próximo veículo, conseguindo um intervalo de dez ou vinte segundos ou talvez de um minuto. Também existe a pressão criada pela idéia de fazer o carro como se fosse comprá-lo, para haver um controle da qualidade.

Quando escrevi *Trabalhando para a Ford*, os trabalhadores ficavam felizes de sabotar o carro ou fazer o trabalho malfeito, mas hoje em dia, se cometem um erro, têm de consertá-lo, de modo que a pressão volta para o trabalhador. Então, não acho que tenha mudado em termos de pressão sobre o trabalhador.

**Enfoques:** Em *Class and patronage in the making of a labour organization*<sup>42</sup> você trabalha também com os mineiros de carvão e com o tema do sindicato. Quais foram os principais aspectos abordados?

**H. Beynon:** Ainda estou pesquisando a indústria de mineração de carvão. O principal livro que publiquei sobre este tema, ao qual vocês se referem, é uma análise histórica que examina a forma como os sindicatos se organizaram no setor. O curioso sobre os sindicatos de mineiros e de trabalhadores portuários é que eram organizações de mão-de-obra totalmente não-especializada. É possível explicar o renascimento do sindicalismo na Inglaterra e nos EUA, até certo ponto, pela organização dos trabalhadores especializados, que podiam controlar seus empregos em virtude de existirem poucos trabalhadores especializados. Mas o que sempre foi um tanto inexplicável é como, em 1912, os trabalhadores mais pobres, os menos especializados, e que em certa medida se encontravam à margem da sociedade, atingiram os próprios alicerces da sociedade com sua mobilização. O que parece ter ocorrido – em qualquer caso, o que discutimos – é que os trabalhadores tinham desenvolvido vários meios informais, costumeiros de controlar seu emprego. Isso lhes dava certo controle, mas não lhes permitia controlar os sistemas de remuneração e de punição que os empregadores usavam.

Então o que o sindicato – e o modo como foi formado é uma longa história – precisava fazer era regular o empregador e, para fazer isso, precisava paradoxalmente regular o costume. Assim a transformação desse trabalho – e portanto a transformação do trabalhador em força organizada de trabalho – é a transformação do costume em normas formais. A burocracia sindical, embora na nossa opinião esteja até certo ponto separada do trabalhador, solicitou ao Estado que permitisse aos trabalhadores eleger alguém, a quem chamavam de “inspetor leigo” (*check layman*), que mediria a quantidade de carvão que subia – pois uma das coisas que os trabalhadores reclamavam era que os capatazes alegavam: “Tem muita terra, por isso não vamos pagar vocês”...

Assim, o sindicato pediu ao governo que elaborasse uma lei que desse aos trabalhadores o direito de eleger alguém para fiscalizar o empregador. As leis eventualmente tiraram do empregador o direito de despedir os trabalhadores, o que é um meio de controle incrível e eficaz, o qual levou a um processo em que o sindicato tentou ordenar as relações industriais por meio de normas e transformou-se, num determinado momento, na que foi considerada a mais forte organização no Reino Unido.

**Enfoques:** As décadas de 1980 e 1990 podem ser caracterizadas como épocas em que o trabalho organizado se enfraqueceu. A que atribui essa mudança?

**H. Beynon:** Em 1976, o Reino Unido tinha um governo trabalhista, havia muitas mudanças acontecendo, mas a libra estava em crise, situação parecida à do real hoje, e o FMI interveio, também um pouco como no Brasil, e insistiu que se fizesse uma redução substancial nas despesas do Estado. Foi o início de um movimento para afastar o Estado da economia, com a privatização das indústrias nacionais, etc., que prosseguiu durante o governo Thatcher de modo muito dramático, com a abolição de quase todas as leis de proteção aos sindicatos. Assim, os sindicatos ficaram enfraquecidos pelo modo em que o processo governamental foi alterado. Em segundo lugar, ocorreu o processo ao qual Piore & Sabel<sup>43</sup> denominaram a segunda divisão industrial ("second industrial divide"). Houve mudanças de porte na economia mundial. Diversas indústrias importantes do Reino Unido tiveram sua importância reduzida. Uma foi a indústria do aço, outra, a indústria de carvão. Grande parte da indústria eletrônica foi minada pela oferta de produtos japoneses, aquela que chamamos de setor de linha branca: aparelhos de TV, fogões, quase tudo isso agora é importado no Reino Unido.

Então, ocorreu a mudança nos mercados nacionais, que se transformaram em mercado aberto de mercadorias, a retirada das proteções do Estado aos trabalhadores e, também, a diminuição do emprego nos setores em que os sindicatos eram mais fortes (nas indústrias nacionalizadas e nos setores públicos, principalmente). E isso foi seguido por vários fechamentos de empresas. Praticamente todas as principais fábricas de automóveis fecharam. Na época em que escrevi sobre a Ford, ela empregava 15 mil trabalhadores; agora ela emprega cerca de 1.200 para produzir um pequeno Jaguar.

---

<sup>42</sup> BEYNON, Huw & AUSTRIN, Terry. *Masters and servants: class and patronage in the making of a labour organization*. Londres: Rivers Oram Press, 1996.

<sup>43</sup> PIORE, M. J. & SABEL, C. F. *The Second Industrial Divide*. Nova York: Basic Books, 1984.

Os grandes centros de força sindical também fecharam, com três milhões de trabalhadores industriais demitidos num período de dois anos, e quase todos eles trabalhadores sindicalizados. Houve com isto um enfraquecimento dos sindicatos, e a greve dos mineiros foi, na verdade, a última mobilização. A partir daí, o sindicato dos mineiros foi praticamente destruído.

Emendas na lei sobre sindicatos que o governo conseguiu fazer aprovar determinaram que, se uma fábrica entrasse em greve, outros trabalhadores não poderiam entrar em greve também, a fim de apoiá-la. Para entrar em greve, era preciso votar; após a votação, tinha de haver um intervalo até se decretar a greve, de modo que não podia haver greves de um momento para outro, senão eles tirariam o dinheiro dos sindicatos. Os sindicatos passaram então a controlar muito mais as greves. Se houvesse votação sobre uma greve e 56% votassem a favor, e os outros 44% fossem trabalhar, o sindicato não podia impedi-los. Isso representou um grande golpe na solidariedade, todas as formas de ação solidária foram praticamente banidas.

Todas essas coisas foram acompanhadas de mudanças técnicas. No período de seis anos, de 1979 a 1985, ocorreram as mudanças mais importantes, e só agora as organizações dos trabalhadores estão começando a se recuperar. Nos principais sindicatos, todas as eleições dos últimos 12 meses foram eleições de pessoas que se poderia chamar "de esquerda". E os sindicatos estão começando a dizer que querem que o "Novo Trabalhismo" ("New Labour") comece a fazer algo por eles, que representam sua principal base, ou então deixarão de apoiá-lo.



## ROBERT K. MERTON, SOCIÓLOGO VERSÁTIL E CRIADOR DO GRUPO FOCAL, FALECIDO AOS 92 ANOS\*

Michael T. Kaufman

Tradução de Gilda Stuart

Morreu ontem Robert K. Merton, um dos sociólogos mais influentes do século XX, cuja cunhagem de termos como *profecia autocumprida* e *modelo de papel* passou de suas pesquisas acadêmicas para o linguajar diário. Tinha 92 anos e morava em Manhattan.

Merton alcançou sua reputação de pioneiro na sociologia da ciência explorando o modo como os cientistas se comportam e o que os motiva, recompensa e intimida. Ao expor seu etos da ciência em 1942, substituiu as arraigadas concepções estereotipadas que haviam representado por muito tempo os cientistas como gênios excêntricos, em grande parte incontrolados por regras ou normas. A obra contribuiu para que Merton viesse a ser o primeiro sociólogo a ganhar a Medalha Nacional de Ciência, dos Estados Unidos, em 1994. Porém suas investigações durante mais de setenta anos abrangeram uma extraordinária gama de interesses, incluindo o funcionamento dos meios de comunicação de massa, a anatomia do racismo, as perspectivas sociais dos "incluídos" versus os "excluídos", história, literatura e etimologia. Embora realizadas com a imparcialidade que admirava em Émile Durkheim, o francês que arquitetou a moderna sociologia, com frequência as pesquisas de Merton trouxeram importantes conseqüências tanto na vida real como na acadêmica.

Seus estudos sobre a comunidade integrada ajudaram a dar forma à histórica peça processual de Kenneth Clark, na ação proposta por Brown contra a Secretaria de Educação nos Estados Unidos, processo que foi julgado pela Corte Suprema e levou à dessegregação racial nas escolas públicas americanas. Sua adoção da entrevista focal para obter respostas de grupos a textos, programas radiofônicos e filmes levaram aos "grupos focais", que políticos, seus agentes, marqueteiros e cabos eleitorais consideram hoje indispensável. Muito depois de ter ajudado a projetar a metodologia, Merton veio a deplorar seu abuso e mau uso, mas acrescentou: "Eu gostaria de ter direitos autorais sobre ela."

---

\* Publicado na revista [?], em 24 de fevereiro de 2003.

Passou grande parte de sua vida profissional na Universidade de Columbia onde, juntamente com seu colaborador durante 35 anos Paul F. Lazarsfeld, falecido em 1976, desenvolveu o Departamento de Pesquisa Social Aplicada, quando tiveram origem os primeiros grupos focais. Sua carreira correu paralela ao crescimento e aceitação da sociologia como disciplina acadêmica genuína. Em 1939, havia menos de mil sociólogos nos Estados Unidos, mas logo após Merton ser eleito presidente da Associação Americana de Sociólogos em 1957, o grupo já contava com 4.500 membros.

Merton era às vezes chamado de "Sr. Sociologia", e Jonathan R. Cole, antigo aluno e diretor da Universidade de Columbia, disse uma vez: "Se houvesse Prêmio Nobel de sociologia, não há dúvida alguma de que ele o teria ganhado." (O filho de Merton, Robert C. Merton, ganhou o Prêmio Nobel de Economia, em 1997.)

Outra das contribuições de Merton para a sociologia foi sua ênfase no que denominava de "teorias de médio alcance", referindo-se aos estudos que se afastavam das grandiosas doutrinas especulativas e abstratas, ao mesmo tempo em que evitavam pesquisas pedantes com poucas probabilidades de produzir resultados significativos. O que preferia eram iniciativas que pudessem levar a avanços importantes e que abrissem linhas de investigação posteriores. Para seus próprios escritos, preferia o formato de ensaio – "que proporciona espaço para apartes e correlativos", como dizia, ao papel científico modernizado mais usual...

Com freqüência, apresentava suas observações em frases claras, nas quais combinava originalidade com aparente simplicidade. Eugene Garfield, um cientista da informação, escreveu que grande parte do trabalho de Merton era "de tão transparente verdade que não se consegue imaginar por que ninguém mais se deu ao trabalho de chamar a atenção para o assunto". Um exemplo antigo de tal percepção iluminada está num trabalho chamado *Social Structure and Anomie* ("Estrutura social e anomia"), que escreveu como graduado de Harvard em 1936, e continuou a revisar durante a década seguinte.

Merton havia se perguntado o que causava a anomia, um estado em que, de acordo com Durkheim, o colapso dos padrões sociais ameaçava a coesão social. Num avanço que gerou muitas linhas de pesquisa, Merton sugeriu que havia probabilidade de ocorrer anomia quando aos membros da sociedade eram negados os meios de alcançar os próprios objetivos culturais que sua sociedade projetara, como riqueza, poder, fama

ou esclarecimento. Entre as ramificações desse trabalho, encontram-se os próprios trabalhos de Merton sobre os limites dos desvios de comportamento e o crime.

Um intelectual alto, fumante de cachimbo, Merton usou muitas vezes a trajetória de sua vida, do cortiço à realização acadêmica, como material para ilustrar o funcionamento da serendipidade, do acaso e da coincidência, que há muito o fascinavam.

Robert King Merton nasceu Meyer R. Schkolnick em 4 de julho de 1910, em South Philadelphia, e usou esse nome durante os primeiros 14 anos de vida. Era filho de imigrantes da Europa Oriental e morou num apartamento em cima da loja de ovos e laticínios do pai, até o prédio pegar fogo. Na adolescência, fazia truques de mágica em festinhas de aniversário e adotou Robert Merlin como nome artístico, mas quando um amigo o convenceu de que sua escolha do nome do antigo mago era um lugar-comum, ele adotou Merton com o apoio de sua mãe, de tendências americanizantes, depois de ter ganhado uma bolsa de estudos para a Temple University.

Em palestra para o American Council of Learned Societies (Conselho Americano de Associações Eruditas) em 1994, Merton declarou que, graças às bibliotecas, escolas e orquestras a que tinha tido acesso, e até mesmo à gangue de jovens a que havia aderido, sua juventude o tinha preparado bem para o que denominava uma vida de estudo: "Meus colegas sociólogos devem ter notado" – disse – "como aquele cortiço aparentemente carente em South Philadelphia proporcionou a um jovem todo tipo de capital – capital social, cultural, humano e, acima de tudo, o que podemos chamar de capital público – isso é, todo tipo de capital exceto o financeiro pessoal." Não é difícil ver as relações entre tal postura e a compreensão de Merton sobre as causas da anomia.

Num perfil escrito por Morton Hunt em 1961 para a revista *New Yorker*, Merton foi descrito como demonstrando "surpreendente universalidade de interesses e talento para uma boa conversa, somente prejudicada pelo fato de ele estar incrivelmente bem informado sobre tudo, de beisebol a Kant, e estar sempre pronto, sem hesitar, a falar sobre parte do assunto ou todo ele".

De fato, em seu livro mais conhecido, *On the Shoulders of Giants* ("Nos ombros de gigantes"), Merton se aventurou muito além dos limites da sociologia. Mencionado por ele como seu "filho pródigo intelectual", o livro revela a profundidade de sua

curiosidade, a amplitude de sua prodigiosa pesquisa e a extraordinária paciência que também caracterizam sua obra acadêmica. O trabalho começou em 1942 quando, num ensaio intitulado *A Note on Science and Democracy* ("Nota sobre ciência e democracia"), Merton menciona uma observação de Isaac Newton: "Se me foi possível enxergar mais longe, foi por estar nos ombros de gigantes." Acrescentou uma nota de rodapé esclarecendo que "o aforismo de Newton é uma frase padronizada que encontrou repetida expressão a partir do século XII".

Porém Merton não parou por aí. A intervalos, durante os 23 anos seguintes, seguiu a pista do aforismo de Newton através do tempo, enveredando tanto por becos sem saída como por avenidas frutíferas e por fim, terminou o livro em 1965, escrevendo-o em estilo discursivo que o autor atribuiu a suas primeiras leituras e subseqüentes releituras do *Tristram Shandy*, de Laurence Sterne. Denis Donoghue, crítico e estudioso literário, descreveu o livro, com admiração, como "uma obra de arte excêntrica e contudo concêntrica, uma obra com suficiente flexibilidade para permitir uma digressão mais ou menos a cada dez páginas". E admitiu: "Eu gostaria de ter escrito *On the Shoulders of Giants*."

Nos últimos 35 anos, Merton vinha reunindo informações sobre a idéia e funcionamento da serendipidade e raciocinando sobre ela com a mesma atitude com que tinha escrito o livro anterior, que gostava de mencionar pelas iniciais OTSOG. Do mesmo modo empregado em todas as suas investigações, cotejou e considerou dados que havia lançado em fichas. Quase todo dia, começava a trabalhar às quatro e meia da manhã, em companhia de alguns de seus 15 gatos. Durante os últimos anos de sua vida, enquanto batalhava e vencida seis diferentes carcinomas, sua editora italiana, Il Mulino, convenceu-o a autorizá-la a publicar seus escritos sobre a serendipidade como livro. E quatro dias antes de sua morte, sua esposa, a socióloga Harriet Zuckerman, recebeu a notícia de que a Princeton University Press havia aprovado a publicação da versão inglesa, com o título *The Travels and Adventures of Serendipity* ("As viagens e aventuras da serendipidade").

Além da sra. Zuckerman e de seu filho, Merton deixou duas filhas, Stephanie Tombrello e Vanessa Merton de Hastings-on-Hudson, nove netos e nove bisnetos.